

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar



Dissertação de Mestrado

**Agricultura familiar, mercados institucionais e inclusão social:
o caso do Restaurante Universitário da UFPEl**

Danielle Farias da Silveira

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S587a Silveira, Danielle Farias da

Agricultura familiar, mercados institucionais e inclusão social : o caso do Restaurante Universitário da UFPel / Danielle Farias da Silveira ; Flávio Sacco dos Anjos, orientador ; Nádia Velleda Caldas, coorientadora. — Pelotas, 2020.

141 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Agricultura familiar - Cooperativismo. 2. Desenvolvimento rural - Políticas públicas. 3. Mercados institucionais - Restaurante universitário. . I. Anjos, Flávio Sacco dos, orient. II. Caldas, Nádia Velleda, coorient. III. Título.

CDD : 630.2745

Danielle Farias da Silveira

**Agricultura familiar, mercados institucionais e inclusão social:
o caso do Restaurante Universitário da UFPel**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos
Coorientadora: Prof. Dr. Nádia Velleda Caldas

Pelotas, 2020

Danielle Farias da Silveira

**Agricultura familiar, mercados institucionais e inclusão social:
o caso do Restaurante Universitário da UFPel**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 18/08/2020.

Banca Examinadora:



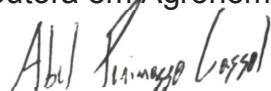
Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Doutor em Agroecología, Sociología y Estudios Campesinos pela Universidad de Córdoba



Prof. Dr. Nádia Velleda Caldas

Doutora em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Prof. Dr. Abel Perinazzo Cassol

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Prof. Dr. Gabrielito Rauter Menezes

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Prof. Dr. Wanda Griep Harai

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aos idealizadores do PAA e do PNAE.

AGRADECIMENTOS

Por muitas vezes me peguei pensando a quem agradeceria e de que maneira faria isso, afinal sou uma pessoa de coração grande, mas poucas palavras para demonstrar tudo que sinto. E recordo que, nesses momentos, já me emocionava toda ao lembrar-me cada pessoa que fez parte dessa caminhada, talvez por isso, os agradecimentos estão sendo os últimos momentos de escrita dessa dissertação. Mas então vamos lá...

À minha família agradeço pelo carinho, por acreditarem e confiarem em mim, pelos incentivos e puxões de orelha, os abraços que nos faltam pela distância, sobram em pequenos afetos do dia-a-dia. Meus sobrinhos queridos, que são tão capazes de preencher os momentos de convivência com amor e sorrisos.

Minha maninha Louise, mais nova, mas nem por isso menos sensata, companheira de festas e shows, muito obrigada por segurar da minha mão e dizer “não, acho melhor não”, não fossem teus olhares de reprovação talvez não tivesse persistido na empreitada desta dissertação.

A Agronomia me deu mais que uma profissão, me deu amigas para vida, minhas queridas: Dani Brands, minha xará, a pessoa mais positiva, incentivadora e dedicada que já conheci; Pri, “o terror dos insetos”, mãe do ano, grande extensionista rural que se tornou, e que muitas dicas e contatos me forneceu para essa dissertação; e por último, a amiga de primeira hora, Jana, também uma dedicada extensionista rural, com quem compartilho visões sobre a vida, que também colaborou, e muito, com esta dissertação. A vocês, muito obrigada, saudades dos nossos encontrinhos.

Trabalhar e estudar nunca foram tarefa fácil, por isso, preciso agradecer aos chefes que me acompanharam neste caminho, Eldo, Mauro e Leandro, por compreenderem muitos atrasos e alguns destemperos. Aos meus queridos colegas, Alexandra, Marcio, Ju, Marcão, Marco Aurélio, Samuel, Cristian, Edi, Fabi, Roberta, Débora, Michel, agradeço todo o carinho e apoio, se algo tem feito falta em meio a esta pandemia, é o convívio com vocês. Meu agradecimento também aos companheiros de luta do sindicato, Rose e Ezília adoro vocês.

Continuar os estudos após a graduação me deu a oportunidade de conhecer pessoas ótimas, com quem desfrutei momentos de conhecimento e amizade, então

também dedico às queridas Shirley e Jaque, uma alegria ter cruzado com vocês neste caminho. Fernanda te agradeço o carinho, a parceria e os ensinamentos.

Ao meu camarada Germano, faltam palavras para te agradecer, foram tantas conversas, reflexões, trabalhos em grupo, dicas, um aprendizado sem fim te ter como colega, muito, mas muito obrigada, de todo coração.

É fundamental agradecer a todos que contribuíram para esta dissertação, agricultores, extensionistas, dirigentes de cooperativa, as nutricionistas do restaurante universitário, sem a colaboração de vocês este trabalho não teria sido possível.

Meu querido e dedicado orientador, professor Flávio, pessoa que admiro e respeito, não só pelo grande mestre que é e saber que carrega, mas também por ter tanto me incentivado e acreditado em mim, muito obrigada pelas excelentes aulas e por mostrar toda a riqueza que o mundo rural carrega. Meus agradecimentos também à professora Nádia, muito obrigada pela orientação e pelo aprendizado.

Ao meu grande companheiro de vida Felipe, dedicado professor que tanto admiro obrigada pela inspiração e por estar ao meu lado nos momentos mais difíceis.

Todo meu amor àqueles que não estão mais aqui.

*Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão
Afagar a terra*

Milton Nascimento e Chico Buarque

Resumo

SILVEIRA, Danielle Farias da. **Agricultura familiar, mercados institucionais e inclusão social: o caso do Restaurante Universitário da UFPel**. 2020. 135f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

A agricultura familiar é uma categoria social crucial para o Brasil, tanto do ponto de vista do número de pessoas ocupadas como no que diz respeito aos objetivos de soberania alimentar. São milhões de famílias responsáveis por produzir boa parte do alimento que chega às mesas dos brasileiros. Diante desta realidade, os governos progressistas das últimas décadas conceberam políticas públicas identificadas com o esforço de fortalecer tal vocação. Dentre estas políticas, estão os mercados institucionais, que se baseiam na aquisição de alimentos da agricultura familiar para os restaurantes operados pelo governo federal. Estes mercados possuem dispositivos que garantem o pagamento de preço justo, privilegiam a formação cooperativa, privilegiando a participação das mulheres agricultoras. A participação destes agricultores é possível pela dispensa de licitação, mediante “Chamadas Públicas”. Neste sentido, a UFPel empreendeu um projeto de aquisições de alimentos da agricultura familiar para atender a três de seus refeitórios, os quais forneciam uma média diária de três a quatro mil refeições a seus comensais. As compras institucionais da UFPel merecem destaque por terem desenvolvido dispositivos de proteção aos agricultores, tais como: previsão semanal dos alimentos a serem entregues, compreendendo períodos semestrais; respeito à sazonalidade; preferência por alimentos que respeitam os hábitos alimentares regionais; envolvimento e participação das cooperativas e instituições de extensão rural. O estudo aqui apresentado debruçou-se sobre os dados quantitativos dos editais elaborados para as chamadas públicas, bem como dos relatórios de controle destas aquisições. Igualmente buscou junto aos atores sociais que participaram das compras institucionais, informações qualitativas que dessem conta da dinâmica que envolveu o funcionamento deste mercado singular, ao qual estiveram ligadas nove cooperativas de agricultura familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul. Por seu intermédio foram investidos, sob a coordenação da Fundação de Apoio Universitário, cerca de cinco milhões de reais durante o período compreendido entre os anos 2013 e 2017. As compras institucionais do RE-UFPel promoveram o desenvolvimento rural sustentável, fortalecendo as redes sociais, a intercooperação e o protagonismo da agricultura familiar. Todavia, apesar de haver sido um processo bem sucedido foi interrompido em 2018 em virtude das exigências burocráticas dos organismos de controle. A UFPel acabou por implantar um processo de terceirização de seus refeitórios, abrindo mão das conquistas da última década.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Políticas públicas. Mercados Institucionais. Cooperativismo. Desenvolvimento rural.

Abstract

SILVEIRA, Danielle Farias da. **Family farming, institutional markets and social inclusion: the case of UFPel University Restaurant**. 2020. 135f. Dissertation (MSc in Agronomy) – Programa de Pós- Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Family farming is a crucial social category for Brazil, both from the point of view of the number of employed people and in terms of food sovereignty objectives. There are millions of families responsible for producing much of the food that reaches the tables of Brazilians. In view of this reality, progressive governments in recent decades have designed public policies identified with the effort to strengthen this vocation. Among these policies are institutional markets, which are based on the acquisition of food from family farming for restaurants operated by the federal government. These markets have devices that guarantee the payment of a fair price, favor cooperative training, favoring the participation of women farmers. The participation of these farmers is made possible by waiving the bidding process, through “Public Calls”. In this sense, UFPel undertook a project to purchase food from family farming to serve three of its cafeterias, which provided a daily average of three to four thousand meals to its guests. UFPel's institutional purchases are noteworthy for having developed protection devices for farmers, such as: weekly forecast of food to be delivered, comprising semiannual periods; respect for seasonality; preference for foods that respect regional eating habits; involvement and participation of cooperatives and rural extension institutions. The study presented here focused on the quantitative data of the notices prepared for public calls, as well as the control reports of these acquisitions. It also sought from the social actors who participated in institutional purchases, qualitative information that accounted for the dynamics that involved the operation of this unique market, to which nine family farming cooperatives in the Southern Region of Rio Grande do Sul were connected. , under the coordination of the University Support Foundation, about five million reais during the period between the years 2013 and 2017. The institutional purchases of RE-UFPel promoted sustainable rural development, strengthening social networks, intercooperation and protagonism family farming. However, despite being a successful process, it was interrupted in 2018 due to the bureaucratic requirements of the control bodies. UFPel ended up implementing a process of outsourcing its cafeterias, giving up the achievements of the last decade.

Keywords: Family Farming. Public policy. Institutional markets. Cooperativism. Rural development.

Lista de Figuras

Figura 1 -	Municípios Recorte da Pesquisa.....	27
Figura 2 -	Atividade 12ª Semana do Alimento Orgânico.....	38
Figura 3 -	Atividade 12ª Semana do Alimento Orgânico.....	38
Figura 4 -	Percentual de estabelecimentos com produtor associado à alguma cooperativa ou cooperativa e entidade.....	44
Figura 5 -	Sede Cooperativa COOPAMB.....	45
Figura 6 -	Instalações COOPAP.....	46
Figura 7 -	Escritório COOPAP.....	46
Figura 8 -	Propriedade agroecológica.....	48
Figura 9 -	Venda em Mercado Privado.....	48
Figura 10 -	Projeto Feira em Casa.....	49
Figura 11 -	Classificação grãos de feijão.....	50
Figura 12 -	Envase de grãos.....	50
Figura 13 -	Venda direta ao consumidor.....	51
Figura 14 -	Feira livre cooperados.....	51
Figura 15 -	Território Zona Sul.....	62
Figura 16 -	Quantitativo dos valores em Reais (R\$) relativos aos produtos adquiridos pelo RE-UFPel junto às cooperativas de agricultura familiar através de Chamadas Públicas (CP) e de Compras Diretas (CD) durante o período compreendido entre os anos 2016 e 2018.....	107
Figura 17	Valores contratados e valores adquiridos em Chamadas Públicas (CP) do RE-UFPel entre os anos 2016 e 2018.....	108
Figura 18	Total dos recursos de compras da agricultura familiar pela da Fundação de Apoio Universitário (FAU) e da empresa terceirizada (Verde Mar) durante os meses de fevereiro a julho de 2019.	109
Figura 19	Valores em Reais (R\$) das aquisições de produtos da agricultura familiar relativos ao mês de abril de 2017 e abril de 2019, via FAU com a empresa terceirizada por cooperativa pesquisada.....	109
Figura 20	Valores pagos produtos adquiridos da Cooperativa CAFSUL.....	110
Figura 21	Valores relativos aos produtos adquiridos pela através do sistema	112

	FAU (fevereiro a maio de 2017) para o RE-UFPeI junto à Cooperativa COOPAMB vis a vis pela empresa terceirizada (fevereiro a março 2019).....	
Figura 22	Valores pagos por produtos adquiridos pela UFPeI junto à COOPAP pela Fundação de Apoio Universitário (FAU) e pela empresa terceirizada (Verde Mar) entre os meses fevereiro e maio de 2019.....	112
Figura 23	Valores pagos por produtos adquiridos pela UFPeI junto à Cooperativa Sul Ecológica pela Fundação de Apoio Universitário (FAU) e pela empresa terceirizada (Norte-Sul) entre os meses fevereiro e maio de 2019.....	112
Figura 24	Valores pagos por produtos adquiridos pela UFPeI junto à Cooperativa União pela Fundação de Apoio Universitário (FAU) e pela empresa terceirizada (Norte-Sul) entre os meses fevereiro e maio de 2019.....	112

Lista de Quadros

Quadro 1 -	Modalidades PAA.....	22
Quadro 2 -	Legislações que permeiam as compras institucionais.....	24
Quadro 3 -	Distribuição dos entrevistados segundo o papel desempenhado e a data da entrevista.....	32
Quadro 4 -	Distribuição dos entrevistados segundo o papel desempenhado e a data da entrevista.....	32
Quadro 5 -	Distribuição da comunidade universitária segundo a condição.....	36
Quadro 6 -	Editais FAU (2014-2018).....	39
Quadro 7 -	Distribuição do número de refeições servidas durante os meses de julho a dezembro de 2016 e janeiro a junho de 2017 nos três restaurantes-escola da UFPel.....	41
Quadro 8 -	Empresas terceirizadas que passaram a operar a partir das recomendações do CGU.....	42
Quadro 9 -	Informações das Cooperativas.....	52
Quadro 10 -	Cooperativas e Associações que operam os mercados institucionais nos municípios que correspondem ao universo empírico da pesquisa.....	68

Lista de Tabelas

Tabela 1 -	Número de estabelecimentos familiares e não familiares em municípios da microrregião de Pelotas.....	25
Tabela 2 -	Número de pessoas ocupadas em estabelecimentos de caráter familiar e não familiar em municípios da região de Pelotas e no estado do Rio Grande do Sul nos dois últimos censos agropecuários.....	26
Tabela 3 -	Evolução do número de estabelecimentos agrícolas segundo a natureza (Familiar e Não Familiar) nos dois últimos censos agropecuários (2006 e 2017) e respectivos percentuais de crescimento ou decréscimo.....	57
Tabela 4 -	Evolução da distribuição da área de estabelecimentos agrícolas familiares e não familiares número de estabelecimentos agrícolas nos dois últimos censos agropecuários (2006 e 2017) e respectivos percentuais de crescimento ou decréscimo.....	58
Tabela 5 -	Número de produtores familiares com vínculos associativos em relação ao total de estabelecimentos familiares e percentual correspondente de associativismo no âmbito dos municípios que integram o recorte de realidade da pesquisa.....	67

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAFSUL	Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CEASA	Central de Abastecimento
CGU	Controladoria Geral da União
COOAFAN	Cooperativa dos Agricultores Familiares Nortenses
COOPAMB	Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Monte Bonito
COOPAP	Cooperativa Agropecuária de Arroio do Padre
COOPAMOR	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Morro Redondo
COOPAR	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul
COOPESCA	Cooperativa dos Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa
COOPESI	Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel
COSULATI	Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAU	Fundação de Apoio Universitário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
NUPEAR	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar
OCS	Organização de Controle Social
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAA-CI	Programa de Aquisição de Alimentos Compra Institucional
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PIRES	Programa Interdisciplinar de Restaurante Escola
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Sul Ecológica	Cooperativa Sul Ecológica
UCP	Unidade de Cooperativismo

UFPeI

Universidade Federal de Pelotas

UNIÃO

Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu

Sumário

1	Introdução.....	19
1.1	Problema de Pesquisa.....	29
1.2	Objetivos.....	30
1.3	Procedimentos Metodológicos.....	30
2	Instituições.....	35
2.1	UFPel.....	35
2.2	Restaurante Escola-UFPel.....	37
2.3	Cooperativas.....	43
2.3.1	CAFSul.....	43
2.3.2	COOPAMB.....	45
2.3.3	COOPAP.....	46
2.3.4	Sul Ecológica.....	47
2.3.5	UNIÃO.....	49
3	Marco Teórico.....	50
4	Resultados e Discussão.....	69
4.1	Análise das Entrevistas.....	69
4.1.1	Comercialização e a Agricultura Familiar.....	72
4.1.2	O Restaurante Escola como Mercado Institucional.....	74
4.1.3	As Cooperativas participantes das Compras Públicas.....	73
4.1.3.1	Investimento em Infraestrutura.....	79
4.1.3.2	Aumento do Quadro Funcional.....	81
4.1.3.3	Incorporação de novos associados às cooperativas.....	82
4.1.4	Diversificação de Produtos.....	85
4.1.5	Ações para Superar Perda dos Mercados Institucionais.....	87
4.1.6	Qualidade de Vida do Agricultor.....	90
4.1.7	Relações Interinstitucionais.....	92
4.1.7.1	Cooperação Entre Cooperativas.....	93
4.1.7.2	Participação da EMATER.....	95
4.1.7.3	Instituições Participantes no Processo.....	97
4.1.8	Um Ciclo Territorial Virtuoso	98
4.1.9	Mercados Institucionais como afirmação dos objetivos de Segurança Alimentar e Nutricional.....	100

4.1.10 A Situação Atual dos Mercados Institucionais.....	101
4.2 Análise dos Dados Quantitativos.....	106
5 Considerações Finais.....	114
Referências.....	118
Apêndice A.....	129
Apêndice B.....	131
Apêndice C.....	133
Apêndice D.....	135
Apêndice E.....	137
Anexo.....	140

Apresentação

A escolha do tema proposto nesta dissertação vem do meu interesse pelas proposições que envolvem a agricultura familiar, dentre elas: desenvolvimento sustentável do meio rural, agroecologia e alimentação orgânica, extensão rural e políticas públicas, da preservação da cultura e história regional. Igualmente relevantes são os estudos sobre estratégias de reprodução social do agricultor, bem como de iniciativas que valorizem a agroecologia e os processos de fortalecimento do tecido social no âmbito da agricultura familiar.

A discussão sobre mercados institucionais toma corpo dentro da academia ao se mostrar como meio de ampliar o conhecimento sobre estratégias de promoção do desenvolvimento rural. Nesse contexto, iniciativas do gênero demandam uma avaliação concernente à sua efetividade, bem como de uma maior discussão sobre mecanismos de aperfeiçoamento dessa classe de mercados.

Tomei contato com o assunto em 2014 durante a realização do estágio curricular de conclusão do Curso de Agronomia junto ao escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Arroio do Padre/RS, uma pequena localidade situada na região de Pelotas. Nessa ocasião estive envolvida com a Cooperativa Agropecuária de Arroio do Padre (COOPAP), um coletivo de produtores que participava intensamente no fornecimento de alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de municípios da região, bem como ao Restaurante Escola da Universidade Federal de Pelotas (RE-UFPeI).

Tal vivência permitiu que eu observasse o papel deste programa na criação de novas cooperativas de agricultura familiar e para a realidade vivenciada pelas famílias rurais. E foi a partir dessa experiência pessoal que surgiu a inspiração para desenvolver o presente estudo, centrando minha atenção no caso do RE-UFPeI.

Esta dissertação se insere dentro de uma pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) da UFPeI, intitulada “A comida que alimenta o corpo e promove a inclusão social: A experiência das compras institucionais no restaurante escola da UFPeI”. Ela se integra aos projetos do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) ao qual me encontro vinculada há cinco anos, na qualidade de pesquisadora, neste e em outros

projetos ligados às questões rurais, contando com a orientação de professores do departamento, a colaboração de acadêmicos, mestrandos e doutorandos.

1. Introdução

Os aspectos relativos à dinâmica dos mercados institucionais vêm tomando corpo com o impulso proporcionado pela implantação de políticas públicas voltadas, principalmente, para o atendimento dos objetivos de segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável, reprodução social no meio rural e preservação ambiental.

No Brasil, as primeiras políticas de ampliação ao acesso a alimentos são praticadas na década de 1930 (TRICHES, 2015), no entanto, com forte apelo assistencialista. Todavia, mais recentemente houve modificações profundas na filosofia da atuação estatal, como é precisamente o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em seus primeiros anos de implantação a aquisição dos alimentos se dava de maneira concentrada através de licitações públicas, predominando a via da compra de alimentos industrializados, elaborados por grandes corporações, em flagrante contradição com os hábitos alimentares regionais. Além disso, as dificuldades com relação à logística de distribuição ocasionavam situações em que o produto perdia a validade antes mesmo de alcançar as escolas. Não raras vezes tais artigos pereciam devido às condições inadequadas de transporte e armazenamento.

Todavia, modificações importantes surgem a partir da promulgação da nova Constituição Brasileira (1988), sobretudo diante da transferência de competências da União para Estados e municípios na área de educação. A partir de 1994 se amplia a assinatura de convênios e transferência de recursos, trazendo agilidade aos processos de aquisição e distribuição, além de permitir maior controle e adaptação às necessidades regionais.

O que se observa neste período é que o PNAE possuía apenas o caráter de atender às necessidades de alimentação dos estudantes, respeitando processos licitatórios, refletindo a lógica da compra de produto que apresentassem o menor valor. É somente em 2003 que a alimentação escolar é vista como possibilidade de contribuir com o desenvolvimento social e econômico das regiões interioranas do

país. No entanto, as restrições imputadas pela exigibilidade de licitação ainda dificultavam o acesso a este mercado por parte dos agricultores familiares.

Neste sentido, ao ser instituída, em 2009, a legislação específica do PNAE - a Lei 11.947 – se estabelecem, por fim, os princípios norteadores da aquisição de alimentos da agricultura familiar com dispensa de licitação a serem empregados na elaboração dos cardápios da alimentação escolar. Esta mudança foi crucial para ampliar os horizontes de milhares de estabelecimentos familiares de todo o país. Nesse contexto, em seu artigo 14 estabelece que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

O PNAE também prevê que alimentos produzidos em sistema orgânico ou agroecológico recebam um preço prêmio com pagamento 30% maior do que aqueles obtidos por sistemas convencionais de produção. Essa mudança institui um mecanismo de incentivo a essa forma de agricultura, além de propor uma substancial melhoria na qualidade dos alimentos.

Em reforço à lógica dos mercados institucionais, é preciso chamar a atenção para o surgimento do decreto 8.473 de 2015, o qual:

[...] estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. (BRASIL, 2015)

A partir da implantação destas legislações é que se percebe uma ampliação das condições de acesso a esse tipo de mercado para a uma parcela crescente dos agricultores familiares de todo o Brasil aos mercados institucionais. Ainda que atingisse um percentual pequeno do conjunto de estabelecimentos familiares do país, a experiência dos mercados institucionais mostrou que é possível viabilizar uma política do gênero, a qual tem como um de seus grandes méritos o de assegurar a compra antecipada dos produtos da agricultura familiar e promover ciclos virtuosos de desenvolvimento. (GRISA; SCHNEIDER, 2015)

O grande marco de criação dos mercados institucionais no Brasil se dá com a criação, em 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual foi instituído pela Lei 10.696. A inovação do PAA está em atender demandas oriundas

de dois flancos, de um lado, ao garantir ações de segurança alimentar e nutricional, de outro, ao apoiar a comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar (GRISA; PORTO, 2015; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2017). Este programa torna possível a aquisição de alimentos da agricultura familiar, por parte de instituições federais, dispensando a necessidade de licitação, sendo que, para tal, tomam-se como referência os preços praticados pelo mercado dentro de processos que correm sob a gestão do Grupo Gestor do PAA (GGPAA).

Em uma de suas modalidades, o agricultor familiar pode participar individualmente, bem como através de cooperativa ou associação, entregando seus produtos diretamente à administração municipal ou estadual. Este alimento é encaminhado às famílias em situação de vulnerabilidade social, se integrando, assim, aos programas de distribuição de renda.

Como assinalam Vogt e Souza (2009, p.4) “O PAA tem a perspectiva de conectar a demanda por alimentos, impulsionada pelos programas públicos, com a produção originada da agricultura familiar carente de mercados, aí incluídos também os assentamentos do Programa de reforma agrária.”

O Quadro 1 apresenta as modalidades vigentes de PAA, as quais estão atualizadas de acordo com o Decreto 8.293 de 2014.

Cabe ressaltar que, no âmbito das instituições federais de ensino superior (IFES), vigora o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual foi instituído através do Decreto 7.234 de 2010 que tem por objetivo garantir a permanência de alunos em nível de graduação que possuem baixo poder aquisitivo. O PNAES possui dotação orçamentária própria e destinada para aplicação dentro das IFES que realizam o devido processo de seleção dos alunos contemplados pelo benefício de auxílio estudantil. Através dele devem ser garantida a atenção à saúde, moradia, transporte e alimentação dos alunos que preenchem os requisitos para tal.

No caso do RE-UFPe¹ parte dos valores do PNAES se destina ao financiamento do custo das refeições destes alunos, os denominados “bolsistas”. Para os alunos “não-bolsistas” o financiamento da alimentação se dá por intermédio

¹ Nesta dissertação de mestrado há duas formas de alusão à experiência da UFPel, seja como Restaurante-Escola (RE-UFPe), seja como Restaurante Universitário. Ocorre que até o momento em que a gestão dos processos corria a cargo da Fundação de Apoio Universitário (FAU) os refeitórios eram também vistos como um espaço de aprendizagem, pesquisa e formação acadêmica para alunos das mais diversas áreas do conhecimento. Não obstante, após a terceirização, ocorrida em 2018, essa realidade foi totalmente alterada. É por essa razão que tal forma de referência (RE-UFPe) já não mais se aplica. Por conta disso, houve por bem mudar inclusive o título da dissertação. Essa transformação será explicada em detalhes nas seções subsequentes desta dissertação.

do orçamento próprio da universidade. É no contexto da aquisição de alimentos para elaboração das refeições que são aplicados os ditames do Programa de Aquisição de Alimentos – Compras Institucionais (PAA-CI).

Grisa e Schneider (2015) propõem um esquema de análise para as ações de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, o qual se baseia no que denominam de três gerações de políticas públicas. A primeira geração de políticas públicas surge em um contexto de redemocratização do país e de fortalecimento das entidades representativas da agricultura familiar, o que se deu após um período de investimentos públicos com o objetivo de alcançar uma modernização tecnológica da agricultura o que beneficiou apenas o setor patronal da agricultura. As entidades representativas da agricultura familiar passaram a atuar de forma propositiva participando da construção de políticas que atendessem às demandas desta categoria social.

Modalidade	Característica
Compras com Doação Simultânea	Destinado à redes socioassistenciais, integra programas de Combate à Fome, operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Ministério da Cidadania.
Formação de Estoques	Formado para constituir estoques estratégicos, operado pela CONAB, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Secretaria da Agricultura Familiar (SAF).
Compra Direta	Compra de produtos definidos pelo GGPAA, a fim de controlar preços, operado pela CONAB.
PAA Leite	Incentivo à produção leiteira, beneficiamento e doação a beneficiários consumidores, operado pelos estados com recursos do Ministério da Cidadania.
Compra Institucional	Compras realizadas para atender demandas de consumo de instituições federais de consumo de alimentos, sementes. Operado pelos órgãos compradores.
Aquisição de Sementes	Compra de sementes, mudas e materiais propagativos de espécies para alimentação humana ou animal, operado pela CONAB.

Quadro 1 – Modalidades PAA.

Fonte: Grisa e Porto (2015), adaptado e atualizado pela autora (2020).

Fruto das mobilizações do final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, nasce a primeira política pública voltada exclusivamente à agricultura familiar, o PRONAF como plataforma de crédito rural dirigida a este setor. Paralelamente a

este impulso inicial, pode-se apontar a política de reforma agrária, por meio da qual, milhares de famílias são assentadas, especialmente na região norte do país. Com o advento destas políticas públicas, foi possível que “[...] a agricultura familiar passasse a ser vista de forma positiva e relevante para a produção de alimentos e geração de empregos” (GRISA; SCHENEIDER, 2016, p.133).

A segunda geração de políticas públicas, seguindo o esquema de Grisa e Schneider, teve um cunho mais assistencialista, vindo ao encontro de projetos que visavam a erradicação da pobreza e da fome, evidenciando a interface entre políticas agrárias e sociais. Na linha agrária tivemos a criação de grupos dentro do PRONAF, permitindo o acesso ao crédito daquelas famílias mais descapitalizadas e buscando contemplar a heterogeneidade do campo. Outras políticas de transferência de renda, como o bolsa família, alcançaram, também, o mundo rural. Programas de garantia safra e de habitação rural foram instituídos em consonância com programas de desenvolvimento territorial, sendo, assim, capazes de “[...] contribuir e garantir a reprodução social [...]” (GRISA; SCHENEIDER, 2016, p. 136) daqueles atores em situação de vulnerabilidade.

Alcançando o tema da segurança alimentar e nutricional, a terceira geração de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento rural, versa sobre os mercados institucionais, projetos do governo federal que garantem um canal de comercialização para os produtos oriundos da agricultura familiar. Projetos como o PAA que garantem a aquisição de alimentos destinados às populações mais vulneráveis, aliado ao PNAE, programa vinculado à alimentação escolar, afiançam importante canal de comercialização e fortalecimento das redes sociais no âmbito da agricultura familiar.

Observa-se que foi constituído todo um arcabouço legal (esboçado sinteticamente no Quadro 2) como base para o funcionamento de políticas públicas que colocam a agricultura familiar como núcleo central desses processos. São programas que garantem a aquisição dos produtos, mas que também incentivam a participação das mulheres tornando este público preferencial nos processos das Chamadas Públicas. Igualmente o cooperativismo é estimulado, visto que, com exceção do PAA Doação Simultânea, a participação nas chamadas depende da vinculação à cooperativa possuidora de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Lei	Descrição
Lei 10.696 de 2003	Institui o PAA
Lei 11.326 de 2006	Formulação das diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Lei 11.346 de 2006	Institui o SISAN
Lei 11.947 de 2009	Institui o PNAE
Lei 12.512 de 2011	Programa de Fomento às atividades produtivas rurais
Decreto 7.775 de 2012	Regulamenta as chamadas públicas citadas na Lei 10.696/2003
Decreto 8.473 de 2015	Estabelece percentual mínimo de 30% na aquisição de alimentos nos mercados institucionais em âmbito federal

Quadro 2 – Legislações que permeiam as compras institucionais.
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Políticas públicas como o PAA e o PNAE vêm ao encontro do que estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído através da Lei 11.346 de 2006, que tem por objetivo elaborar ações, políticas e programas que garantam segurança alimentar e nutricional (SAN) à população. Em seu 3º artigo a legislação esclarece o que vem a ser a SAN:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

As ações propostas no âmbito do SISAN encontram, no PAA e PNAE, plenas condições de atendimento, tendo em vista que o acesso a mercados consolidados permite ao agricultor familiar manter sua reprodução social no meio rural através do fortalecimento de uma de suas mais nobres vocações, qual seja, produzir alimentos que atendam às necessidades das populações que gravitam em seu entorno. Para além disso, quando o agricultor acessa novos mercados, aumenta a disponibilidade e a diversidade de alimentos para a família agricultora.

Programas de garantia de alimentação permitem acesso a alimento fresco e de qualidade, cultivado, muitas das vezes, com base em sistemas orgânicos.

Paralelamente tal sistema abre espaço para introduzir boas práticas de educação alimentar. Indiretamente esse tipo de iniciativa impacta na redução de doenças cujo enfrentamento onera o Sistema Único de Saúde (SUS).

Dentre os temas inerentes às questões da agricultura familiar, os mercados institucionais se destacam como mecanismo eficaz em promover o desenvolvimento rural. Ao considerarmos que a agricultura familiar é representativa em nosso país, vislumbra-se o porquê dessas políticas serem relevantes. Eis que o último censo agropecuário contabilizou a existência de 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil, dos quais, 3.897.408 (76,8%) são de caráter familiar (BRASIL, 2017). No âmbito da região de Pelotas a importância dessa forma social de produção ainda é mais acentuada (FINATTO; SALAMONI, 2008).

Através dos dados da Tabela 1 é possível dimensionar a importância da agricultura familiar na região de Pelotas. Nessa parte do Rio Grande do Sul o Censo Agropecuário de 2017 contabilizou a existência de 15.906 estabelecimentos rurais, dos quais, 85,3% são de caráter familiar, com destaque para Arroio do Padre onde o mesmo dado alcança uma proporção máxima (93,7%) dentre as demais localidades destacadas.

Tabela 1. Número de estabelecimentos familiares e não familiares em municípios da microrregião de Pelotas.

Município	Tipo de estabelecimentos		Total
	Familiar	Não familiar	
Arroio do Padre	400	27	427
Canguçu	6.691	1.384	8.075
Morro Redondo	369	116	485
Pelotas	2.444	253	2.697
São Lourenço do Sul	3.334	516	3.850
Turuçu	333	39	372
Total	13.571	2.335	15.906

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Ao analisar os dados da Tabela 2 é igualmente possível comparar o número de estabelecimentos da agricultura familiar com a agricultura não-familiar do ponto de vista do número de pessoas ocupadas no período compreendido entre os dois últimos censos agropecuários (2006 e 2017) no estado do Rio Grande do Sul e nas localidades do entorno de Pelotas.

A caracterização da região torna-se pertinente quando se avalia que a presença da agricultura familiar está diretamente relacionada com a ocupação da força de trabalho rural. No período intercensitário (2006-2017) esse contingente viu-se reduzido numa proporção equivalente a 19,4%, passando de 1.231.825 para 992.413 pessoas ocupadas no estado do Rio Grande do Sul. Mas é no âmbito da agricultura familiar que esse dado reflete uma redução da ordem de quase 33%, passando de 991.660 para 716.695 pessoas ocupadas no intervalo de tempo considerado. A agricultura não-familiar sofreu um incremento de 14,8%, passando de 240.165 para 275.718 pessoas ocupadas.

No contexto dos municípios do entorno de Pelotas, houve um declínio muito distinto entre as seis localidades no que tange ao total de pessoas ocupadas. O mais baixo decenso foi em São Lourenço do Sul (9,0%), o qual destoa bastante de Canguçu (20,8%), Arroio do Padre (32,8%), Morro Redondo (30,9%) e Pelotas (39,1%), mas, sobretudo, de Turuçu, onde esse dado é máximo (39,4%)².

Tabela 2. Número de pessoas ocupadas em estabelecimentos de caráter familiar e não familiar em municípios da região de Pelotas e no estado do Rio Grande do Sul nos dois últimos censos agropecuários.

Município	2006			2017		
	Familiar	Não Familiar	Total	Familiar	Não Familiar	Total
Arroio do Padre	1.666	64	1.730	1.095	67	1.162
Canguçu	23.720	3.151	26.871	17.462	3.822	21.284
Morro Redondo	1.600	245	1.845	916	358	1.274
Pelotas	10.370	1.670	12.040	6.245	1.084	7.329
São Lço. do Sul	12.291	2.024	14.315	10.777	2.257	13.034
Turuçu	1.363	300	1.663	837	171	1.008
Rio G. do Sul	991.660	240.165	1.231.825	716.695	275.718	992.413

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

² Os dados do último censo agropecuário (2017) só muito recentemente começaram a ser analisados, havendo muita controvérsia em torno à ideia de que teria havido um encolhimento da agricultura familiar no país do ponto de vista do número de estabelecimentos e da população ocupada. Os que se posicionam contrários à tese do encolhimento afirmam que isso se deu em virtude de mudança metodológica adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É que por força da Lei nº 11.326 e de regulamentação posterior, que veio a ocorrer com a edição do Decreto nº 9.064 em 2017, 661 mil estabelecimentos familiares deixaram de fazer parte desse conjunto em virtude do fato de que mais de 50% da renda familiar ser oriunda de fora da exploração. Desse modo, teriam eles sido enquadrados como estabelecimentos não familiares. Essa mudança fez com que houvesse um crescimento da mão de obra contratada por explorações patronais, no mesmo passo com o decenso da mão de obra familiar. Ainda assim, optamos por manter o dado obtido no último censo. Todavia, estamos conscientes de que pode haver equívocos no sentido de subestimar a importância da setor familiar da agropecuária nacional. Sobre esse assunto, ver a propósito Del Grossi et al (2020).

O que aqui precisa ficar claro é que o apoio à agricultura familiar é, também, uma forma crucial de geração de empregos ou mesmo para tentar criar mecanismos no sentido de reduzir o impacto da destruição de postos de trabalho ligados direta ou indiretamente às atividades agropecuárias que aparece estampada no comparativo entre os dois últimos censos agropecuários.

Através da Figura 1 é possível visualizar o recorte da pesquisa a que se refere essa dissertação, o qual inclui localidades inseridas dentro do chamado “Território Zona Sul”, uma delimitação espacial que surgiu a partir da criação do Programa Territórios da Cidadania, iniciativa que emergiu dentro das políticas de desenvolvimento e de combate à fome e à insegurança alimentar do governo federal durante os mandatos de Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Nessa região atuam cooperativas e associações de agricultores e agricultoras familiares envolvidas com a produção de alimentos que supriram a demanda do Restaurante Escola da Universidade Federal de Pelotas (RE-UFPel) durante os últimos sete anos. Todavia, como posteriormente será analisado, essa modalidade de mercado institucional sofreu mudanças ao longo do período.

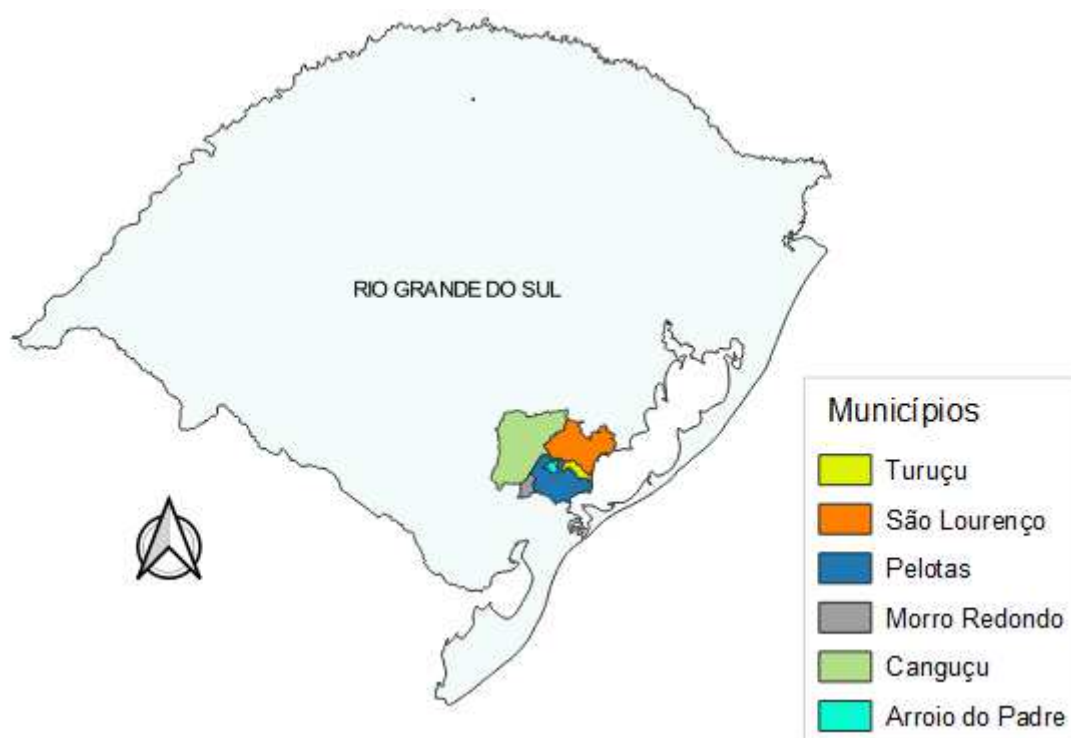


Figura 1: Municípios Recorte da Pesquisa.
Fonte: Ferramenta QGis, editado pela autora (2020).

É no contexto dos mercados institucionais e da relevância da agricultura familiar na Região Sul do Rio Grande do Sul (RS) que se desenvolve esta dissertação. Nela se busca identificar de que maneira, iniciativas como a do RE-UFPeI, repercutem na reprodução social dos agricultores familiares da região, bem como a atuação dos diversos atores intervenientes nesse processo. Outro aspecto que desperta o interesse é avaliar se, e de que forma, esse projeto vem promovendo o desenvolvimento sustentável, uma vez que privilegia as cadeias curtas de comercialização, a produção de alimentos agroecológicos e o desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 1999; ALTAFIN, 2007).

A presente introdução inclui ainda uma descrição do problema de pesquisa e os objetivos, bem como a metodologia adotada na investigação. A seção 2 aborda as características das instituições envolvidas no projeto de compras institucionais realizadas pela Universidade Federal de Pelotas para atender aos seus refeitórios.

A seção 3 compreende uma revisão bibliográfica sobre questões que são centrais para a dissertação. O marco teórico contempla o tema relativo aos mercados institucionais e suas interfaces com o desenvolvimento rural, circuitos curtos de comercialização e com as políticas públicas.

Os resultados da pesquisa são analisados na seção 4, tanto os que estão relacionados com o levantamento de dados sobre o quantitativo de recursos envolvidos, como especialmente a análise do material reunido nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. Essa abordagem mostrará as transformações que ocorrem nesse sistema a partir do momento em que a reitoria da UFPeI decide interromper o sistema de compras institucionais que vinha sendo operado ao longo dos últimos anos, colocando, em seu lugar, a modalidade de terceirização dos restaurantes que servem à comunidade universitária.

Por fim, na Conclusão os resultados da pesquisa são apresentados, bem como uma análise sobre a importância das iniciativas do gênero para conciliar inclusão social, segurança alimentar e desenvolvimento rural.

1.1. Problema de Pesquisa

Os mercados institucionais são uma realidade na Região Sul do RS, estando presentes em diversos municípios que cumprem a legislação e adquirem, junto aos agricultores e agricultoras familiares e suas organizações, os alimentos da merenda escolar, tema este que vem sendo objeto de diversas pesquisas (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2015; BECKER; SACCO DOS ANJOS e DAL MOLIN, 2014)

Ao entender que a situação representada pelo RE-UFPeI é diversa daquela encontrada nas aquisições da merenda escolar, formula-se para esta pesquisa o problema que embasa toda a investigação, o qual pode ser traduzido nos seguintes termos: o fornecimento de alimentos ao RE-UFPeI tem contribuído na maneira como opera no sentido de ampliar as condições de reprodução social dos agricultores familiares envolvidos? A dinâmica desse sistema de compras institucionais tem servido de incentivo ao associativismo e formação de tecido social nas localidades em que vem sendo operado?

Um dado relevante na discussão sobre a agricultura familiar local é o envolvimento destas famílias em cooperativas e associações. A presença destas associações e cooperativas requer uma maior organização dos produtores como requisito para viabilizar o acesso de seus associados aos mercados institucionais. Tal fato é apontado por Costa et al. (2015, p.115):

Os processos de globalização deixaram as disputas pelos mercados mais acirradas entre os atores que nele atuam, ocasionando a exclusão de parte da população do sistema de produção. No que se refere à agricultura familiar, a constituição de associações e cooperativas se mostra como uma importante ferramenta de organização social, política e econômica.

Compreender os mecanismos subjacentes aos processos das compras institucionais vem ao encontro dos interesses do agricultor familiar e da sociedade como um todo, incluindo o Estado, em termos de melhoria das ações governamentais. Esse aspecto, a partir da perspectiva que se pretende alcançar com este estudo, é um dos elementos que confere relevância à pesquisa que embasa essa dissertação de mestrado.

1.2. Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é compreender como se desenvolveu o mercado institucional operado pelo RE-UFPeI sob a perspectiva dos atores que participaram deste processo. Com base neste intento foram objetivos específicos a fim de melhor delimitar o objeto da pesquisa, quais sejam eles: (1) Compreender os mecanismos que envolvem os processos das compras institucionais do RE-UFPeI; (2) Identificar se a dinâmica das compras institucionais promove a criação e fortalecimento do tecido social entre os partícipes do processo; (3) Analisar a situação atual e as perspectivas das compras institucionais operadas pela UFPeI.

1.3. Procedimentos Metodológicos

Para a elaboração desse trabalho foi empregada uma abordagem de cunho qualitativo (LUDKE; ANDRE, 1987; RHEINHEIMER; GUERRA, 2009), compreendendo nesse formato uma série de recursos que visam encontrar respostas a questões colocadas dentro da presente dissertação. Nesse sentido, o entendimento de Michel Thioellent (2011) de que a metodologia deve apresentar o que chama de “condições satisfatórias para uma combinação de técnicas apropriadas aos objetivos de pesquisa” (THIOLENT, 2011, p. 33) auxilia na escolha e organização do repertório de suportes que foram adotados na investigação.

No âmbito de uma abordagem qualitativa, o olhar do pesquisador deve estar atento a essa condição de criticidade constante aos métodos, que devem atender aos elementos objetivos postos pelo problema de pesquisa, mas também considerar as subjetividades na relação do pesquisador com o seu próprio objeto (RHEINHEIMER; GUERRA, 2009). Por isso a importância de processos de adaptação em meio aos percursos de investigação. Ainda que os métodos tenham sido previamente escolhidos, há que se estar aberto ao processo dialético que se estabelece a campo, quando novas situações são apresentadas no âmbito da realidade concreta.

Dessa forma, a abordagem metodológica está baseada em seis eixos: revisão bibliográfica; pesquisa exploratória; roteiro de entrevista semi estruturada; coleta de dados primários; uso do diário de pesquisa ou caderneta de campo e registro

fotográfico. Todos os itens estão articulados e são pensados de forma integrada para que os resultados obtidos sejam considerados satisfatórios.

A revisão bibliográfica diz respeito à aproximação junto ao tema, a criação de uma melhor percepção do pesquisador com autores, pesquisas, projetos, conhecimentos sobre os temas que estão colocados. Desse processo deriva a lapidação dos instrumentos para a aproximação com a realidade dos interlocutores. A fase de preparação leva em conta a realidade objetiva dos espaços e dos sujeitos, sendo que o que está em curso nesse movimento pode ser considerado o “delineamento da pesquisa de acordo com seus princípios e estratégias” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2015).

O passo seguinte se atém à elaboração dos roteiros das entrevistas, que atendam a um caráter semi-estruturado, que contempla o acúmulo dos momentos anteriores de forma a qualificar o processo em andamento (von SIMSON, 2013). Assim, foram elencados algumas incursões concretas junto a três classes distintas de entrevistados (operadores, mediadores e agricultores), que incluem, concretamente atores sociais intervenientes nos processos, cujos roteiros são indicados entre parênteses e apresentados nos respectivos apêndices. Entre estes constam:

- Nutricionista responsável pelo Restaurante Escola da Universidade Federal de Pelotas (RE-UFPeL) no período de administração da FAU (Apêndice A);
- Nutricionista da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) que atualmente acompanha a execução dos contratos das empresas terceirizadas (Apêndice B);
- Extensionista Rural da Unidade de Cooperativismo da Extensão Rural (UCP-EMATER), sendo um dos que principalmente acompanha o processo de compras institucionais do RE-UFPeL (Apêndice C);
- Dirigentes de Cooperativa que atenderam ao RE-UFPeL (Apêndice D);
- Agricultores familiares cooperados (Apêndice E).

Como se pode observar, estamos diante de um circuito que compreende o processo que vai da produção até a chegada do alimento junto aos refeitórios desta instituição pública. A escolha desses atores sociais se deve justamente a esse elemento da intersecção entre eles, em escalas de organização da produção do

alimento, de repasse, efetivação, acompanhamento da política pública e mediação do processo.

As entrevistas foram realizadas mediante gravação das falas em equipamento digital (smartphone), cujo conteúdo foi objeto de transcrição de forma integral. A fim de preservar a identidade dos entrevistados foram usados determinados códigos, conforme se indica nos Quadro 3 e Quadro 4. Cabe destacar a opção por identificar dentre os entrevistados aqueles que são mulheres, pelo entendimento da importância de explicitar o protagonismo feminino na agricultura familiar. Como é possível perceber, foram realizadas quatorze entrevistas no total, as quais são discriminadas nos dois quadros aludidos anteriormente.

Nome	Pseudônimo	Data
Nutricionista 1	N1	24/04/2019
Nutricionista 2	N2	14/05/2020
Extensionista Rural	ER	02/05/2019
Dirigente Cooperativa 1	DC1	06/06/2019
Dirigente Cooperativa 2	DC2	15/07/2019
Dirigente Cooperativa 3	DC3	29/01/2020
Dirigente Cooperativa 4	DC4	06/02/2020
Dirigente Cooperativa 5	DC5	09/04/2020

Quadro 3. Distribuição dos entrevistados segundo o papel desempenhado e a data da entrevista.
Fonte: Elaboração da autora (2020).

Nome	Codínome	Data
Agricultor Familiar 1	AF1	03/07/2019
Agricultor Familiar 4	AF2	22/07/2019
Agricultora Familiar 3	AF3	17/02/2020
Agricultor Familiar 2	AF4	17/02/2020
Agricultor Familiar 5	AF5	10/04/2020
Agricultor Familiar 6	AF6	13/04/2020

Quadro 4. Distribuição dos entrevistados segundo o papel desempenhado e a data da entrevista.
Fonte: Elaboração da autora (2020).

A coleta de dados secundários compreende o processo de busca de informações em plataformas públicas que contemplem elementos e dados relativos à realidade investigada. Chamo especial atenção para o levantamento de

indicadores junto ao Sistema de Recuperação de Dados (SIDRA)³ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também se buscou registros junto a relatórios anuais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)⁴ e editais de chamadas públicas. Nesse caso, o intuito é cruzar informações públicas visando cotejar momentos distintos em que as compras vêm sendo operadas nos últimos sete anos.

Como se pode perceber, a relação que se estabelece com os interlocutores é uma relação humana, entre sujeitos envolvidos em um processo investigativo que permeia o desenvolvimento da pesquisa. E isso, dentro de uma metodologia qualitativa deve ser levado em consideração, daí a necessidade de possuir um diário de pesquisa ou caderneta de campo, a qual serve como forma de acompanhamento das atividades desenvolvidas e o registro de impressões da pesquisadora.

Oriundo da Antropologia, o uso de um Diário de Campo é também um momento de problematização, gerando inflexões que se agregam e qualificam interpretações do pesquisador em campo (WEBER, 2009). Igualmente, “Futuras associações criativas podem desvendar nexos hoje não percebidos” (OLIVEIRA, 1998, p. 19), transformando-se esse um material relevante à investigação e aos seus desdobramentos. Pensando nisso, foram realizados os registros da seguinte forma: informação sobre o local ou propriedade, estrutura dos estabelecimentos, posição com relação aos mercados consumidores, informações pertinentes relatadas antes ou depois da gravação da entrevista, anotações em situações que não foi possível realizar gravação. O apoio da caderneta de campo consta ainda de reflexões consideradas atinentes ao escopo da pesquisa.

Por fim, o registro fotográfico. Além de ser um elemento da memória de campo, serve como fonte registro do itinerário da pesquisa e dos atores envolvidos ao longo da trajetória do trabalho. Assim, a utilização de registros por meio de imagens se dá, não na intenção de análise do conteúdo em si, mas sim na responsabilidade de tornar público, transparente e capaz de tornar mais clara a argumentação em curso.

³ O Sidra permite a montagem de tabelas gerais e específicas com os dados dos censos agropecuários.

⁴ Tal informação consta em links específicos na página da UFPel, os quais são indicados nas referências dessa dissertação.

Na abordagem qualitativa o “pesquisar se aprende mediante o próprio fazer”, quando o pesquisador identifica as ferramentas mais profícuas, resguardando a integridade da sua investigação (OLIVEIRA, 1998, p. 21). Foi a partir desses instrumentos que se desenvolveu a pesquisa que embasa a presente dissertação, cujos alcances e resultados serão apresentados e discutidos nas seções subsequentes.

2. Instituições

2.1. UFPel

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel), instituição federal de ensino superior e de pós-graduação, está localizada no município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul (RS). Sua fundação ocorreu em 1969, incorporando várias unidades que até então funcionavam de forma independente, como é o caso das faculdades de Ciências Agrárias, Agronomia, Medicina Veterinária, Ciências Domésticas, Odontologia, Direito e Medicina.

Seu surgimento se dá, portanto, no auge do regime militar (1964-1985), logo após a promulgação (1968) do Ato Institucional nº 5 que cassou direitos políticos e garantias constitucionais da população brasileira. Só a partir dos processos de redemocratização nacional e da promulgação da nova constituição (1988) que as universidades públicas conquistam uma autonomia que havia sido retirada, assim como de reconstruir sua relação com as organizações da sociedade civil.

Ainda de acordo com o histórico relatado em sua página institucional, a universidade experimenta um importante processo de expansão a partir do advento do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), inicia do Governo Federal levada a cabo durante o Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), que permitiu a criação de novos cursos, a ampliação do número de vagas e estruturação de novos campi universitários. Desta feita a UFPel passa de 58 para 96 cursos, e de 8.000 para 16.000 alunos.

Segundo dados do relatório anual de 2018, a comunidade universitária integra atualmente 21.736 indivíduos entre alunos, técnicos administrativos, professores, conforme informações constantes no Quadro 5. Somam-se a esses um número bastante elevado de funcionários terceirizados que atuam em diversas áreas dentro da universidade (segurança, manutenção, etc.). Esse conjunto de indivíduos integram a comunidade universitária, sendo que parte expressiva destes frequenta os restaurantes universitários para realizar, diariamente, as suas refeições. Esse é o público de potenciais comensais dos restaurantes-escola da UFPel.

Membros da comunidade universitária	Número
Estudantes de graduação	15.370
Estudantes de EAD	1.001
Estudantes de Doutorado	1.034
Estudantes de Mestrado	1.174
Estudantes de Especialização	285
Estudantes de Mestrado Profissional	110
Docentes	1.475
Servidores Técnicos Administrativos	1.287
Total	21.736

Quadro 5 – Distribuição da comunidade universitária segundo a condição.
 Fonte: Portal UFPel* (2017) Adaptado e atualizado pela autora (2019).

A análise pretendida se aterá aos números de potenciais usuários das unidades do restaurante universitário, tendo em vista que são esses os consumidores das refeições elaboradas a partir dos alimentos produzidos pela agricultura familiar da região.

Cabe evidenciar a natureza plural desta universidade, seja pela multiplicidade dos alunos que nela encontram seu espaço de crescimento na vida acadêmica, quanto pela diversidade de cursos oferecidos, onde a ênfase recai no sentido de oferecer serviços à comunidade e de se inserir à sociedade a sua volta. É em resposta à diversidade existente na UFPel que o restaurante universitário possui um caráter que ultrapassa a mera condição de fornecedor de refeições ao seu público. É o que destaca o Relatório Anual da UFPel:

Outros projetos contribuíram para o desenvolvimento não só da Universidade como também da região, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que além de oferecer refeições mais saudáveis no Restaurante Universitário também fomenta a agricultura familiar da região, a partir da aquisição de alimentos orgânicos. (UFPel, 2016, p.209)

É no restaurante universitário que a UFPel mostra sua preocupação em não só oferecer refeições para seus alunos bolsistas, via PNAES, o qual busca subsidiar a refeição dos alunos, disponibiliza igualmente aos demais usuários uma alimentação saudável e a um preço justo. É neste contexto que surgiram as compras institucionais realizadas pela UFPel nos últimos anos, desde o começo de sua

institucionalização no ano de 2013. Nesse período a UFPel e o país viviam circunstâncias que precisam ser destacadas.

No plano nacional vivíamos no período do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff cuja linha de atuação estava claramente identificada com a política de segurança alimentar e nutricional e com os mais diversos apoios à agricultura familiar. No âmbito local merece destacar que a Reitoria da UFPel tinha à testa o Professor Mauro Del Pino, cuja atuação estava claramente afinada com a linha ideológica do governo federal. O que aqui se quer ressaltar é que foi esta uma decisão política adotada pela Reitoria desta instituição. Parte-se da premissa de que a realidade que se converteu no objeto dessa pesquisa não pode ser compreendida sem aludir a estas circunstâncias e a esse contexto que une os dois âmbitos: nacional e local.

2.2. Restaurante Escola UFPel

Os restaurantes universitários da UFPel operaram até o ano de 2018 sob responsabilidade da Fundação de Apoio Universitário (FAU). Esta instituição, sem fins lucrativos, que atua no suporte à universidade em projetos de ensino, pesquisa e extensão, inclui ainda serviços prestados aos alunos e à comunidade, a exemplo do Hospital Universitário e do Hospital de Clínicas Veterinárias. São igualmente nesses espaços que os alunos desenvolvem seu aprendizado e formação.

É neste contexto que surge o Programa Interdisciplinar de Restaurante Escola (PIRES), o qual foi criado, de um lado, pela necessidade de operacionalizar, manter e fornecer refeições aos usuários do restaurante universitário da UFPel; de outro, enquanto um espaço de formação acadêmica profissional, onde os alunos pudessem desenvolver seus projetos. De acordo com o plano de trabalho do PIRES, se vislumbra que “Por efeito, a noção de restaurante aqui colocada só pode ser compreendida quando adjetivada pelo conceito de formação acadêmico profissional. Em uma palavra como territorialidade formativa.” (PIRES, 2018)

Durante a coleta dos dados qualitativos, foi relatada uma diversidade de atividades ocorridas, e que continuam acontecendo em seus espaços. A mais usual firmou-se como local de realização de estágio curricular para estudantes dos Cursos de Nutrição, Química de Alimentos, Gastronomia, Turismo, Administração. Outra atividade lá exercida é a de acompanhamento da qualidade da água com coletas

semanais e realização de análises físico-químicas. Com relação à qualidade, houve acompanhamento do nível de contaminação de superfícies e dos trabalhadores das cozinhas dos restaurantes.

Ainda no relativo à qualidade, foi conduzido trabalho de acompanhamento e monitoramento de resíduos gerados, a fim de incentivar a redução de desperdícios, ação que ocorreu na área de produção e na praça de alimentação. Outra interface que ocorreu no espaço do RE-UFPeI consta da realização de eventos acadêmicos no âmbito de suas instalações.

Ao encontro das questões tratadas nesta dissertação, pode-se registrar uma iniciativa levada a efeito em 2016 durante a 12ª Semana do Alimento Orgânico, a qual tratou de demonstrar aos comensais dos restaurantes universitários, a origem dos alimentos servidos (Figuras 2 e 3). Esta iniciativa foi lembrada na fala de um dos agricultores familiares entrevistados, segundo o qual, ações como esta valorizam o agricultor e conscientizam os consumidores sobre a importância de saber de onde vem o alimento.



Figura 2: Atividade 12ª Semana do Alimento Orgânico.
Fonte: Foto de Isadora Escosteguy (2016).



Figura 3: Atividade 12ª Semana do Alimento Orgânico.
Fonte: Foto de Isadora Escosteguy (2016).

O RE-UFPeI adquire alimentos da agricultura familiar desde 2010, sendo que à época era ainda de maneira reduzida, isso por que esse tipo de operação ficava restrita pela Lei das Licitações (nº 8.666 de 1993), que obrigava a realização de pregão para livre concorrência por menor preço. Para além da questão dos preços, a burocracia também era apontada como empecilho à participação destes pregões. Neste primeiro momento as compras ficavam restritas a operações diretas e em aquisição de pequenos volumes.

Com o advento do Decreto 7.775 de 2012, ver (Quadro 2), as compras da agricultura familiar passam a ser facilitadas pela realização de Chamadas Públicas ao invés de processos licitatórios. É nesse plano que se impõe o envolvimento das cooperativas da agricultura familiar que atuam na região e, sobretudo, do escritório regional da Extensão Rural oficial (EMATER) através de sua unidade de cooperativismo (UCP-Emater). Trata-se da busca pela concretização deste projeto, uma vez que se trata de viabilizar as questões burocráticas para participar das Chamadas Públicas, mas também das articulações requeridas para atender os requisitos de quantidade e diversidade de produtos para a elaboração dos cardápios.⁵

Através do empenho dos atores do processo da UFPel, e com o apoio da FAU, vislumbrou-se a possibilidade de adquirir volumes maiores e mais frequentes de alimentos da agricultura familiar da região. Assim, em 2013 é firmado Termo de Cooperação da UFPel com entidades da agricultura familiar com o objetivo de organizar as Chamadas Públicas com previsão de início para o ano de 2014.

Em 2014 é realizada primeira iniciativa do gênero, a qual foi construída com a participação dos responsáveis do RE-UFPel, extensionistas da UCP-EMATER e representantes das cooperativas interessadas, a fim de elaborar uma Chamada Pública capaz de atender as necessidades para os cardápios nas questões de volume e qualidade, respeitando a sazonalidade e o calendário agrícola elaborado pela UCP, conforme documento disponível no Anexo 1. No período em que o RE-UFPel operou sob a responsabilidade da FAU foram realizadas um total de sete chamadas públicas que abarcaram um período de sete sucessivos semestres acadêmicos, conforme descrito no Quadro 6.

Edital	Período de Vigência
Chamada Pública nº 01/2014	01/09/2014 - 28/02/2015
Chamada Pública nº 01/2015	03/11/2015 - 28/02/2016
Chamada Pública nº 01/2016	01/04/2016 - 31/08/2016
Chamada Pública nº 02/2016	01/09/2016 - 31/01/2017
Chamada Pública nº 01/2017	20/02/2017 - 31/05/2017

⁵ Ao buscar os motivos que levaram a UFPel a esta escolha, fica claro pela análise dos relatos obtidos nas entrevistas, que houve um empenho especial por parte da Reitoria em levar a cabo este projeto de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Tratou-se de uma escolha pela agricultura familiar da região e do fornecimento de alimentos saudáveis e frescos a seus comensais. Tal decisão, como aludimos anteriormente, serve para reafirmar a ideia que o consumo é um ato político (NASCIMENTO; MENASCHE, 2016), sendo que, neste caso, é exercido por uma entidade pública comprometido com as demandas da sociedade civil em sua área de influência.

Chamada Pública nº 02/2017	01/06/2017 - 31/12/2017
Chamada Pública nº 01/2018	01/06/2018 - 31/08/2018

Quadro 6 – Editais FAU (2014-2018).

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

As chamadas públicas eram realizadas já com previsão de entrega para os próximos seis meses, considerando o que era preconizado nos cardápios, assim como os quantitativos necessários e as projeções realizadas, as quais tomam por referência o total de refeições servidas conforme consta no Quadro 7. Os valores estipulados na Chamada Pública eram definidos conforme previsão do Grupo Gestor do PAA (GGPAA), os quais levavam em conta preços praticados em três mercados locais, incluindo o caso da a) feira livre b) central de distribuição de hortifrutigranjeiros e c) mercado varejista do município. A partir destas três fontes se estabelecia uma média aritmética simples. Cabe destacar, que, nos termos da legislação vigente, os produtos de origem orgânica recebiam um preço prêmio de 30% a mais do correspondente aos produtos convencionais.

Durante esses primeiros anos os contratos eram firmados pela apresentação de projetos de venda, sendo que as cooperativas apontavam os respectivos produtos que elas entregariam. Se estabelecia, portanto, um concerto entre os atores envolvidos (UFPel, UCP-Emater e organizações da agricultura familiar), a fim de que todos fossem capazes de atender o acordado, prevendo a possibilidade de eventuais ajustes. Nestes termos, as chamadas foram conduzidas de maneira bastante satisfatória para os envolvidos no período que se estende entre 2014 e 2018.

A FAU operou três unidades de restaurantes universitários (refeitórios) ao longo do aludido período de atuação, incluindo as duas unidades da Casa do Estudante Universitário (CEU) e a do Campus Capão do Leão. Face a necessidade de ampliação das instalações diante do aumento significativo de alunos na zona central de Pelotas, foi inaugurado, no ano de 2016, uma nova unidade conhecida como Restaurante da XV. A FAU geriu estas três unidades até maio de 2018, momento em que o Restaurante da XV foi fechado. O atendimento a essa unidade passa a ser operado por empresa terceirizada.

Ano	Mês	Número de Refeições Servidas	
		Capão do Leão	CEU e XV
2016	Julho	40.226	105.361
	Agosto	30.787	86.172
	Setembro	20.494	57.591
	Outubro	38.370	103.106
	Novembro	27.857	91.078
	Dezembro	24.343	65.616
2017	Janeiro	7.281	19.401
	Fevereiro	24.305	70.337
	Março	22.402	75.132
	Abril	40.096	102.486
	Maior	34.870	102.784
	Junho	31.050	103.900
Total		342.081	907.627

Quadro 7 - Distribuição do número de refeições servidas durante os meses de julho a dezembro de 2016 e janeiro a junho de 2017 nos três restaurantes-escola da UFPel.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados dos editais de licitação da UFPel.

O processo de terceirização se deu em virtude de exigência da Controladoria Geral da União (CGU) que identificou falha processual no PIREs, indicando que o convênio deveria ser rompido e realizada um processo licitatório para a prestação do serviço de elaboração das refeições. Ao investigar os motivos que levaram a esta exigência por parte do TCU, constatou-se que o Contrato 20/2009 firmado entre a UFPel e a FAU vigorava por nove anos ininterruptos, o que, de acordo com parecer da CGU, referente ao Processo 00222.100053/2017-71, estaria em descumprimento do que está prescrito na Lei nº 8.958/1994 que

[...] veda a contratação de fundação de apoio para execução de prestação de serviços de caráter continuado e permanente, a prorrogação da avença por período superior a sessenta meses vai de encontro ao Art. 57, inciso II da Lei 8.666/1993. Ademais, a situação emergencial descrita pelo Reitor pode ser excepcionalizada pelo período máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos contados da ocorrência da emergência, sendo vedada a prorrogação (Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/1993). (Relatório de Avaliação dos Resultados de Gestão, 2016, p. 37)

Diante desta exigência do órgão de controle a Reitoria inicia o processo de licitação para atendimento da nova unidade na Santa Cruz, onde primeiro se estabeleceu a iniciativa de terceirização. O Quadro 8 apresenta as empresas vencedoras dos processos licitatórios, as unidades das quais ficaram responsáveis e o período de atuação.

Empresa	Unidade	Período Atuação
Refeições Norte Sul	RU Santa Cruz	Maio/2018 – Data atual
Verde Mar Alimentação	RU Capão do Leão	Fev/2019 – Nov/2019
Verde Mar Alimentação	RU CEU	Fev/2019 – Nov/2019
Verde Mar Alimentação	RU ANGLO	Fev/2019 – Nov/2019
Refeições Norte Sul	RU Capão do Leão	Nov/2019 – Data atual
Refeições Norte Sul	RU CEU	Nov/2019 – Data atual
Refeições Norte Sul	RU ANGLO	Nov/2019 – Data atual

Quadro 8– Empresas terceirizadas que passaram a operar a partir das recomendações do CGU.

Fonte: Editais de Licitação, adaptado pela autora (2020).

O fato é que independente destas mudanças, o RE-UFPeI mostrou-se como um exemplo pelas práticas que realizou ao optar pelas compras dos produtos da agricultura familiar. As mudanças ocorridas recentemente, e sobre as quais falarei mais adiante, trouxeram novos desafios no que se refere às compras institucionais. A operação pela FAU possibilitava maior controle e convergência em torno dos objetivos da universidade. Para além das questões técnicas, a terceirização alterou drasticamente a dinâmica dos processos.

Um importante sujeito deste mercado institucional do RE-UFPeI, são os consumidores. Afinal são eles os beneficiários diretos deste projeto. No entanto, não foram eles objeto desta dissertação, inclusive porque já havia sido realizada pesquisa específica pelo grupo de pesquisadores do NUPEAR dentro do projeto intitulado “A comida que alimenta o corpo e promove a inclusão social: A experiência das compras institucionais no restaurante escola da UFPeI”

Esta investigação⁶ buscou conhecer a percepção dos frequentadores dos restaurantes universitários da UFPeI sobre este sistema de compras preferenciais onde é dada primazia à produção oriunda da agricultura familiar de Pelotas e região. Foram aplicados 604 questionários semiestruturados junto a usuários dos restaurantes universitários que, à época de realização da pesquisa, atendiam a um universo de aproximadamente 4.000 refeições diárias.

⁶ Ver a propósito SACCO DOS ANJOS et al (2019)

2.3. Cooperativas

A compreensão da realidade atual das instituições associativas que investigamos no marco dessa dissertação se impôs no sentido de analisar tais estruturas e forma de atuação. Ao final dessa subseção indicamos, no Quadro 9, uma síntese dos principais atributos de cada um destes atores sociais no que se refere à evolução no número de cooperados nos últimos anos, a inserção destas instituições nos mercados institucionais da região e a sua estrutura operacional.

Estas características refletem os meios através dos quais cada cooperativa busca superar os desafios da eventual perda dos mercados institucionais, bem como seguir atendendo às necessidades de seus cooperados no que tange à questão da comercialização dos produtos. Enquanto algumas delas se limitam à tarefa de vender a produção de seus cooperados, outras assumem papéis que vão desde a certificação de produtos orgânicos a inovadoras formas de comercialização, a exemplo da entrega de cestas de produtos nos domicílio dos clientes.

A Figura 4 foi elaborada pela Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul (SEPLAG) a partir dos dados dos dois últimos Censos Agropecuários do IBGE (2006 e 2017). Ela nos mostra o percentual de estabelecimentos com produtor associado à alguma cooperativa ou cooperativa e entidade. É, portanto, um indicador do grau de associativismo dos agricultores e agricultoras dessa unidade federativa. Como é possível perceber, o extremo sul gaúcho apresenta um grau de associativismo inferior ao verificado nas zonas setentrionais gaúchas.

2.3.1. CAFSul

A Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CAFSul) está situada no 8º Distrito do município de Pelotas (Colônia Maciel). Na sua fundação sua base era formada de apicultores e fruticultores da região, principalmente de produtores de pêssego. No entanto em sua primeira formação não houve continuidade do projeto. Foi então que o Padre da localidade que mantinha o CNPJ da cooperativa em aberto, ofereceu aos produtores que se encontravam sem vínculo com cooperativas, que reativassem o CNPJ para poder operar a venda de seus produtos de forma a ampliar operações de comercialização através da cooperativa.

A missão de reestruturação e atualização de seu quadro social contou com o apoio do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), passando a atuar regularmente a partir de 2009. Da sua história fazem parte os produtores de pêssego e aqueles que trabalhavam nos caminhões de transporte dessa fruta, os quais dependiam da indústria para absorver a sua produção (SEVERO, 2017).

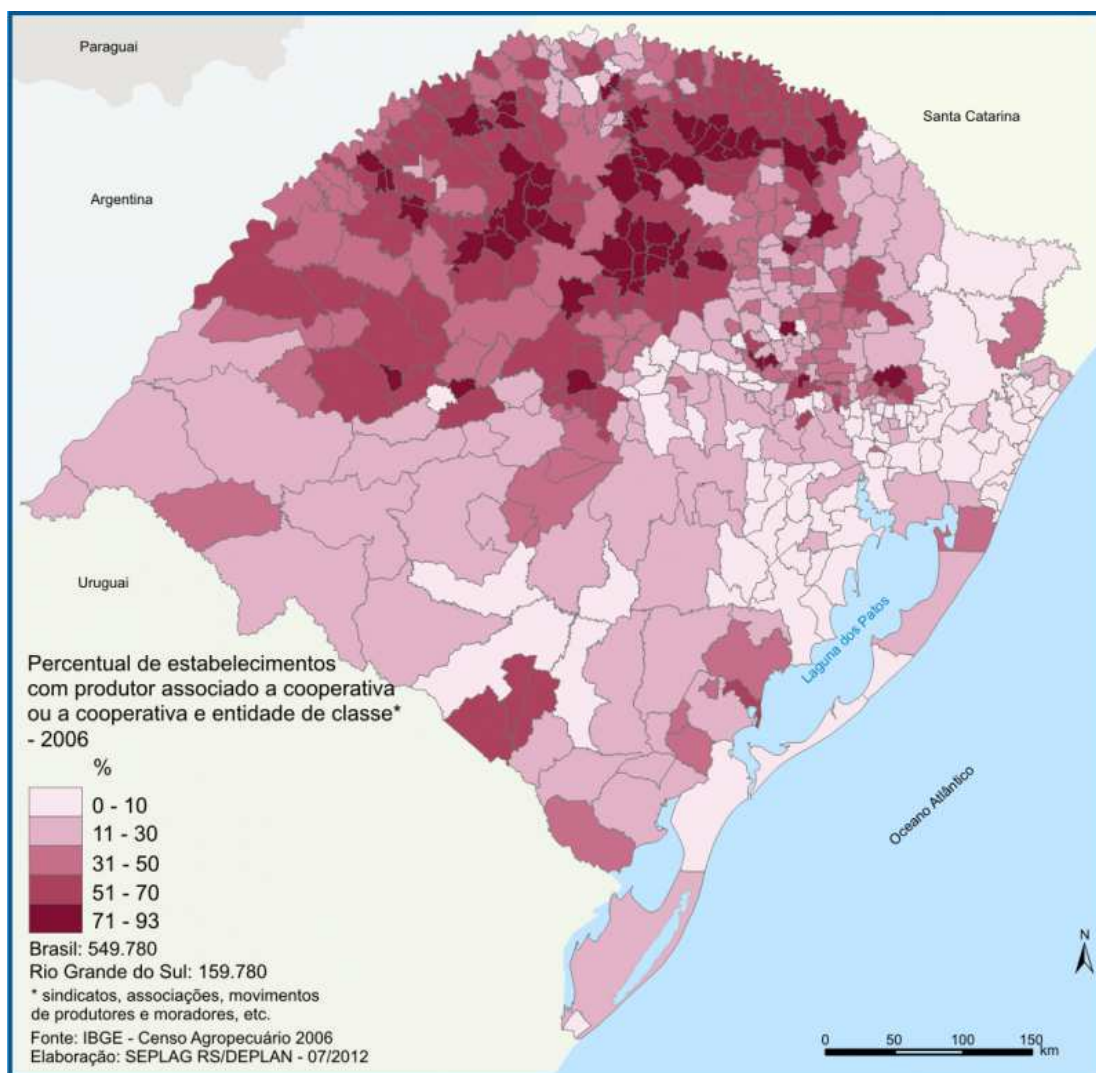


Figura 4. Percentual de estabelecimentos com produtor associado à alguma cooperativa ou cooperativa e entidade
Fonte: SEPLAG RS/DEPLAN (2012).

A sede da cooperativa está situada em imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de Pelotas, o qual é usado em regime de comodato. Nesse contexto, a cooperativa doou o terreno à Prefeitura e esta se encarregou de construir o edifício. Conta com estrutura para realizar o beneficiamento e envase de compota de pêssego. A agroindústria encontra-se em processo de regularização para a

produção de sucos e polpas de fruta. Além da fruticultura, há, também, a produção olerícola de seus cooperados, os quais entregam seus produtos para os mercados institucionais, como é o caso do RE-UFPeI.

2.3.2. COOPAMB

Localizada em Monte Bonito, 9º Distrito de Pelotas, a Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Monte Bonito (COOPAMB) surgiu da necessidade dos olericultores de se organizarem para acessar novos mercados para a venda de seus produtos. É criada formalmente em 2008, mas sua operação efetiva só se dará em 2012, momento em que finalmente é concluída a construção do prédio e das instalações que ocupa atualmente (ver Figura 5). Assim como a CAFSul, sua sede pertence à Prefeitura Municipal de Pelotas, a qual foi cedida à COOPAMB em regime de comodato, sendo o terreno pertencente à Prefeitura Municipal de Pelotas.



Figura 5: Sede Cooperativa COOPAMB.
Fonte: Foto da Autora (2020).

O destaque da COOPAMB está em produzir alimentos minimamente processados, os quais consistem em frutas e hortaliças limpos, descascados, cortados e acondicionados em embalagens herméticas. Tal procedimento aumenta o tempo de armazenamento e de prateleira, facilitando o transporte e agregando valor aos produtos da agricultura familiar.

A agroindústria foi erguida por intermédio do apoio material do Programa Estadual da Agricultura Familiar (PEAF), instituído através da Lei Estadual nº 13.921 de 2012, denominado Sabor Gaúcho, um projeto do Governo Estadual do Rio Grande do Sul. Esta política pública busca criar agroindústrias que atendam aos preceitos legais, fiscais e sanitários, viabilizando o beneficiamento dos produtos das explorações familiares do estado. O Projeto tanto apoia atividades individuais das famílias agricultoras, quanto as agroindústrias ligadas a cooperativas de produtores.

2.3.3. COOPAP

A Cooperativa Agropecuária de Arroio do Padre (COOPAP) está situada no município de Arroio do Padre, havendo sido constituída em resposta à necessidade dos agricultores deste pequeno município de se organizarem para acessarem aos mercados institucionais. Trata-se da única cooperativa desta pequena localidade que tem, nas atividades agropecuárias, sua principal fonte de renda, sendo que 95% de sua população reside na zona rural (PNUD, 2010).

Atualmente a COOPAP opera em estrutura cedida pela Prefeitura Municipal do Arroio do Padre, local onde foram montadas câmaras frigoríficas e um depósito, como mostra a Figura 6. Possui também um escritório situado em prédio alugado, conforme ilustrado na Figura 7.



Figura 6: Instalações COOPAP.
Fonte: Foto da Autora (2020).



Figura 7: Escritório COOPAP.
Fonte: Foto da Autora (2020).

A COOPAP fornece principalmente produtos de horticultura e fruticultura, além de geleias e schmiers produzidos na agroindústria de um de seus cooperados. Dentre seus associados, constam agricultores de banana do Norte do Estado, do

Município de Dom Pedro de Alcântara, o que possibilita uma diversificação dos produtos que satisfazem a demanda dos mercados institucionais. Dentre as cooperativas que fizeram parte da pesquisa, a COOPAP é a única que atende exclusivamente a esta classe de mercado, incluindo, obviamente, o caso do RE-UFPel.

2.3.4. Sul Ecológica

A Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares (Sul Ecológica) tem sua sede no município de Pelotas, figurando, entre seus associados, agricultores de diversos municípios da região do entorno de Pelotas. Sua inauguração aconteceu em 2001, havendo surgido da necessidade de atender a uma demanda municipal. À época já se ensaiava um projeto de compras institucionais baseado na entrega de merenda ecológica aos estudantes das escolas municipais.

Os produtores da Sul Ecológica seguem rigorosamente os preceitos da agricultura orgânica, o que implica a não utilização de produtos de síntese (adubos químicos, agrotóxicos, etc.). A Figura 8 serve como recurso ilustrativo de uma das propriedades onde se realizou uma das entrevistas. A venda de orgânicos em mercados convencionais exige que os mesmos passem pelo processo de certificação. Inicialmente a Sul Ecológica estava ligada à Rede Ecovida de Agroecologia. Todavia, recentemente houve mudanças internas que fizeram com que esta cooperativa optasse por buscar a certificação (grupal) por terceira parte junto à IMO Control do Brasil, uma empresa privada que atua nesse âmbito⁷. Ainda assim, em conformidade com a legislação de orgânicos (Lei nº 10.831 de 2003)⁸, a venda direta dispensa o processo de etiquetagem e a Sul Ecológica segue servindo

⁷ Recentemente, as famílias agricultoras vinculadas à Cooperativa Sul Ecológica deixaram de ser certificadas pela Rede Ecovida, que atua como organismo participativo de avaliação de conformidade (OPAC), passando a contar com uma certificação por terceira parte, através da empresa Imo Control do Brasil. Pollnow (2018), em seu estudo sobre a certificação da produção orgânica de arroz em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul, indicou que a dinâmica adotada pela certificadora Imo Control do Brasil, apesar de se tratar de uma certificação por auditoria, gera um processo mais horizontal que a maior parte das dinâmicas de certificação por terceira parte no Brasil. Isso se deve à forma grupal sobre a qual está assentado o processo de certificação. Dessa forma, a função que desempenha a empresa certificadora nesse processo acaba não sendo diretamente realizada junto às famílias agricultoras, tampouco nas unidades de beneficiamento. A auditoria se dá muito mais sobre o trabalho de um sistema interno de controle, nesse caso da Cooperativa Sul Ecológica, do que propriamente individualizada por produtor (ver a propósito: POLLNOW, 2018).

⁸ Sobre a questão da certificação de orgânicos ver a propósito Caldas (2012).

como Organização de Controle Social (OCS). Através da Figura 9 se busca ilustrar a exposição dos produtos da Sul Ecológica em um mercado privado.



Figura 8: Propriedade agroecológica.
Fonte: Foto da Autora (2019).



Figura 9: Venda em Mercado Privado.
Fonte: Foto da Autora (2020).

A Cooperativa possui uma agroindústria devidamente certificada, a qual recebeu apoio do programa Sabor Gaúcho que lhe conferiu o selo correspondente. Em suas instalações são produzidos conservas, doces e molhos, o que possibilita melhor aproveitamento dos vegetais produzidos, além da agregação de valor aos produtos de seus associados. A Sul Ecológica, em cooperação com a Associação Aura Verde, COOPAMB e Agroindústria Renascer, apresentou uma inovação em resposta à pandemia da COVID 19, a qual coincidiu com a finalização desta dissertação. A inovação consiste na venda direta de seus produtos ao consumidor em sistema de associação. A Figura 10 demonstra a página inicial que permite acesso ao processo de encomenda das cestas. Trata-se do projeto denominado “Feira em Casa”.



Figura 10: Projeto Feira em Casa.

Fonte: <https://www.minhafeiraemcasa.com> (2020).

Iniciativas desse calado representam rearranjos e respostas que visam atender a uma necessidade do consumidor, qual seja, a de receber seu produto em tempos de isolamento social, e de garantir, aos sócios dessas entidades associativas, uma fonte segura de ingresso econômico em tempos de pandemia. Desse modo, é possível vislumbrar para uma perspectiva clara de cooperação e um mercado potencial que merece ser explorado.

2.3.5. UNIÃO

A Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu e Região (UNIÃO) se formou pela necessidade de se constituir em cooperativa para atender aos mercados institucionais, visto que o PAA CONAB restringiu a participação de associações, como era o caso da União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC), que atua na região desde os anos 1980. A UNIÃO surge a fim operacionalizar a parte comercial da UNAIC.

A UNAIC desenvolve, há vários anos, um trabalho de preservação e comercialização de sementes crioulas⁹, conservando essa prática tradicional vista por Dutra et al. (2018) como meio de resistência e de enfrentamento ao êxodo rural.

⁹ De acordo com a Lei 10.711 de 2003, em seu artigo 2º, sementes crioulas são: XVI - cultivar local, tradicional ou crioula: variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares,

A UNIÃO possui uma Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) onde realiza os processos de limpeza, secagem e envase de grãos e sementes de feijão e milho. As Figuras 11 e 12 mostram um pouco desta estrutura. A classificação e envase do arroz produzido por seus cooperados, conta com o apoio do Arroz Terra Livre, o qual é produzido em assentamentos da reforma agrária de diversos municípios do estado. Esse, seguramente, é um aspecto de grande relevância, tendo em vista que os assentamentos gaúchos são hoje o maior produtor de arroz orgânico da América Latina (ver a propósito POLLNOW, 2018).



Figura 11: Classificação grãos de feijão.
Fonte: Foto da Autora (2020).



Figura 12: Envase de grãos.
Fonte: Foto da Autora (2020).

A comercialização dos produtos processados é realizada através de um espaço de venda direta ao consumidor (Figura 13), sendo que os artigos *in natura* são comercializados em uma feira livre semanal (Figura 14), realizada junto à sede da cooperativa no município de Canguçu. Cumpre destacar que os expositores pertencem aos próprios cooperados. Embora conte com esses espaços de comercialização, grande parte das vendas é realizada pela cooperativa no âmbito dos mercados institucionais, a exemplo do RE-UFPeI.

As cooperativas analisadas buscam meios e arranjos que permitam ampliar seus horizontes junto aos mercados da região, sejam os institucionais, sejam os mercados privados. Essas articulações que as cooperativas são capazes de alcançar despontam como espaços que os agricultores familiares dificilmente conseguiriam participar de forma individualizada. As redes sociais tecidas pelas

assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais. (BRASIL, 2003)

cooperativas ultrapassam a esfera da comercialização integrando as próprias cooperativas, a extensão rural pública (EMATER) e privada (e.g. o CAPA) e as Secretarias Municipais de Agricultura e de Educação. Tais alianças permitem aos agricultores dedicarem-se às suas atividades produtivas com a certeza de algo está sendo feito pela comercialização da própria produção.



Figura 13: Venda direta ao consumidor
Fonte: Foto da Autora (2020).



Figura 14: Feira livre cooperados
Fonte: Foto de lasmin Rutz (2020).

Como se havia antecipado anteriormente, o Quadro 9 reúne informações de caráter geral sobre a atual conformação das entidades associativas segundo aspectos gerais (data de surgimento, número de cooperados), bem como os mercados que atualmente são por elas acessados. No âmbito dos mercados institucionais vemos constar o atendimento a escolas das prefeituras municipais e estaduais através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de restaurantes coletivos da Marinha do Brasil e do Exército Nacional, mercados privados (incluindo o Supermercado Guanabara, atacados Krolow e Treichel). Por fim, tem-se o caso do RE-UFPel, o qual será objeto de aprofundamento posteriormente.

Antes de passar ao próximo tópico dessa dissertação é importante fazer aqui um importante registro. Ao longo das páginas precedentes vem sendo aplicado o termo orgânico em lugar de agroecológico, considerando que o segundo vocábulo prepondera no discurso das organizações e movimentos sociais. Não obstante, a legislação brasileira que regula este setor optou pelo uso do termo orgânico. Nessa escolha creio ser crucial registrar a posição adotada por Caldas et al. (2012) na elucidação dessa polêmica, segundo a qual consta que:

Existe ampla controvérsia sobre a terminologia utilizada: produtos orgânicos e produtos ecológicos. Trata-se de um terreno de disputas tanto no plano acadêmico quanto político-ideológico. Como é sabido, o adjetivo orgânico foi consagrado na nova legislação brasileira e é por esse motivo que optamos por dele fazer uso, muito embora saibamos de suas limitações. Objetivamente, produtos derivados de petróleo podem ser considerados como de natureza orgânica (hidrocarbonetos), apesar de se encontrarem diametralmente opostos aos fundamentos da produção em bases ecológicas. Não é nosso propósito entrar no terreno desse debate. Na Europa, o termo ecológico é preponderante, de modo que optamos por utilizá-lo para sermos fiéis às fontes de informação que baseiam este estudo, sejam elas de natureza primária ou secundária (CALDAS et al, 2012, p.456)

Cooperativa	Inauguração	Nº Cooperados		Mercados Acessados, Estrutura, Certificação
		2016 ^a	2020 ^b	
CAFSul	2009	372	550	• MIs: PNAE Municipal e Estadual, UFPel, Marinha, Exército; • Mercados Privados (MPs): Não; • Venda direta: Não; • Agroindústria: Compota de pêssego; • Certificação de Orgânico: Não possui
COOPAMB	2008	63	77	• MIs: PNAE Municipal e Estadual; • MPs: Atacado Krolow e Treichel; • Venda direta: Não; • Agroindústria: Minimamente processados; • Certificação de Orgânico: Não possui.
COOPAP	2011	70	82	• MIs: PNAE Municipal e Estadual, PAA, UFPel, Marinha, Exército; • MPs: Não; • Venda direta: Não; • Agroindústria: Não possui; • Certificação de Orgânico: Não possui.
Sul Ecológica	2001	227	110	• MIs: PNAE Municipal e Estadual, PAA, UFPel, Marinha, Exército; • MPs: Supermercado Guanabara • Venda direta: Loja na Sede da Cooperativa, Cestas por assinatura; • Agroindústria: Conservas; • Certificação de Orgânico: OCS (venda direta) e IMO (mercado privado).
UNIÃO	2009	112	250	• MIs: PNAE Municipal e Estadual, PAA, PAA CONAB, UFPel, Marinha, Exército; • MPs: Não; • Venda direta: Loja na sede da Cooperativa, Feira Livre; • Agroindústria: Beneficiamento de Grãos; • Certificação de Orgânico: OCS.

Quadro 9: Informações das Cooperativas.

Legenda: a - Dados da UCP; b – Dados da pesquisa.

Fonte: UCP-EMATER (2016), adaptado pela autora, Dados da Pesquisa (2020).

A próxima seção está dedicada a discorrer sobre o marco teórico dessa dissertação de mestrado.

3. Marco Teórico

O estudo, ora apresentado, apoiou-se em bibliografia que versa sobre os temas inerentes às questões da agricultura familiar e dos mercados institucionais, como forma de dar a devida sustentação à discussão proposta. Expõe-se, a seguir, uma descrição do arcabouço teórico que fundamenta esta pesquisa.

Dando início à revisão, surge a necessidade de caracterizar quem são os sujeitos foco deste estudo. A categoria 'agricultor familiar' é identificada por legislação federal sob a égide da Lei 11.326 de 2006, servindo esta de parâmetro para o acesso a diversos programas de governo, incluindo o crédito agrícola (PRONAF) e outros programas e legislações específicas, como a da previdência especial rural e de regularização de agroindústria familiar. Em sua redação fica caracterizado como agricultor familiar ou agricultora familiar o homem ou mulher que:

[...] pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
(BRASIL, 2006)

Ao analisar que a legislação supra referida, Altafin (2007) afirma que ela abrange a diversidade existente na agricultura familiar nacional. Esta autora propõe um conceito próprio (produção camponesa) para a agricultura familiar, no qual refere que a: “[...] produção camponesa é aquela em que a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado.” (ALTAFIN, 2007, p.2). No conceito apresentado há a referência ao ‘camponês’ aos quais alguns pesquisadores tratam como entes diferentes dentro da relação com o rural.

De acordo com uma destacada estudiosa das relações no mundo rural:

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem

particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. (WANDERLEY, 1999, p. 25)

A discussão sobre o termo é apresentada por Felício (2006) que admite que tanto o agricultor familiar quanto o camponês, independente de seu grau diferenciação “[...] são assim definidos por terem a família e o trabalho familiar por característica, pois, ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (FELÍCIO, 2006, p.28).

Na abordagem sugerida por Lamarche o agricultor familiar é aquele sujeito que em sua exploração tem a “[...] unidade de produção agrícola onde propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p.15). Para Jean (1994) o agricultor é o *personagem trinitário* que é proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador de si mesmo, e que esta condição lhe confere posição privilegiada frente às perspectivas do modo de produção capitalista.

Sobre este personagem *sui generis* apresentado por Jean (1994), Lamarche agrega que esta possibilidade de organização da produção lhe permite garantir a reprodução social dos membros dentro do ambiente social em que a unidade familiar se encontra inserida. A possibilidade de organização se apresenta na forma da capacidade que o agricultor tem de apropriar-se das inovações técnicas, e assim adaptar-se aos imperativos da sociedade moderna (JEAN, 1994). É esta categoria social que figura como meio e objetivo último das compras institucionais.

Avançando sobre os temas que permeiam esta pesquisa, faz-se premente revisitar e discutir o que é desenvolvimento rural e qual tipo de desenvolvimento é desejado para e pelos agricultores familiares, tendo em vista que, conforme já visto, programas de compras institucionais trazem em seu alicerce o compromisso de fortalecimento da agricultura familiar.

De maneira geral, pode-se definir desenvolvimento como algo complexo, que gera transformações profundas, abrange a totalidade do ser humano e implica no envolvimento de toda uma sociedade, pressupondo múltiplas dimensões. É um processo que leva à dinamização econômica aliada à melhoria da qualidade de vida para todos. O desenvolvimento, ao contrário da teoria filosófica do positivismo, não é dádiva, é construção e obra coletiva, conscientemente buscada (OLIVEIRA, 2002).

É mister frisar que esta dissertação elegeu como objeto um assunto que se encontra dentro de um campo para onde convergem a sociologia da alimentação, a

sociologia do consumo e a própria sociologia rural. No âmbito da sociologia da alimentação consta a preocupação em torno às questões do abastecimento agroalimentar e a compreensão da lógica que impera nos grandes impérios alimentares, mas também nos circuitos ditos alternativos, regidos por outras premissas que levam em conta a inclusão social, os valores éticos, os compromissos cívicos. No terreno da sociologia rural há que sopesar a importância desses processos de organização para o desenvolvimento dos territórios (TRICHES; SCHNEIDER, 2015).

Em texto que revisa as contribuições de Karl Polanyi, Schneider e Escher (2011) asseveram que o desenvolvimento rural almejado supera a perspectiva de melhoria da qualidade de vida advinda das ações dos agentes públicos, trazendo também a expectativa que exista o envolvimento com os demais participantes dos processos promotores de desenvolvimento e da sociedade como um todo (SCHNEIDER; ESCHER, 2011; SCHNEIDER, 2010). Neste contexto, Abramovay afirma que: “O desenvolvimento rural, portanto, não pode ser concebido como simples expansão das atividades agropecuárias” (ABRAMOVAY, 1999, p.14).

Vindo ao encontro deste ideário, Martins (2001) apresenta, de maneira crítica, que a modernização é um valor científico caro apenas aos sociólogos rurais, os quais viam as populações rurais como indícios de desemprego, desagregação familiar e dilaceração das comunidades. Neste contexto, cabe àqueles estudiosos do desenvolvimento rural construir junto ao agricultor familiar qual incremento de qualidade vem, efetivamente, ao encontro de seus interesses. Nesse sentido, admite-se como válida a premissa de que os mercados institucionais visam, em maior ou menor medida, tais objetivos, bem como geram desdobramentos que convergem para fortalecer a soberania alimentar das populações.

A experiência de crescimento sem desenvolvimento que acompanha processos de modernização, tal como sucedeu durante a Revolução Verde, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980, já demonstrou seu lado mais perverso, quando:

Apesar do relativo sucesso nos quesitos produção e produtividade, este modelo reproduziu as desigualdades distributivas na propriedade e na renda, gerou êxodo rural, desemprego nos campos e nas cidades, marginalização urbana, exclusão social e econômica, e desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico. (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p.204)

Ao longo dos anos as tecnologias agrícolas foram incorporadas massivamente, ampliando, sobremaneira, os índices de produtividade, especialmente no que tange

às *commodities*, área em que recordes são batidos a cada nova safra. Esse fenômeno se deu no mesmo ritmo da ampliação do acesso ao crédito agrícola. Todavia, esse foi dirigido a um grupo reduzido de cultivos, bem como a determinadas regiões do país. Segundo Sacco dos Anjos (2003), o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira foi induzido pelo governo federal durante a ditadura militar. Com efeito,

O Estado converteu-se, em definitivo, no grande protagonista de todo este processo, mediante a utilização de um conjunto de instrumentos de grande envergadura, entre os quais destaca-se uma política deliberada de subvenções creditícias destinadas a determinados cultivos e a estabelecimentos “dinâmicos” sob a égide de mecanismos claros e objetivos de “seleção-exclusão” de produtores, regiões e atividades (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.268; aspas no original).

A falta de compromisso com a reforma agrária e com o apoio aos produtores familiares impediu a consolidação das bases para que esse setor, que responde por expressiva parcela das explorações agrárias do Brasil, pudesse consolidar algumas conquistas. A Tabela 3 foi elaborada no intuito de comparar a evolução do número de estabelecimentos agrícolas (familiares e não familiares) em municípios selecionados e no Rio Grande do Sul como um todo a partir de dados dos dois últimos censos agropecuários (2006 e 2017)¹⁰.

Como se pode perceber, nessa unidade federativa houve um incremento (13%) no número de explorações não-familiares no período intercensitário e um decréscimo (-22%) no âmbito das explorações familiares. Tais dados parecem indicar que na última década muitos estabelecimentos familiares desapareceram diante das incertezas e dificuldades que se abatem sobre esse segmento. No contexto dos municípios que fazem parte do recorte espacial proposto merece destaque os casos de Morro Redondo (- 43%), Pelotas (- 25%) e Canguçu (- 24%) onde as taxas de declínio das explorações familiares (- 24%) foram superiores ao verificado no RS.

A informação reunida na (Tabela 3) complementa com o que se apresenta nos dados da Tabela 4, que mostra a evolução da área ocupada por estabelecimentos familiares e não-familiares no período intercensitário. Como é possível observar, para o conjunto do estado do RS a área ocupada pelos

¹⁰ Conforme aludido anteriormente, mudanças na metodologia adotada pelo IBGE fizeram com que fosse subestimado o tamanho da agricultura familiar. Estabelecimentos familiares que contam com rendas externas e que praticam o que se considera como pluriatividade (SACCO DOS ANJOS, 2003) foram enquadradas no setor “não-familiar” da agropecuária brasileira.

estabelecimentos familiares encolheu nada menos que 11%, situação oposta à dos estabelecimentos não familiares que aumentaram a área em seu poder (14%), algo que parece indicar uma suposta tendência de reconcentração fundiária.

Tabela 3 – Evolução do número de estabelecimentos agrícolas segundo a natureza (Familiar e Não Familiar) nos dois últimos censos agropecuários (2006 e 2017) e respectivos percentuais de crescimento ou decréscimo.

Município	Familiares			Não Familiares		
	2006	2017	%	2006	2017	%
Arroio do Padre	486	400	18 (↓)	21	27	29 (↑)
Canguçu	8.775	6.691	24 (↓)	1.106	1.384	25 (↑)
Morro Redondo	651	369	43 (↓)	76	116	53 (↑)
Pelotas	3.216	2.444	25 (↓)	380	253	33 (↓)
São Lourenço do Sul	3.812	3.334	13 (↓)	515	516	0,2 (↑)
Turuçu	395	333	16 (↓)	46	39	85 (↑)
Rio Grande do Sul	378.353	293.892	22 (↓)	63.119	71.202	13 (↑)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006 e IBGE, 2017)

Entre os municípios que integram o recorte de realidade da presente pesquisa essa tendência de encolhimento da área nas mãos da agricultura familiar alcança percentuais bastante preocupantes, a exemplo de Morro Redondo (-35%), Arroio do Padre (-20%), Pelotas (-16%), Canguçu (-15%) e Turuçu (-13%). No extremo oposto, a área em poder das explorações não familiares cresceu em Morro Redondo (62%), Arroio do Padre (46%), Canguçu (14%) e Turuçu (12%). Conjuntamente tais dados indicam que a reconcentração fundiária poderia ter se ampliado na última década. Ainda assim, como aludimos anteriormente, esse tipo de análise requer uma maior aprofundamento em virtude da complexidade que o assunto abarca.

Ao apresentar o tema do desenvolvimento rural no contexto deste trabalho pretende-se demonstrar que as políticas públicas, como a das compras institucionais, são de grande interesse para a sociedade, em todos os seus níveis (acadêmico, institucional, social, etc.). Debruçar sobre esse assunto cobra importância na agenda de estudos da sociologia rural, mas também de outras vertentes sociológicas (sociologia da alimentação, do consumo e do desenvolvimento).

Tabela 4 – Evolução da distribuição da área de estabelecimentos agrícolas familiares e não-familiares número de estabelecimentos agrícolas nos dois últimos censos agropecuários (2006 e 2017) e respectivos percentuais de crescimento ou decréscimo.

Município	Área (ha) Familiares			Área (ha) Não Familiares		
	2006	2017	%	2006	2017	%
Arroio do Padre	9.146	7.355	20 (↓)	772	1.124	46 (↑)
Canguçu	139.344	118.017	15 (↓)	139.065	159.155	14 (↑)
Morro Redondo	11.002	7.143	35 (↓)	3.615	5.872	62 (↑)
Pelotas	51.778	43.360	16 (↓)	54.181	58.808	8 (↑)
São Lço. do Sul	77.055	72.375	6 (↓)	94.845	91.852	3 (↓)
Turuçu	6.505	5.646	13 (↓)	14.042	12.292	12 (↓)
Rio Grande do Sul	6.158.610	5.476.463	11 (↓)	14.168.104	16.208.095	14 (↑)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006 e IBGE, 2017).

Como já visto, programas como PNAE, PAA, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), Banco da Terra e outros, são instrumentos estatais concebidos por agentes públicos, no caso o Governo Federal, como resultado direto das pressões exercidas pelos movimentos do sociais e das próprias circunstâncias políticas. Schneider e Escher exaltam a importância da perspectiva de Karl Polanyi nesse debate, especialmente porque “[...] suas ideias expressam a importância central da regulação social sobre a economia e do papel das instituições, enquanto instâncias mediadoras entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos, como atores sociais.” (SCHNEIDER; ESCHER, p.185, 2011).

Nestes termos, um projeto concebido em nome do desenvolvimento rural como plano de governo revela que a importância de fortalecer a agricultura familiar vai ao encontro dos interesses da sociedade em geral e não somente dos próprios produtores. É o que aponta Conceição (2015) ao se referir ao desenvolvimento rural como medida de transformação que permita aos agricultores permanecerem se manterem, enquanto tal, de forma digna e reconhecida, seja pelo Estado, seja pela sociedade.

De acordo com Abramovay (1999), o desenvolvimento rural não acontecerá por vontade própria, ele deverá ser incentivado através de políticas que o promovam, suscitando à sociedade como um todo a ideia de que o rural não é um local de atraso e esvaziamento. Neste mesmo sentido, Grisa e Schneider (2015, p.39) aludem que: “[...] ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da

agricultura familiar[...]". Tais autores apontam que essas políticas públicas respondem ao objetivo de reconhecer o valor intrínseco das famílias agricultoras.

O economista Amartya Sen (1993) apresenta a liberdade como expressão última do desenvolvimento. Só existirá desenvolvimento quando as pessoas tenham a possibilidade e o direito de realizar escolhas. Desta maneira, políticas públicas que ampliam as possibilidades são cruciais na medida em que permitem abrir os horizontes daqueles a quem invariavelmente os caminhos estão obstruídos. Nas palavras do economista indiano quando este afirma:

Combinar o uso extensivo dos mercados com o desenvolvimento de *oportunidades sociais* deve ser visto como parte de uma abordagem ainda mais ampla que também enfatiza liberdades de outro tipos (direitos democráticos, garantias de segurança, e *oportunidades de cooperação* etc.). (SEN, p.152, 2000; destaques meus)

Nos trechos destacados do excerto acima, a noção a se ressaltar é de que os mercados institucionais, e mais especificamente o caso do RE-UFPel, vêm ao encontro do proposto por Amartya Sen. Ainda sobre o conceito de desenvolvimento de Sen, o conhecimento e a percepção alcançados pelos indivíduos e grupos atribuem a estes a liberdade de definir ações e criar oportunidades que levem a um patamar mais elevado em termos de qualidade de vida (SEN, 2000).

Na interpretação de Rodrigues, quando reflete sobre o pensamento de Sen, é destacado que:

A liberdade, para o autor citado, envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais, sociais, locais, regionais, nacionais. Esses processos não ocorrem no espaço sideral, mas no território, no espaço produto e condição da ação societária transformadora e libertadora que tem como meta o desenvolvimento como liberdade, a sociedade sustentável. (RODRIGUES, 2005, p.106)

Sob uma perspectiva distinta, mas não necessariamente conflitante, Fernandes (2015) pondera sobre a relevância da criação de espaços para construção destes programas, com vistas a alcançar processos emancipatórios e não políticas que acarretem a subordinação dos indivíduos. Ao comentarem a contribuição de Amartya Sen, Becker e Sacco dos Anjos (2015 b, p.145) reiteram que:

Esta questão remete à capacidade dos sujeitos de viverem de acordo com o que desejam e consideram importante. Os indivíduos e grupos sociais, suas vivências, valores e percepções ganham relevo, sendo elementos cabais para se aferir o desenvolvimento. A definição do que é necessário para que uma população desfrute de boas condições objetivas de vida deverá partir

dos seus próprios integrantes, que deveriam definir os termos do que as políticas governamentais necessitariam efetivar.

Poder-se-ia dizer que o desenvolvimento sustentável pressupõe criar as condições para que, de maneira conjunta, as famílias rurais e as instituições que os representam pudessem pôr em marcha iniciativas que reduzissem os obstáculos que impedem o acesso às políticas públicas e às estruturas de promoção social.

Sobre a gestão das políticas públicas, Radunz considera que:

A organização em cooperativas, associações, sindicatos, dentre outros, assume o papel de protagonista, no concernente à explicitação e encaminhamento das demandas da agricultura familiar. Entretanto, a participação de diferentes segmentos sociais, como o poder público municipal e estadual, escolas, instituições de pesquisa e assistência técnica, organizações da agricultura familiar, entre outros, possibilitam a existência de uma pluralidade de percepções acerca da importância, relevância e gestão desta política pública. (RADUNZ, 2013, p.21)

Com relação às políticas públicas voltadas a promover o desenvolvimento rural, Schöroder (2010, p.3) adverte que a oferta de políticas para a agricultura familiar previa cinco tipos de instrumentos, quais sejam, a) de focalização do público beneficiário (a Declaração de Aptidão ao PRONAF e a Lei da Agricultura Familiar); b) de fomento e apoio à produção; c) instrumentos de seguro à produção, à renda e às flutuações dos preços de mercado; d) instrumentos de comercialização (incluindo PAA, PNAE, etc.); e) instrumentos de apoio à gestão territorial.

De forma bastante concreta as iniciativas levadas a efeito no âmbito das compras institucionais do RE-UFPel se encaixam dentro desse marco, especialmente quando vista sob a ótica de um instrumento de promoção do desenvolvimento ao território em que tais políticas operam (SACCO DOS ANJOS et al, 2019). Dessa forma, pode-se afirmar que “[...] o desenvolvimento dos territórios é o resultado de determinadas formas de coordenação capazes de fazer convergir os benefícios privados e sociais.” (FAVARETO, 2010, p.308). Neste mesmo sentido, Deves e Rambo (2013, p.107) apontam que “[...] a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável envolve uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção.”

Existe grande controvérsia e ambiguidade entre noções relacionadas com a escala do desenvolvimento (rural, agrícola, territorial), sendo que muitos deles colocam os termos como se fossem sinônimos, o que evidentemente não é certo. Ao argumentar sobre a questão do desenvolvimento, Veiga (2002, p.17) considera que mais importante que adjetivá-lo, o fundamental é reconhecer a necessidade de “[...]”

discutir a real relevância da dimensão territorial do processo objetivo de desenvolvimento”. A abordagem territorial visa superar, também, a miopia da lógica do crescimento econômico, centrada no critério do incremento de ingresso econômico (PIB *per capita*) (ABRAMOVAY, 2006) que reduz a discussão a uma visão muito simplista da realidade.

Como sinalizado anteriormente, a aproximação do desenvolvimento com o território atende à expectativa de que:

Diferentemente dos recortes setoriais anteriores, as abordagens territoriais do desenvolvimento passam a apresentar os territórios, em suas dimensões sociais, econômicas e ambientais, como unidades de análise e de implementação de políticas públicas. (GALVANESE; FAVARETO, 2014, p.73)

Através da análise deste território, permeado de suas multiplicidades, Santos e Silveira (2001, p.301) propõe que “O território é uno, o que significa que o seu movimento é solidário.”, motivando a reflexão de que promover o desenvolvimento via fortalecimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar repercute positivamente em distintos âmbitos.

Com relação ao território a que se refere esta dissertação sua importância pode ser verificada pelo fato de ter sido contemplado como um Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul enquanto parte de programa governamental durante os sucessivos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014). A estratégia de estabelecer os Territórios de Cidadania (2008) tinha por objetivo a superação da pobreza rural e a redução das desigualdades dentro do espírito do desenvolvimento sustentável preconizado num amplo leque de políticas públicas.

Os Territórios da Cidadania estão incorporados ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Rio Grande do Sul (PTDRS), e embora seu Comitê Gestor tenha sido extinto no atual Governo, sua delimitação enquanto recorte de realidade pode ser tomada como marco de referência para a análise pretendida no presente estudo.

O PTDRS tem como uma de suas prioridades:

Promoção de ações de Segurança alimentar e nutricional que estimulem a produção de alimentos seguros e promovam a comercialização dos produtos da agricultura familiar, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da Conab/ MAPA/MDA/MDS e para compras da agricultura familiar para a Alimentação Escolar. (CAPA, 2009, p. 5)

tema da segurança alimentar e que visem à mobilidade social desses agricultores, a partir de sua inserção em um processo produtivo e mercantil mais organizado. Trata-se, desse modo, de levar a efeito a tradução da complexidade e da diversidade do espaço rural brasileiro em instrumentos de política igualmente diversos. (SCHRÖDER, 2010, p.3)

Os processos relativos à esfera da aquisição de alimentos da agricultura familiar se inserem no contexto de políticas públicas denominadas “compras institucionais”. Neste sentido, o papel do Estado está em mediar e construir as relações do mercado (GRISA; PORTO, 2015). Desta forma, podemos entender que sua lógica se distancia do que se conhece como o mantra sagrado da economia de mercado, pautada na lei da oferta e da demanda.

A obra de POLANYI (1944/2012), cientista social e economista austríaco, foi redescoberta nas duas últimas décadas justamente por ser um estudo – A grande transformação – que mostra as vicissitudes das sociedades modernas que abriram mão dos mecanismos sociais de controle do mercados. Esse autor se opõe frontalmente ao liberalismo econômico de Adam Smith, que reduz todos os processos ao jogo dogmático da oferta e da procura. Nas sociedades pré-capitalistas o subsistema econômico era parte do sistema social. Todavia, nas sociedades capitalistas, sob a qual vivemos atualmente, a situação é diametralmente oposta, dado que são as relações sociais que se subordinam ao império da ortodoxia do mercado.

Os mercados institucionais, que nessa dissertação ganham relevo, funcionam justamente dentro de uma racionalidade totalmente distinta dos mercados concorrenciais. Em sua gênese foram justamente concebidos com o objetivo de atender a necessidade de uma categoria social diversificada, bem como de atuar em favor da democratização das políticas públicas.

As ações e a dinâmica que envolve a elaboração de projetos com vistas a favorecer os mercados institucionais se aproximam do conceito de *nested markets*, ou mercados aninhados, ou seja, um tipo específico de mercado protegido dos processos globais e das relações de livre concorrência. A diferenciação destes mercados vem da proteção proporcionada pelo Estado com a intenção de alcançar um bem comum ou recurso não mensurável, dada a importância do papel que ele desempenha (ROCHA; SACCO DOS ANJOS, 2016; VAN DER PLOEG, 2011)

Construídos para assegurar uma comercialização adequada aos produtos da agricultura familiar, os mercados institucionais têm por objetivo “[...] atuar

simultaneamente em questões como a inserção socioproductiva, segurança e educação alimentar, geração de trabalho e renda, incentivo à agroecologia, etc.” (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2015 b, p.144). É possível, dessa maneira, alinhar o explicitado por Lamarche (1993) ao afirmar que a viabilidade das explorações familiares impõe a necessidade do Estado no sentido criar as condições requeridas para tanto.

Deves e Rambo (2013) referem, em seu estudo, outros desdobramentos importantes dos mercados institucionais. Sustentam, tais autores, que a implantação desta política pública leva à diversificação produtiva, garantindo segurança alimentar ao agricultor e mais autonomia em relação à sua inserção junto aos mercados. Observam ainda que essas ações trazem avanços ao contexto social e econômico regional. Corroborando tal afirmação, Silva e Silva agregam que:

Esse mercado apresenta diversas oportunidades para os empreendimentos de agricultura familiar e economia solidária, dentre elas: o fortalecimento de seus processos sociais organizativos; a possibilidade de comercialização para os produtos agroecológicos; e a possibilidade de diversificação produtiva para atendimento a uma nova demanda que se apresenta. (SILVA; SILVA, 2011, p.87)

Como visto através dos autores abordados, a existência de uma política pública, qual seja, a dos mercados institucionais, que atente à comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e proporcione um mercado que garanta o consumo destes produtos, pode favorecer o desenvolvimento sustentável e a ampliação das oportunidades de reprodução social das famílias implicadas.

Por fim, há que levar em conta a questão relativa ao papel desempenhado pelas redes sociais constituídas em torno aos processos que envolvem a aquisição, distribuição e fornecimento de alimentos via mercados institucionais. Em relação às redes sociais, Schneider e Escher (2011) reiteram que a superação dos limites e imperfeições dos mercados capitalistas é consequência de projeto político, e para tanto é determinante o envolvimento da sociedade como um todo, além dos sujeitos e das organizações interessadas. Ainda, neste intento, tem-se que: “As mudanças estruturais são resultado justamente das interações entre os atores sociais. Os atores são socialmente constituídos e, assim sendo, são também agentes da mudança social” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p.209).

Dos mesmos autores vem a advertência da necessidade de integrar à discussão os conceitos advindos da abordagem de Polanyi, a exemplo dos princípios de reciprocidade e redistribuição, os quais precisam ser alcançados

através das relações sociais tecidas pelos atores intervenientes. A palavra “*embeddedness*” consagrou-se em estudos relacionados com essa questão graças ao resgate da obra de Karl Polanyi (1944/2012).

O termo é referido comumente como sinônimo de enraizamento ou incrustação. Concretamente este economista austríaco chama a atenção, em sua obra (*A grande transformação*), para o fato que os processos econômicos desde tempos remotos sempre estiveram atrelados a relações sociais. Nesse contexto, as motivações dos indivíduos surgiam como resultado de normas e fatos de ordem extra-econômica (familiar, política ou religiosa). Não obstante, Polanyi se mostra completamente contrário às teses do liberalismo econômico e da financeirização da economia, cujos desdobramentos são visíveis no sentido de promover a destruição dos pilares fundamentais da sociedade moderna. Urge, portanto, restabelecer tais princípios.

Em uma análise sobre essa questão, Sabourin (2004, p.81) afirma que “[...] os valores humanos ou sociais são dados e inseridos (*embedded*) nas estruturas e nas representações sociais [...]”. Ao analisar os mercados institucionais, as relações sociais são apresentadas como incrustações dos atores sociais na vida econômica, incluindo no funcionamento dos mercados (VOGT; SOUZA, 2009).

Neste sentido consta que

Um exemplo proeminente são as iniciativas de agregação de valor e enraizamento das relações sociais, onde as economias dos territórios são integradas por meio de iniciativas como: “cadeias alimentares curtas”, agroindústrias familiares, redes de associação e cooperação (comércio justo, certificação solidária, redes de cooperativas locais) e mecanismos de redistribuição. (GUTHMAN, 2007 *apud* Schneider; Escher, 2011, p.211; destaque do original)

A formação destas redes sociais pode ser alcançada através do conceito de cadeias curtas de comercialização, também chamadas do que diversos autores denominam de “redes agroalimentares alternativas” (MARTIL; SACCO DOS ANJOS, 2020; SACCO DOS ANJOS; CALDAS; SIVINI, 2019). Conforme Cruz e Schneider (2010), os produtos tradicionais são (re)valorizados, tornando-se possível uma aproximação entre produtor e consumidor. Estas cadeias podem ser vistas como meio para o desenvolvimento sustentável, de acordo com o que também descrevem Morgan e Sonnino, trazendo à discussão o conceito de “*creative procurements*” que poderia ser traduzido ao português como “aquisições criativas”. Sobre este conceito os autores descrevem este termo da seguinte maneira:

O veículo mais importante para garantir um desenvolvimento sustentável no serviço de merenda escolar é *creative procurement policy*, que leva a uma visão holística da cadeia alimentar porque reconhece que a produção e o consumo precisam ser calculados no nível local. Através de *creative procurement*, os consumidores locais são encorajados a apreciar alimentos saudáveis e produzidos localmente, porque esta é a pedra fundamental de um serviço sustentável na merenda escolar (MORGAN E SONNINO, 2007, p.19, tradução minha, destaque do original).

Com relação à ideia dos mercados institucionais serem considerados cadeias curtas, Marsden, Banks e Briston (2000) apresentam o termo em inglês “*Short Food Supply Chain*” (SFSC). Para estes autores tal conceito comporta três aspectos principais: 1) compreende relações face a face, predominando vendas diretas do produtor ao consumidor; 2) proximidade local: são aquelas vendas realizadas para restaurantes, mercados varejistas e mercados institucionais e; 3) as relações são espacialmente estendidas, incluindo produtos com indicação geográfica. (MARSDEN; BANKS; BRISTON, 2000; STRATE; CONTERATO, 2019). Como demonstrado por estes autores, se a produção e a comercialização são regionalizados, trata-se de uma cadeia curta.

A existência das cadeias curtas é favorecida pelas possibilidades geradas em torno dos mercados institucionais, como referem Vogt e Souza (2009, p.7) em estudo sobre o PAA, no qual afirmam que estes programas “[...] contribuem para a construção de arranjos locais, reunindo, de um lado, os gestores das compras governamentais de alimentos e, de outro, as organizações de agricultores familiares e assentados da reforma agrária.” A operacionalização destas cadeias curtas é o que permite a aproximação do produtor com o consumidor (MORAES; SCHWAB, 2019).

No contexto das cadeias curtas, são as cooperativas e as associações que atuam como mediadores na aproximação dos agricultores familiares com os mercados institucionais. São estas instituições que permitem a organização produtiva entre os cooperados, a tramitação burocrática necessária nas chamadas públicas e, muitas vezes, a articulação política e a representação junto às instituições que adquirem os produtos da agricultura familiar (FREITAS et al, 2009).

O fortalecimento das cooperativas existentes, assim como o surgimento de outras instituições associativas são efeitos esperados com a implantação dos mercados institucionais. Admite-se que as cooperativas devem ser um elemento agregador, dividir investimentos e expectativas, evitando vícios que levem-nas a assumir uma função estritamente mercantil. Nesse sentido, Moraes e Schwab (2019)

descrevem o cooperativismo de uma forma mais ampla do ponto de vista das funções que tal instituição há que cumprir:

[...] o cooperativismo desempenha função central na dinâmica de funcionamento de cadeias agroindustriais. Sua influência nas atividades de financiamento, produção e comercialização dos seus cooperados é largamente conhecida e estudada. É um sistema fundamentado na união de pessoas que buscam suprir necessidades e desejos compatíveis. Tem por fundamento os valores da participação, democracia, solidariedade, independência e autonomia, fazendo do cooperativismo uma alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. (MORAES; SCHWAB, 2019, p. 68)

A região analisada é marcada pela preponderância de explorações de caráter familiar. Outro aspecto que merece ser destacado é a presença de pequenas cooperativas, cuja existência é fundamental para a dinâmica que rege o funcionamento dos mercados institucionais. Os dados da Tabela 5 permitem avaliar, ainda que seja de forma geral, o grau de associativismo na área da pesquisa, tanto em termos de unidades cooperativas como de associações diversas que existem nas seis localidades. O destaque fica a cargo de São Lourenço do Sul (97%), seguido de longe por Canguçu (74%), Pelotas (55%), Turuçu (55%), Arroio do Padre (45%) e Morro Redondo (43%). Claro que há aqui um risco de superestimação desse indicador em que pese o fato de que muitos produtores podem ser computados duplamente ao estarem ligados a várias instituições do gênero.

Tabela 5 – Número de produtores familiares com vínculos associativos em relação ao total de estabelecimentos familiares e percentual correspondente de associativismo no âmbito dos municípios que integram o recorte de realidade da pesquisa.

Município	Cooperados (A)	Associados (B)	Total (A+B)	Total de Estab.	% (A+B) / Total
Arroio do Padre	88	93	181	400	45
Canguçu	1.048	3.919	4.967	6.691	74
Morro Redondo	87	72	159	369	43
Pelotas	418	934	1.352	2.444	55
São Lourenço do Sul	1.492	1.772	3.264	3.334	97
Turuçu	50	134	184	333	55
Total	3.183	6.924	10.107	13.211	76,5

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Quando centramos a mirada apenas no percentual de estabelecimentos cujos produtores têm vínculos como cooperados, o destaque fica a cargo de São Lourenço do Sul (44,7%), muito acima do caso de Morro Redondo (23,6%) e de Arroio do Padre (22,0%). Por fim, o Quadro 10 relaciona as diversas entidades associativas que operam no contexto dos mercados institucionais.

Município	Cooperativas e Associações	Nº Total
Arroio do Padre	COOPAP	1
Canguçu	Terra Nova, UNIÃO, ARPA Sul	3
Morro Redondo	COOPAMOR	1
Pelotas	COOPAMB, CAFSUL, Sul Ecológica, COSULATI	4
São Lourenço do Sul	COOPESCA, COOPAR	2
Turuçu	Associação de Produtores de Morango, COOPER Turuçu	2

Quadro 10 – Cooperativas e Associações que operam os mercados institucionais nos municípios que correspondem ao universo empírico da pesquisa.

Fonte: UCP – EMATER/RS (2016) – adaptado e atualizado pela autora.

Os temas apresentados até esse momento indicaram o foco dessa dissertação de mestrado com ênfase nas reflexões atinentes à agricultura familiar, ao desenvolvimento rural e aos desdobramentos dos mercados institucionais como política pública nos municípios que integram o recorte de realidade proposto. O passo seguinte é analisar dados obtidos junto às fontes primárias de informação, especialmente os que afetam ao emprego de metodologia qualitativa. Esse acervo de dados e informações, como dissemos anteriormente, é resultado da realização de entrevistas obtidas por meio de roteiro semiestruturado (ver Apêndices).

4. Resultados e Discussão

4.1. Análise das Entrevistas

O ponto de partida desse estudo foi buscar elementos chaves que lançassem luzes sobre o problema de pesquisa concebido no marco da construção que representa esta dissertação. A análise a seguir foi realizada a partir das entrevistas coletadas com os sujeitos que estiveram envolvidos na elaboração, condução e execução do Projeto do Restaurante Escola da UFPel (RE-UFPel). Buscou-se organizar o farto material coletado em categorias que refletissem a efetividade dessa iniciativa tanto na maneira como foi conduzida, quanto de sua relevância para a agricultura familiar na área delimitada pela pesquisa.

Neste intento, foram prospectados elementos que descrevessem o tecido social construído em torno aos projetos de comercialização, considerando-se as cooperativas, os agricultores e as instituições. Ademais, procuraram-se informações que levassem à compreensão de seu alcance dentro do território na promoção de desenvolvimento econômico e social.

A fim de sistematizar a análise, os temas foram organizados de maneira a construir uma visão que desse conta do itinerário dos processos de compras institucionais da UFPel. O olhar esteve centrado em alguns aspectos centrais. Em primeiro lugar, tomando por base a efetividade das compras institucionais no que tange ao fortalecimento da agricultura familiar. Em segundo lugar, levando em conta o modo como as compras institucionais operadas no âmbito da UFPel impactaram as condições de existência social dos sujeitos envolvidos.

Nesta perspectiva, alguns aspectos despertaram interesse, dentre os quais, a questão do aumento de renda do agricultor e a consolidação do papel das cooperativas. Além disso, houve por bem avaliar impactos diretos e indiretos, a exemplo da aquisição de equipamentos e implementos, a ampliação no número de cooperados, dentre outros tópicos relevantes. Ainda, considerando o atual momento das compras institucionais da UFPel, buscou-se resgatar elementos que indicassem o modo como os sujeitos estão contornando as mudanças advindas desde a saída

da FAU da administração dos restaurantes e do processo de terceirização, que fez com que empresas de catering assumissem a gestão destas estruturas.

Desde o começo da fase de campo constatou-se que foram construídas relações que ultrapassaram os limites da dimensão mercantil existente entre a UFPel e as cooperativas, bem como em relação aos agricultores a elas associados. Mas é preciso destacar, também, os laços construídos entre as cooperativas como forma de potencializar o atendimento às demandas da UFPel, sobretudo quando se trata de diversificar o rol de produtos requeridos nas Chamadas Públicas. Destaca-se dentre as instituições implicadas, o envolvimento concreto e direto do serviço oficial de extensão rural – ASCAR-EMATER, sem o qual, a experiência em tela não chegaria aos resultados alcançados.

O processo recente de terceirização dos refeitórios da UFPel é apresentado no Box 1. Nele consta uma nota de esclarecimento publicada pela UFPel onde são explicitados os motivos que a levaram a alterar a administração e operação dos restaurantes universitários, bem como outros aspectos que evidenciam o processo de terceirização e a transição para o novo sistema. A exposição da Reitoria da UFPel foi elaborada no sentido de apresentar justificativas e argumentos em favor da decisão pela terceirização dos refeitórios da instituição. Não obstante, como se pode observar, nenhuma menção é feita ao sistema de compras da agricultura familiar ou mesmo de algum tipo de compromisso que apontasse para a preservação de relações construídas nos últimos anos com as cooperativas fornecedoras dos produtos agropecuários.

Dando prosseguimento à análise, buscar-se-á apresentar dados e informações que tratam de evidenciar como o processo das compras institucionais da UFPel impactou dentro do território em que a UFPel se encontra inserida a partir dos sujeitos do processo. Some-se a isso a ideia de avaliar se e em que medida houve contribuição à questão da Segurança Alimentar e Nutricional das famílias rurais envolvidas pelo aumento da disponibilidade de hortigranjeiros em seus estabelecimentos. Por fim apresenta-se ao leitor um quadro atualizado da situação atual dos mercados institucionais a partir do ponto de vista dos nossos entrevistados, tendo em vista as mudanças ocorridas nos últimos dois anos.

Box 1 – Esclarecimento sobre o processo de terceirização do RE-UFPe

Atendendo a exigências dos órgãos de controle, a Universidade Federal de Pelotas (UFPe) tem realizado uma série de ações para planejar e implementar processos licitatórios com vistas à terceirização dos serviços de alimentação coletiva, assim como é feito na maioria das Universidades pelo país.

No processo licitatório implementado exigiu-se que a responsabilidade pelo local de atendimento fosse da empresa contratada, uma vez que a Universidade não possui espaço próprio para a instalação de um restaurante no centro (o Restaurante Universitário da XV é alugado pela FAU). As características do Restaurante Universitário (RU) da XV (capacidade de atendimento) foram utilizadas como referência para o processo licitatório. Devido à impossibilidade de restringir muito a localização do restaurante, sob pena de se ver configurada uma ilícita restrição a possíveis licitantes, definiu-se uma área central da cidade como possível de receber o serviço, minimizando, ao máximo, a quebra de uma rotina que a comunidade da UFPe já possui. Desta forma, se fosse interesse da empresa e do proprietário do imóvel, o mesmo espaço poderia ter sido escolhido.

A empresa vencedora da licitação assinou contrato com a UFPe no dia 6 de março e recentemente definiu o local onde instalará essa nova Unidade do RU. O prédio fica na rua Santa Cruz, entre as ruas Tiradentes e Lobo da Costa, distante quatro quadras do RU da XV de Novembro, mais próximo das Unidades Acadêmicas da Odontologia e da região do Porto. A empresa trabalha na preparação do prédio e aguarda algumas liberações do município para estar apta a oferecer seus serviços. A data para início do atendimento está prevista para o dia 2 de maio, embora ainda possa ser adiada.

Há muitos anos (desde 2010) os órgãos de controle vêm apontando a inadequação de que o serviço de alimentação na UFPe seja oferecido mediante o convênio “Projeto Interdisciplinar de Restaurante Escola” (PIRES), que, vinculado à Fundação de Apoio Universitário (FAU) é responsável pela administração das três Unidades do RU da Universidade. O mais recente de tais apontamentos deu-se por ocasião da última auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), realizada no primeiro semestre de 2017.

Os estudos para a viabilização dos processos licitatórios com vistas à terceirização iniciaram no final do primeiro semestre de 2017 e culminaram com a realização de uma licitação que envolverá parte da demanda por serviços de alimentação da UFPe já nesse semestre. A concretização desse processo licitatório (homologação do resultado) ocorreu nos primeiros dias de janeiro de 2018.

A tarefa de desenvolver um processo licitatório dessa natureza e magnitude, por si só, é muito difícil, explica o pró-reitor. No caso da UFPe, pelo reconhecimento ao trabalho de excelência prestado por todos os trabalhadores, sob a coordenação da nutricionista e responsável técnica Moema Zambiasi, essa tarefa se torna ainda mais complicada. Também em respeito a eles o processo tem sido tratado com responsabilidade e cautela, evitando-se trabalhar com prazos e estimativas não concretas. A coordenação do PIREs tem sido informada de todas as etapas do processo desde o seu início. No passado, em outras oportunidades, notícias sobre mudanças (que não se concretizaram) instauraram um clima de desconforto e incertezas desnecessários entre os trabalhadores, responsáveis diretos por um serviço de extrema responsabilidade e importância para milhares de pessoas diariamente. Para evitar isso, a Gestão da UFPe aguardou a concretização de etapas fundamentais, como a assinatura do contrato e algumas garantias sobre o cumprimento dos requisitos contratuais.

A necessidade urgente de que a UFPe realizasse a licitação para terceirização de seus RUs coincidiu com algumas situações que tornaram o processo ainda mais difícil. A primeira delas foi a concretização do projeto do Restaurante Universitário no Campus Anglo, iniciada em 2017 e com data prevista para término da obra em julho de 2018. A partir da disponibilização desse local a UFPe poderá planejar em definitivo o serviço de atendimento à sua comunidade, pois obrigatoriamente haverá uma natural migração de público para esse novo local.

Outra demanda importante a ser atendida nos próximos meses diz respeito ao RU da nova Casa do Estudante. O espaço destinado para o RU ainda carece de reformas e adaptações e, o mais breve possível, os moradores da CEU contarão com o serviço de café da manhã diário e todas as refeições aos finais de semana.

(Notícia vinculada pela Coordenação de Comunicação Social, publicada no Portal da UFPe em 23 de abril de 2018.)

4.1.1. Comercialização e a Agricultura Familiar

Os mercados institucionais foram concebidos dentro do marco da política de segurança alimentar e nutricional levada a cabo pelo governo federal já desde o primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, o conhecido “Fome Zero” corresponde a um macroprograma que

[...] prevê uma série de instrumentos de atuação, incluindo a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), de um cadastro nacional de pessoas atendidas, de uma política de transferência direta de renda (Bolsa-família), do fortalecimento da agricultura familiar, bem como da criação de sistemas locais de abastecimento alimentar (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2018, p.12)

O fortalecimento da agricultura familiar passa, evidentemente, por criar condições para que as famílias tenham assegurada a compra de sua produção. Esse é um ponto fundamental. Assim como há os “beneficiários consumidores” (indivíduos e coletividades) a quem a produção se dirige, há, de outro lado, os “beneficiários produtores”, compreendendo um diversificado conjunto formado por assentados da reforma agrária, comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, pescadores artesanais e todos os públicos enquadrados dentro dos critérios da lei da agricultura familiar.

As entrevistas demonstraram que a comercialização é a principal preocupação dos sujeitos envolvidos no processo. Neste sentido, o relato de um dirigente de cooperativa DC4(2020) esclarece que: “[...] uma das grandes dificuldades para os agricultores eu acho que é a questão comercial, porque às vezes produzir eles vão saber, às vezes falta onde ele colocar esse produto [...]”. Tal informação é corroborada por outro dos produtores entrevistados, segundo o qual: “[...] sempre digo isso, a produção não é o mais difícil, o mais difícil é o mercado.” (AF2, 2019), onde transparece a noção que a questão de produção em si não é o principal obstáculo à agricultura familiar.

Nesta perspectiva um dos agricultores entrevistados agrega a seguinte afirmação “[...] como a gente vive disso, vive de plantar verdura, vive de plantar legumes, a gente precisa sempre tá buscando mercado, porque no momento que tá pronto, tá pronto, se tu não vender, tu perdeu” (AF3, 2020). A perecibilidade dos produtos é um dos aspectos que confere vulnerabilidade às famílias rurais no processo de comercialização, sobretudo porque a esmagadora maioria delas não dispõe de estrutura de armazenamento refrigerado. O tempo que resta desde a

colheita até a entrega do produto ao consumidor final é muitas vezes reduzido, sobretudo quando as inclemências do tempo se impõem. Não raras vezes uma colheita pode ser completamente perdida, significando não só um prejuízo financeiro, mas também a frustração das famílias pelo trabalho desperdiçado.

Na entrevista do técnico da EMATER, que atua na área de comercialização para as cooperativas e agricultores familiares, essa questão é descrita nos seguintes termos:

Se ele não tiver garantia de comercialização, isso aí como eu posso dizer? Isso aí vai colocar ele na cidade, porque vai chegar um momento que ele vai ter que vender a terra pra pagar todos esses financiamentos, todo esse incremento tecnológico e não adiantou de nada ele ter o melhor produto do mercado se ele não tem pra quem vender [...] (Entrevista ER, 2019)

Este excerto atesta o fato da comercialização ser efetivamente um gargalo para a produção da agricultura familiar. Em situações extremas pode levar ao êxodo rural e para a precária condição que hoje exubera nas médias e grandes cidades brasileiras. Bairros pobres e sem infraestrutura são o destino de migrantes que abandonam seus locais de origem para viver sob condições muito difíceis. O mesmo técnico volta a afirmar:

[...] aí se tem o impacto político, que, *bueno*, se não tem mais pra quem vender, perde esse mercado, a meninada tá saindo. Esses mercados só foram criados, o PAA, o PNAE porque se identificou que o êxodo continuava, o problema era a comercialização e o Estado é um grande comprador de alimentos. (Entrevista ER, 2019)

Entre as lideranças da agricultura familiar resta o entendimento de que as atividades agrícolas exercem uma influência sobre as cidades. Uma oferta regular de alimentos é crucial, ainda que as pessoas não reconheçam a importância do papel desempenhado pelas famílias rurais. No tocante a esta questão, assim se expressou um dirigente de cooperativa:

[...] isso é um programa que foi muito bem pensado pra manter o agricultor no campo, porque se nós não manter o agricultor no campo, existe um ditado: 'se a colônia não planta a cidade não janta' e é bem por aí, porque se não tivesse esse programa pra ter uma segurança pro produtor vender, daí uns 10 anos nós vamos ter grande dificuldade de comida pro povo, porque não vai ter quem produza, porque se o produtor não tiver um mercado certo, o produtor sabe produzir, mas ele não sai da porteira pra fora pra vender, então tem que ter alguém que faça essa parte (Entrevista DC2, 2019; aspas minhas).

O que esses depoimentos deixam claro é que os mercados institucionais geram resultados muito relevantes. São limitados enquanto ao número de famílias

rurais envolvidas, bem como do volume de recursos disponibilizados pelo governo federal, mas mostram também o quão são importantes enquanto espaço de aprendizagem para todos os envolvidos. As entrevistas demonstraram que o Estado, através das compras institucionais, tem a capacidade de ser o vetor decisivo de transformação da realidade. O caso do RE-UFPeI, de que nos ocupamos nessa dissertação, aponta claramente nessa direção.

4.1.2. O Restaurante Escola como Mercado Institucional

O mérito do formato de compra institucional adotado pelo RE-UFPeI até 2018 estava principalmente no fato de haver estabelecido compras com previsão de um ano, possibilitando, assim, que as cooperativas se organizassem com seus agricultores para uma produção contínua ao longo do período subsequente. Em entrevista obtida junto à nutricionista que participou desde o começo das compras institucionais do RE-UFPeI, ela esclarece:

A gente sabe que para o agricultor poder nos fornecer o alimento, a gente precisa se organizar com bastante antecedência, porque como as nossas aquisições eram de um volume muito grande, a gente fazia com um ano de antecedência os cardápios, a gente tinha 8 cardápios [...] a gente verificava o quantitativo de cada item dia-a-dia, pra seis meses, então com uma antecedência de um ano, a gente já sabia o que ia fornecer no ano seguinte, em torno de 4 meses, após os cardápios estarem elaborados, as compras também, a gente encaminhava para a Fundação, e encaminhava para a EMATER, antes mesmo de sair a chamada pública a gente já encaminhava para os agricultores irem se programando, então era um trabalho assim com um ano de antecedência [...] (Entrevista N1, 2019)

De acordo com o que apresenta a nutricionista, os cardápios eram pensados de maneira a ser possível às cooperativas elaborarem o calendário das entregas e assim buscar entre seus associados àquelas famílias capazes de disponibilizar o produto conforme a necessidade previamente estabelecida com o RE-UFPeI. O dirigente de cooperativa afirma que “era melhor, porque tinha o cronograma do ano inteiro, era aquilo, claro mudava um pouco, às vezes pra menos, às vezes pra mais, né? Por exemplo, não tinha um determinado produto, podia negociar com a nutricionista [...]” (DC5, 2020).

Neste contexto, é possível ressaltar que ficava aberta uma via de comunicação que permitia certa flexibilização dos produtos a serem entregues aos restaurantes. Um dos dirigentes narra a seguinte situação: “Sempre quando necessário foi chamado eles na conversa, ambas as partes ficou esclarecido, né? A partir de 2010 que evoluiu mais as compras, depois que foi vendo os melhores

caminhos.” (DC2, 2019). Uma boa interlocução foi um dos motores que fizeram com que as compras institucionais da RE-UFPeL fossem consideradas um processo bem sucedido, sendo possível verificar que entre as cooperativas havia um forte diálogo a fim de atender este importante mercado. Este assunto será aprofundado posteriormente.

Faz-se necessário destacar o fato de que os valores oferecidos aos produtos eram definidos com base numa média dos preços praticados no mercado convencional, levando em conta, também, a sazonalidade dos mesmos. É sabido que os preços flutuam de acordo com sua disponibilidade no mercado, como bem nos aponta o extensionista entrevistado: “[...] você ter uma média anual, né, que consiga atender o preço quando ele tá em plena safra, que ele reduz, mas ele consiga, por exemplo, na entressafra dar uma equilibrada.” (ER, 2019). A nutricionista entrevistada explica melhor como era pensada essa questão do preço:

[...] e a gente sabe que na época de escassez e há época de fartura, então como você vai fazer uma chamada pública com o preço lá embaixo, continuar falando do tomate, porque o tomate sempre foi vilão, que na época de escassez, ele, o preço tá muito alto, né? Na fartura ele tá lá embaixo, então sempre que você vai fazer uma média, na época em que tá fartura, aí o agricultor vai atender quando estiver em escassez, então a gente fez isso, fez seis meses para facilitar, e depois o ano [...] (Entrevista N1, 2019)

Com vistas a respeitar a sazonalidade, o cardápio era elaborado levando em conta o tamanho da oferta. Entender os ritmos da natureza é também uma das virtudes do processo, como bem sublinha a nutricionista que era encarregada das compras pelo RE-UFPeL:

[...] esses 8 cardápios a gente ia arrumando eles conforme a sazonalidade que nos era encaminhada pela EMATER, e todos os anos a gente solicitava à EMATER, antes de fazer o cardápio, solicitava à EMATER que encaminhasse essa sazonalidade, e a gente através disso, montávamos os nossos cardápios [...] (Entrevista N1, 2019)

Esta capacidade de previsão e respeito às condições específicas da produção de alimentos pela agricultura familiar, nas palavras de um dos produtores entrevistados significava que “[...] no mais a conquista tinha sido muito grande, a evolução do gerenciamento da alimentação tinha sido maravilhosa, acho que tava chegando num patamar ideal.” (AF1, 2019).

Um tema muito ressaltado foi o do pagamento adicional de 30% aos produtos oriundos da agricultura orgânica, conforme preconizado na legislação do PNAE e do PAA. Foi assim que uma das cooperativas que produz exclusivamente

agroecológicos viu seu produto recebendo a devida valorização, sobretudo o reconhecimento pela aposta que fizeram num modo de produção sustentável. Para a dirigente da cooperativa agroecológica: “[...] nós tínhamos além de uma garantia de comercialização, um preço justo, uma valorização dos produtos orgânicos, então para os agricultores era toda uma garantia, uma valorização da produção orgânica” (DC1, 2019).

De um dos agricultores dessa cooperativa, que produz em um sistema agroecológico, fica a percepção que: “Eles valorizavam bastante o produto ecológico em si” (AF1, 2019). A escolha de produzir orgânicos ou agroecológicos garante um produto de qualidade diferenciada a ser disponibilizado nas refeições, assegurando uma melhor qualidade de vida ao resguardar sua saúde longe do uso de agrotóxicos empregado massivamente na agricultura convencional. Além disso, traz benefícios à sociedade na medida em que elimina o uso de produtos de síntese, que tantos prejuízos acarretam aos recursos naturais.

Nas entrevistas ficou claro o papel fundamental do RE-UFPel no sentido de absorver a produção oriunda das cooperativas existentes no entorno da UFPel. Com relação a isso, a dirigente de uma das cooperativas entrevistadas coloca o assunto nos seguintes termos: “[...] a diversidade era muito grande, e volume também era muito grande. A universidade era nosso principal mercado [...]” (DC1, 2019). De acordo com outro dirigente cooperativista, no ano de 2017, o último que houve entrega sistemática ao RE-UFPel, o volume chegou a um nível máximo: “[...] aquele ano, nós chegamos a 70%, a movimentação da cooperativa com a universidade.” (DC 5, 2020).

A garantia de compra de volumes maiores permitiu que os agricultores se organizassem para aumentar a própria produção, como assim exemplifica um dos produtores entrevistados AF1 (2019): “[...] tomate né, a gente começou a plantar enxergando esse mercado, plantando maior volume, maior período de produção”. O tomate costuma ser a ‘menina dos olhos’ da agricultura familiar, pois possui um valor de mercado maior, e sua colheita pode ser mais espaçada, além de poder ser produzido em estufa, o que facilita o manejo. Em outro relato, quando perguntado se aumentou a produção para atender o mercado do RE-UFPel, o agricultor afirma, de maneira veemente: “Sim, sim, claro, né?” (AF2, 2019).

Para além das questões de como foram operacionalizadas as compras institucionais e do quanto isso foi importante para as cooperativas da agricultura

familiar, outros desdobramentos podem ser ressaltados. Como já mostrado anteriormente o RE-UFPeI, no formato como foi concebido, tinha, dentre várias finalidades, favorecer a pesquisa e a extensão. No primeiro caso, enquanto espaço de aprendizagem para os alunos de nutrição, gastronomia, etc., mas também para que se pudesse mostrar aos comensais a força da produção familiar local dentro de uma instituição, como a Faculdade de Agronomia, que foi moldada, historicamente, para servir aos interesses das grandes explorações agrárias.

Enquanto extensão, não se pode minimizar o que isso supõe para mostrar o quanto a UFPeI pode estar próxima das organizações sociais. Transferir conhecimento às famílias rurais poderia ser uma via de aproximação com o contexto social onde a UFPeI está inserida. De acordo com a nutricionista que participou da concepção do projeto do RE-UFPeI, um dos objetivos era que se: “[...] trabalhasse paralelo, não somente fazendo alimentação, mas também dando oportunidade para os alunos desenvolver projetos de pesquisa, projetos de extensão, etc.” (N1, 2019). Um dos projetos de pesquisa, levado a cabo pela equipe do NUPEAR, consistia em saber o que as pessoas pensavam sobre a agricultura familiar. Anteriormente haviam sido feitas gestões por esse grupo no sentido de mostrar quem havia produzido o alimento que estava sendo servido às pessoas que afluíam a estes espaços. Nesse sentido, um dos entrevistados acrescentou:

[...] foi muito importante, na minha percepção poder ter esse diálogo, entre os usuários do restaurante e os que produziam os alimentos. Principalmente foi isso, foi marcante, tinha plaquinha ali de produto ecológico e tal [...] E que bom se a gente pudesse fazer mais, mais vezes isso, essa, esse diálogo assim, produção e consumidor. (ENTREVISTA AF2, 2019)

Por ter sido um projeto inovador, capaz de considerar muitas das especificidades da agricultura familiar, e de haver se mostrado eficiente em atender as demandas do restaurante universitário ao fornecer alimentação de qualidade e a preços justos, o modelo utilizado serviu de inspiração para que outros mercados institucionais fossem criados, tal como relata o dirigente de uma das cooperativas:

[...] inclusive a gente já participou de vários eventos contando o caso da universidade, eu já fui pra vários lugares contando essa experiência dos mercados institucionais e especificamente do caso da UFPeI, do que isso impactou pra cooperativa, e pras outras cooperativas, inclusive vários lugares tavam replicando já. (Entrevista DC1, 2019)

Para o extensionista rural que acompanhou o projeto do RE-UFPeI os resultados são claros, servindo de fonte inspiradora: “[...] eu acho, assim, que é o melhor exemplo pra replicar.” (ER, 2019). Ainda no mesmo sentido, o dirigente de

cooperativa que participou do projeto comenta que o caso do RE-UFPeL era por ele mencionado como marco de referência para que outras instituições adotassem os mesmos procedimentos:

Oh, procura a universidade que ela já faz isso há algum período, nunca teve problema, tem uma boa relação com a agricultura familiar, então era um espelho que se tinha, uma referência que se fez, não só enquanto região, mas também enquanto estado, enquanto país, um caso que muito se pesquisou, muitos levaram como referência dessa experiência daqui. (Entrevista DC4, 2020)

Após apontar a relevância e efetividade do projeto RE-UFPeL, cabe considerar que essa experiência sofreu uma mudança radical e profunda em 2018. Isso porque, em virtude das recomendações do Controladoria Geral da União (CGU), a forma de gestão, por intermédio da Fundação de Apoio Universitário, foi, por fim, desativada. A partir deste momento, abriu-se espaço para a terceirização do processo via entrada em cena das empresas de *catering*¹¹. Para os agricultores essa mudança significou a perda de um mercado seguro e promissor, como assim um dos entrevistados esclarece em sua fala:

Significou perder um mercado, porque mesmo antes eu te dizendo que eu não sabia quantidade de coisa que a gente entregava pra esse mercado, eu sei que a gente sempre entregou alguma coisa, porque, por exemplo, a questão de verdura, antes eu entregava, muito do que eu entregava era alface e repolho, nesses últimos tempos a gente não teve esse comércio, então é duas culturas que diminuiu na propriedade e deixa de entrar aquela renda, então é como se tu tivesse um mercado certo, e de uma hora pra outra deu, não tem, e consequentemente isso vai dá diferença no final do mês na renda, né? (Entrevista AF3, 2020)

De acordo com um dirigente de cooperativa entrevistado, mesmo buscando outros mercados para escoar o que antes era fornecido ao RE-UFPeL, agrega ele que: “[...] claro que não foi possível, acho que em todas as cooperativas o entendimento deve ser o mesmo, que tu não conseguiu buscar outro mercado que absorvesse toda a produção que ela absorvia.” (DC4, 2020). Com o mesmo entendimento, um dos agricultores acrescenta:

Pra nós assim atingiu imensamente, e atingiu a cooperativa que perdeu, dá pra se dizer esse mercado, e aí o fluxo de capital de giro limitou, né? Então prejudicando a cooperativa que ela não atingiu a base cooperativa, além do agricultor não ter esse mercado pra oferecer esse produto, se descapitaliza, e descapitalizou a cooperativa (Entrevista AF1, 2020).

O extensionista rural sustenta ainda que “[...] a Universidade conseguiu respeitar todas as peculiaridades da agricultura familiar que as demais instituições

¹¹ Catering é uma palavra da língua inglesa adotada para descrever o fornecimento de comidas prontas e todos os serviços que envolvem esse tipo de atividade.

não conseguiram ter essa, eles ainda tão com a 8.666 [Lei das Licitações] na cabeça assim.” (ER, 2020, destaque da autora), se referindo aos diversos dispositivos presentes nos processos de compras do RE-UFPe que não são encontrados em outras chamadas.

Conforme um dos dirigentes cooperativista, que por ocasião da entrevista, seguia realizando vendas à empresa terceirizada, se refere ao processo de compras públicas nos seguintes termos:

[...] como tava indo e como tava funcionando, foi muito bom, eu tenho certeza do que eu tô falando, se aquilo tivesse continuado hoje a cooperativa tava melhor do que tá, tava bem melhor, porque era uma garantia, hoje não se tem garantia, hoje tu não tem garantia que tu vai entregar o teu produto. (Entrevista DC5, 2020)

A conquista desse mercado, da maneira particular com que foi construído e da forma sob a qual vinha sendo conduzido pelos atores envolvidos, supôs um ganho substancial às cooperativas e conseqüentemente aos seus associados, mostrando-se igualmente eficiente no que toca ao atendimento das demandas dos restaurantes da UFPe. A avaliação da experiência era francamente positiva até o momento em que as aludidas mudanças foram introduzidas em meio ao aludido processo de terceirização.

4.1.3. As Cooperativas participantes das Compras Públicas

A fim de aprofundar a análise é necessário encontrar pontos que indiquem se houve benefício aos atores que participaram das compras institucionais do RE-UFPe, e, em caso afirmativo, examinar como isso ocorreu. Para tanto serão observados, em um primeiro momento, de que maneira esse mercado influiu sobre as cooperativas que participaram de maneira sistemática desse processo como ofertantes de produtos. Entende-se que alguns pontos merecem ser explorados de forma compatível com a sua relevância.

4.1.3.1. Investimento em Infraestrutura

Como demonstrado anteriormente, o fato de as compras institucionais do RE-UFPe serem realizadas em volume significativo, com previsibilidade de entrega anual e a preços constantes, fez com que as cooperativas se organizassem no sentido de realizarem investimentos em suas unidades. Muito embora todas as

cooperativas participassem de outros mercados, houve uma convergência na afirmação de que o RE-UFPeI representava o principal destino de seus produtos.

Ao responderem sobre investimentos realizados para atender o mercado do RE-UFPeI, em uma das cooperativas cujo dirigente foi entrevistado, houve, inclusive a informação de uma mudança do local da sede, como assim descreve em seu depoimento:

[...] nós precisávamos de hoje estar em um espaço maior, nós precisávamos ter um espaço pra chegar até aqui, nós fracionarmos, e ver a classificação se era tipo 1, tipo 2 porque a gente, a universidade tinha um padrão de produção, de produtos muito grande, e a gente prezava muito isso. (Entrevista DC1, 2019)

Ainda em relação a essa cooperativa foi possível investir em aspectos formais ligados à agregação de valor aos produtos. Nesse contexto, como informa um dos dirigentes entrevistados: “[...] a cooperativa legalizou sua agroindústria e daí através da agroindustrialização, do beneficiamento do produto reduz as perdas, né?” (DC1, 2019). Outros dirigentes reforçam a questão dos investimentos feitos na busca por aperfeiçoar o armazenamento dos produtos, sendo que um dos dirigentes relatou que, por conta desse aspecto, contrataram financiamento: “A gente tem câmara fria que veio num FEAPER que paga 20% só.” (DC2, 2019). As câmaras frias representam um ganho significativo, especialmente porque elas conferem uma maior autonomia e flexibilidade à comercialização da produção. No limite, esse recurso permite inclusive controlar a maturação, como bem descreve o dirigente de uma das cooperativas:

A gente teve que começar a melhorar algumas coisas, a gente teve que colocar as câmaras a funcionar, pra armazenar pelo menos pra um, por exemplo, a banana, eu busco de 14 em 14 dias, então eu coloco na câmara, e aí conforme eu preciso eu coloco pra madurar, então é um processo, isso tudo tá sendo feito lá. (ENTREVISTA DC5, 2020)

No caso da cooperativa mencionada acima, também foram realizados investimentos na aquisição de veículos de transporte, bem como a montagem de um escritório exclusivo para o atendimento das necessidades administrativas. Com relação a investimentos em infraestrutura, foram identificadas ocorrências entre os agricultores, assunto que será discutido quando for tratada a questão dos ganhos à qualidade de vida destes atores sociais.

4.1.3.2. Aumento do Quadro Funcional

Existem vários indicadores ou formas de medir o impacto de uma política pública ou de algum programa ou projeto levado a cabo pelo conjunto de atores sociais envolvidos. No caso do RE-UFPeI essa situação não é distinta. Um dos critérios de avaliação recai no aumento do quadro funcional das cooperativas, ou seja, da força de trabalho empregada nos diversos processos que envolvem o beneficiamento e transporte dos produtos, bem como do controle de todas as operações, a contabilidade e outros aspectos.

Assim, no auge das compras do RE-UFPeI as cooperativas ampliaram o número de associados e a mão de obra ocupada. Mas, com a aludida terceirização, a situação mudou bastante, como assim relata um dos dirigentes entrevistados: “É, a gente tinha um número maior de funcionários que a gente acabou reduzindo hoje, a gente cortou já três funcionários do nosso quadro aqui, anteriormente atendia em função de ter esses programas da UFPeI, principalmente [...] (DC4, 2020). Além de trabalhadores permanentes as cooperativas - no período que antecede à terceirização - viam-se obrigadas a empregar trabalhadores temporários para atender picos de demanda, conforme nos conta o DC5 (2020) “[...] o pessoal também, conforme a demanda.” Outro dirigente relata que, dado o grande volume das entregas realizadas ao RE-UFPeI, se impunha a necessidade de contratação de diaristas:

Sim, naquela época sim. Às vezes se trabalhava até, se pedia mais diarista ou coisa assim né, porque a gente, principalmente aí, a carga ficaria pronta na sexta-feira pra entregar segunda, então, nas sextas-feiras, a gente tinha que aumentar os funcionários porque tinha que destinar aquele setor ali. (Entrevista DC5, 2020)

Durante um determinado período as negociações com os mercados institucionais foram realizadas por uma central de negócios comandada pela EMATER. Para tanto, de acordo com o extensionista rural desta instituição, em dado momento “[...] eles se organizaram e ampliaram e aí que chegou o momento que eles precisaram contratar mais uma pessoa. Quer dizer, fora os funcionários das cooperativas, eles tiveram que contratar mais uma pessoa para atender as cinco cooperativas [...]” (ER, 2019). Este grupo, encarregado de coordenar as compras e entregas, operou em um primeiro momento através de convênio com a UFPeI, havendo sido disponibilizados inclusive dois estagiários. Todavia, esse quadro foi alterado ao ser extinguido o convênio com a UFPeI, sendo que a funcionária,

principal encarregada dessas operações, ao ser demitida, foi contratada posteriormente por uma das cooperativas.

Nas entrevistas os relatos convergem no sentido de mostrar a necessidade de contratação de pessoal requerido para o atendimento das exigências e tramitação burocrática, como bem explica o dirigente cooperativista:

A gente contratava mais uma funcionária para o escritório, porque a gente tinha a universidade e a gente tinha PAA de Santa Maria e tinha PAA de Cachoeira, que vinha, a gente entregava mais ou menos nesse PAA de Cachoeira e Santa Maria em torno de 800 mil por ano, e aí é muita burocracia de papel, aí tinha uma menina a mais que ajudava, mas depois parou, aí ficou só duas funcionárias. A universidade movimentava 7 milhões por ano para as cooperativas. (Entrevista DC2, 2019)

Quando perguntados sobre esta questão dos funcionários, mais do que relatarem sobre a importância dos contratados, surgem menções sobre a demissão de colaboradores ocasionada após a drástica redução das compras institucionais do RE-UFPel em meio ao processo de terceirização. Assim se posiciona um dos dirigentes de cooperativas que foi entrevistado:

É, hoje como a gente não tá conseguindo comercializar o que a gente comercializava antes, tá tendo uma demissão de funcionário, então acredito que a gente não contratou exclusivamente, mas a gente, mas juntando o que se vendia para a universidade com o que vendia para outros mercados, nós tivemos um aumento de funcionários, sim, e hoje a gente tá tendo baixa de funcionários devido a não comercialização. (Entrevista DC1, 2019)

De acordo com outro dirigente, tal situação se identifica com o sucedido na cooperativa onde atua: “Hoje nós reduzimos nosso quadro de funcionários [...] porque tu não tem uma demanda contínua que era um dos principais que era o restaurante que trazia era uma demanda contínua de produtos [...]” (DC4, 2020). Os depoimentos colhidos durante as entrevistas esclarecem uma relação de causa e efeito protagonizada pelo advento das compras institucionais do RE-UFPel, tal como se observa neste quesito dos funcionários contratados, ressaltando a sua relevância para as cooperativas que fizeram parte do projeto.

4.1.3.3. Incorporação de novos associados às cooperativas

Um dos indícios claros do êxito alcançado pelos mercados institucionais pode ser visto do aumento do interesse das famílias rurais de se associarem às cooperativas que operam nesse âmbito. A incorporação de novos sócios é bem-vinda sempre e quando a demanda permita essa ampliação. Neste sentido, alguns

relatos ilustram de forma enfática algo que aconteceu em todas as cooperativas cujos dirigentes foram por mim entrevistados. Vejamos alguns deles.

O primeiro é do extensionista da UCP, o qual refere que: “[...] a cooperativa tinha 20 sócios, com esse mercado hoje ela tem 150, então incluiu mais tantas pessoas [...]” (ER, 2019). Trata-se da observação de uma pessoa que acompanhou o processo em todos os seus momentos. O dirigente de um das cooperativas confirma esse aspecto: “Olha, aumentou mais de 50% na hora dos Mercados Institucionais.” (DC2, 2019). Para a dirigente de uma cooperativas entrevistadas, as compras institucionais do RE-UFPel representam um ponto crucial nessa expansão:

Sim a gente teve um acréscimo de agricultores, em virtude da comercialização da universidade, porque nós tínhamos todo um roteiro ali junto com a UCP de programar a produção e definir produtos e dias pra entregar, nós tínhamos um rodízio e tínhamos dia para entregar, então **os agricultores sabiam que, ao menos uma vez por semana, nós íamos entregar para a UFPel, e isso fez com que vários outros agricultores tivessem interesse em comercializar**, porque geralmente no PAA era de quinze em quinze dias, e a universidade no mínimo uma vez por semana nós entregávamos, né? **Então isso fez com que novos agricultores compusessem o quadro social pra entregar para a UFPel.** (Entrevista DC1, 2019, destaques meus)

A existência das compras institucionais operadas pelos restaurantes da UFPel representou uma oportunidade para que agricultores de outro programa (Diversificação do Cultivo do Tabaco) proposto pelo governo no contexto da chamada “Convenção¹² Quadro” e voltado à agricultura familiar, se aproximassem de uma dada cooperativa, como assim relata um dos dirigentes cooperativistas que foram entrevistados. Sua fala mostra a possibilidade de que tais programas atuem de forma complementar, bem como de forma a convergir em seus objetivos:

[...] era de extrema importância esses mercados com uma previsão maior, porque tu consegue tanto tá trabalhando o agricultor, tá trabalhando a produção dele, tá agregando outros que tavam fora desses mercados aí, a gente trabalhou hoje grande parte dos nossos agricultores foi a partir do programa de ATER Diversificação ao Cultivo do Tabaco, em Canguçu principalmente, os produtores de hortaliças, então a gente levou uma diversificação até eles, levou uma experiência nova, e hoje eles são produtores e são associados à cooperativa. (Entrevista DC4, 2020)

12 A Convenção Quadro corresponde a uma iniciativa da Organização Mundial da Saúde para o controle do tabaco. Trata-se de tratado internacional de saúde pública que conta com 192 países signatários. Entrou em vigor no dia 27 de fevereiro de 2005 e dentre as ações previstas consta buscar caminhos para que as famílias que produzem para as empresas fabricantes de cigarros, tenham acesso a alternativas de diversificação produtiva para que, num prazo aceitável, dediquem-se a outras atividades produtivas. Vale frisar que municípios da região de Pelotas, a exemplo de Canguçu, são grandes produtores de tabaco.

É crucial destacar que as virtuosidades dos mercados institucionais não se cingem ao contexto das relações diretas tecidas entre, no caso, os restaurantes da Universidade Federal de Pelotas, as cooperativas fornecedoras dos produtos e as famílias rurais que atuam dentro dessa dinâmica socioprodutiva. É preciso mencionar que o ambiente de convergência se estabelece entre as próprias cooperativas, algo que, decididamente, contraria a lógica concorrencial que marca o modo de produção capitalista. Esse fato se vê demonstrado no caso dos produtores de banana do Litoral Norte do Estado. Esse produto de marcada presença nos hábitos alimentares de todas as regiões do Brasil teve a oportunidade de ser introduzido ao caso da UFPel a partir da participação de produtores de fora de Pelotas. Desse modo a oferta foi robustecida pela via da agregação de um tipo de produto que não se adapta ao clima do extremo sul do Brasil.

A dirigente da cooperativa agroecológica confirma que “[...] tem um grupo de produtor de banana em Morrinhos do Sul também, a cooperativa tem abrangência no estado do RS.” (DC1, 2019). Esse mesmo fato se repete no relato de outro dirigente cooperativista “[...] a gente tem cinco associados de Dom Pedro Alcântara.” (DC5, 2020).

Alguns municípios do sul gaúcho convivem há décadas com as dificuldades de escoamento dos produtos agropecuários. Isso se deve à precariedade das estradas, mas, sobretudo, diante da dificuldade de acessar os mercados convencionais. Sob esta perspectiva, costumam ser alvo fácil da ação de especuladores que operam como mediadores dos processos econômicos. Esse é o caso de Herval, localizado na fronteira com a República Oriental do Uruguai, município onde existem vários assentamentos de reforma agrária e onde muitas famílias enfrentam dificuldades para comercializar a própria produção pelas razões aludidas anteriormente. A fala da dirigente de uma das cooperativas ressalta essa questão:

[...] nós temos principalmente feijão lá, que a gente começou porque eles tinham uma dificuldade de comercialização, e bem grande, eles têm os grupos, eles têm os grupos de assentamentos, mas a questão comercial pra eles ainda é um grande empecilho. (Entrevista DC4, 2020).

É possível observar que algumas cooperativas foram ao encontro desses agricultores, os quais, até então, desconheciam essa possibilidade, como o que menciona um dos dirigentes entrevistados:

[...] na época tinha alguns produtos que a universidade pegava e precisava, o carro chefe era aquilo ali, por exemplo, beterraba, cenoura, alface, repolho, tinha umas coisas que eram sagradas, tempero, e aí, cenoura e beterraba sempre foi difícil da gente conseguir, nunca tinha assim, em grande escala, tinha pouco, em grande escala não, e lá eles exigiam também o padrão, não vou dizer assim, mas tem que ter um certo tamanho, não podia ser muito [grande], e aí o que que acontecia, aí a gente, o cara tá plantando e ia lá e conversava com ele e ele 'eu planto, eu planto', vou me associar e vou plantar. (Entrevista DC5, 2019, destaque da autora)

As informações aqui reunidas não deixam dúvidas acerca dos desdobramentos trazidos pelas compras institucionais levadas a cabo pela UFPel desde que começaram a ocorrer há aproximadamente cinco anos. No inventário de elementos positivos consta o aumento no número de pessoas contratadas para atender a essa demanda, a incorporação de novos agricultores e agricultoras ao quadro social das cooperativas, os investimentos feitos nas propriedades rurais e nas cooperativas, bem como o nível de qualidade nas relações tecidas entre todos os atores sociais envolvidos, pautadas, como afirmei anteriormente, nos princípios da solidariedade, da cooperação e da reciprocidade.

4.1.4. Diversificação de Produtos

Um dos elementos que me despertava interesse em examinar era a questão do incremento da diversidade na pauta de produtos gerados nas explorações familiares. Sabidamente esse é um fator importante quando se admite que é interessante para a família produzir uma variedade maior de artigos. Desse modo seria este um mecanismo compensatório em caso de perdas, dado que a frustração de um cultivo poderia ser atenuada por outro. Do ponto de vista técnico isso propicia rotação das culturas, o que convém à fertilidade do solo, além de diminuir a incidência de doenças e pragas. Não menos importante parece ser o fato de que a variedade de produtos poderia favorecer uma alimentação mais diversificada para as famílias que os produzem.

De acordo com o relato da nutricionista da UFPel a diversidade de produtos adquiridos fez com que as famílias tomassem contato com artigos que sequer conheciam:

[...] porque tem certos produtos que nós utilizávamos, e alguns que nós passamos a utilizar porque os próprios agricultores eles perguntavam 'O que é que vocês querem que a gente produza?', 'Tá bem, pode colocar tudo?', 'Pode', então nós começamos a acrescentar coisas diferentes no nosso cardápio, então realmente, são coisas que aqui na nossa região, eles

não têm hábito de consumir, de produzir, mas a gente começou a colocar isso, o consumo em evidência na Universidade. (Entrevista N1, 2019)

Na leitura da nutricionista isso representa “[...] um ganho pra eles, um ganho a mais que a gente conseguiu puxar pra eles, ou seja, não ficar com a cenoura e a beterraba, mas berinjela, por exemplo, que é um produto que não se consome muito, e realmente começaram a plantar” (N1, 2019). Temos aqui a avaliação de alguém que atuava na aquisição dos produtos e conseguiu vislumbrar um ganho imprevisto decorrente das compras institucionais do RE-UFPeL.

Ao comparar a diversidade de produtos adquiridos pelo RE-UFPeL com outros programas de compras institucionais, a dirigente de uma das cooperativas destaca:

[...] a UFPeL tinha uma gama muito grande do que comprar, desde manjerição, hortelã, produtos assim, a gama era muito maior de produtos do que entrega no PNAE. Olha, acho que dava uma lista e quase 30 produtos que nós entregávamos. (Entrevista DC1, 2019).

Observar a composição dos editais que regiam as compras do RE-UFPeL permite constatar a diversidade de produtos que eram adquiridos. Em boa medida isso fez com que os arranjos entre as cooperativas não somente se tornassem possíveis, mas inclusive indispensáveis para dar cabo do tamanho e complexidade da demanda. O depoimento de um dos dirigentes de uma cooperativa especializada na produção de grãos exalta esse aspecto:

Hoje principal ali é a questão dos grãos, feijão, alguma coisa de arroz, mas principalmente feijão, a produção de sementes crioulas e varietais, a gente tem em grande maioria de feijão e de milho, então são os principais. Mas a gente tem também trabalhado a questão de hortaliças, sucos, biscoitos, todos os produtos da agricultura familiar [...] (Entrevista DC4, 2020)

Do ponto de vista dos agricultores também foi possível perceber o reconhecimento acerca da necessidade de diversificar, como o que se constata no relato do AF1 (2019) “Nós tamo bem diversificado, é hortaliças né... abóbora, milho doce, melancia, repolho, couve, brócolis, couve-flor, tomate, pimentão, pepino, espinafre, alface, rúcula, cenoura, beterraba.”. A fala de uma agricultora entrevistada é muito relevante ao mostrar que a alteração de hábitos alimentares da família não foi obra do acaso:

[...] no momento que tu vai produzir pra comercializar, tem que manter uma variedade maior na propriedade, né? E a gente, conseqüentemente, começou a consumir outros tipos de verdura que não era rotineiro no cardápio semanal da família [...] (Entrevista AF3, 2020).

Este excerto merece ser sublinhado, sobretudo, por mostrar um desdobramento imprevisto de um programa que indiretamente alcançou a mesa de

famílias rurais. Conforme o que foi apontado nas entrevistas, o RE-UFPel foi capaz de apontar um novo caminho para a diversidade da produção. Este assunto voltará a ser discutido quando tratarei mais detidamente a questão da segurança alimentar e nutricional dos atores envolvidos.

4.1.5. Ações para Superar Perda dos Mercados Institucionais

Como relatado anteriormente, o formato inicial das compras institucionais do RE-UFPel foi profundamente modificado com o ingresso de empresas de catering (terceirizadas), fato que trouxe consigo diversos desdobramentos. Um deles foi uma queda substancial no volume de produtos adquiridos e nos preços praticados, se comparados com os tempos em que as operações eram realizadas no âmbito da FAU. Está claro que os restaurantes da UFPel seguiram atuando e demandando produtos agropecuários, todavia, a obrigatoriedade das compras da agricultura familiar deixou de ser respeitada. O critério, como seria de esperar, passa a ser adquirir produtos o mais barato possível, independentemente da origem e da qualidade dos mesmos.

Desta feita, as cooperativas, e até mesmo os agricultores viram-se desafiados a buscar outros mercados que fossem capazes de, se não substituir, ao menos diminuir as inevitáveis perdas. Assim se expressou um dos produtores entrevistados DC5 (2020): “Essa é outra questão, porque hoje tu só entra no mercado quando tu tá organizado, isso ainda falta muito pra nós aqui, para os nossos agricultores principalmente, se organizarem e terem uma produção contínua”. É nesse ponto que vemos fortalecida a convicção de que a aprendizagem é um dos logros dos mercados institucionais, inclusive para entender os mercados convencionais, dado que a regularidade do fornecimento é crucial. Sobre esse tema, assim se manifestou o agente da extensão rural que entrevistamos:

E aí o mercado privado, é outra dinâmica, é o menor preço, é o melhor atendimento, é uma logística eficiente, cumprimento de horário, ou ficar 3, 4 horas esperando pra descarregar. Então ele é uma, é isso, nossas cooperativas têm uma dificuldade de atender (Entrevista ER, 2019).

Na questão organizacional as cooperativas precisam atuar considerando as incertezas dos mercados. Torna-se crucial buscar formas inovadoras de escoar a produção, diminuindo a dependência de um reduzido número de compradores. Quanto a esse tema, a dirigente de uma das cooperativas adverte que:

[...] a gente, através da cooperativa, tá trabalhando com eles o planejamento de produção, vamos investir no quê? Em menores volumes de produção e maior diversidade, pra que a gente consiga aqui escoar a produção em outros mercados. (Entrevista DC1, 2019).

Os desafios de acessar mercados privados são ingentes, sobretudo porque são eles regidos por uma lógica de funcionamento distinta à que predomina nos mercados institucionais. Um dos fatores que cobram importância é justamente a diversificação da produção, o que implica modificar costumes arraigados ao longo do tempo, subvertendo a lógica da quantidade e da falta de planejamento das atividades. Nesse sentido, a dirigente cooperativista é bastante enfática em seu depoimento:

[...] tem um consumidor que consome, ele quer esse produto todos os dias, então tu tem que tá preparado pra todos os dias tu ter o teu produto, aquele produto pra entregar, não adianta 'ah, hoje eu vou plantar beterraba', aí tu conseguiu um cliente bom pra beterraba, 'ah esse não tá dando, eu vou começar a plantar alface' até tu começar, tu conseguir um cliente pra comprar o teu alface, o que que tu já fez, o que tu já perdeu? (Entrevista DC5, 2020)

Com relação a encontrar alternativas aos mercados institucionais, o dirigente de cooperativa DC4 (2020) vislumbra ser necessário “[...] buscar uma outra garantia também junto a mercados privados, diversificação de produtos ali [...]”. Já a cooperativa agroecológica aposta que um dos mercados potenciais a serem explorados é o da venda direta a restaurantes da cidade de Pelotas. Nesse sentido, conforme a dirigente entrevistada, o que se busca é “[...] parceria com outros lugares; antes a gente entregava somente pro Eco, pra Teia, hoje a gente já tem a questão do Libre Café, a gente também tá trabalhando com outro mercado que é o Manjericano.” (DC1, 2019). Em sua fala a dirigente menciona restaurantes pelotenses que se especializaram em fornecer refeições vegetarianas e que destacam o fato de adquirirem artigos da agricultura familiar e de processos orgânicos de produção.

Uma opção apontada pelos dirigentes cooperativistas é investir no processo de certificação dos produtos orgânicos, iniciativa que pode ajudar no sentido de expandir as possibilidades de venda, bem como de valorizar os artigos produzidos, como bem afirma um deles “[...] então se tem espaço para a produção orgânica, precisamos avançar na questão de certificação que eu acho que ainda a gente tem um déficit enquanto região aqui.” (DC4, 2020). No mesmo caminho, a cooperativa agroecológica possui certificação de produtos orgânicos “[...] atualmente além da

OCS¹³, ela é certificada pela IMO, que, para comercialização em mercados privados, nós temos a certificação da IMO” (DC1, 2019), acrescentando em sua fala que assim foi possível aumentar as oportunidades junto aos mercados privados.

Os arranjos de acesso ao mercado também surgem através de ações individuais dos agricultores, conforme relata uma agricultora entrevistada:

[...] e daí eu tenho a feira onde eu comercializo, faço a comercialização direta com o consumidor aqui pela feira, e no final da semana a gente traz pra fazer entrega, e agora assim, eu tenho recebido encomendas da cidade, de Pelotas, e aí a gente manda um pouco da produção pra lá também, são mercados diretos, sabe. [...] eu e uma amiga minha, ela mora lá. Aí ela trabalha de... ela é massagista e terapeuta, e aí ela oferta meus produtos para os clientes dela, então passa por ela, então eu passo a ela um valor, e ela põe uma porcentagem em cima, pra tirar o trabalho dela também, e aí a gente tá fazendo esse trabalho faz um mês e pouco, e a gente tá bem contente. (Entrevista AF3, 2020)

Um dos agricultores entrevistados, que se dedica exclusivamente à produção de maçã, pêssgo e ameixa, e que atende duas das cooperativas que fizeram parte do recorte da pesquisa, foi capaz, por iniciativa própria, de multiplicar o acesso a grandes mercados de Pelotas e fruteiras. Segundo suas próprias palavras: “É, a gente vende aqui no Krolow¹⁴, e aí tem um primo meu que faz CEASA a gente vende bastante, bastante para ele também, e uma boa parte para as cooperativas, e tem duas fruteiras também em Pelotas que eu entrego.” (AF5, 2020). Neste caso deve-se destacar que o produto goza de uma boa reputação, especialmente por se beneficiar das boas condições de armazenamento em câmaras frias, as quais garantem uma qualidade que não alcançaria em situações normais.

Nas atuais circunstâncias surgem inovações sociais no que tange às vendas diretas ao consumidor no formato de assinatura de cestas. Trata-se de sistema que já vem funcionando na região metropolitana de Porto Alegre e que só agora começa a ser pensado em Pelotas. Refiro-me aqui ao que se conhece na literatura internacional como “*Community-supported agriculture*” (CSA), conforme referem Junqueira e Moretti (2018) em seu estudo.

Outra aposta é o investimento em agroindustrialização a fim de beneficiar, aumentar tempo de prateleira e agregar valor aos produtos, como bem descreve

¹³ Produtores ligados a uma Organização de Controle Social (OCS) estão cadastrados junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nessa condição, podem realizar vendas diretas sem a necessidade de etiquetar a própria produção. Todavia, quando se trata de vendas para empresas a rotulagem é imprescindível.

¹⁴ O Supermercado Krolow é uma grande empresa genuinamente de capital local, a que se presta tanto à venda de artigos diversos, incluindo alimentos, tanto na modalidade de atacado como de varejo.

uma dirigente de cooperativa “Então a gente tá pensando, e já tem uma linha de produtos que são o extrato de tomate, o molho de tomate, as geleias e conservas pra que a gente consiga né através do beneficiamento do produto escoar a produção do agricultor” (DC1, 2019).

As cooperativas se articulam no sentido de indicar aos agricultores que existem outras alternativas para além dos mercados institucionais. Todavia, é preciso investir nessa prospecção. Essa é a posição assumida por um dirigente de cooperativa a que tive a oportunidade de entrevistar: “Olha, no momento a gente repassou eles pra entregar para o PAA direto, mas outras opções não temos ainda, a curto prazo assim.” (DC2, 2019).

Observa-se esse esforço da parte das cooperativas e dos agricultores, qual seja, o de assegurar o escoamento da produção. Todavia, nem sempre isso é possível sem a mediação dos atravessadores. Nas palavras do agente de extensão rural ER (2019): “Então, eles vão ter que aceitar que o mercado é capitalista e desumano. Disso não tem muita escapatória”.

4.1.6. Qualidade de Vida do Agricultor

O esforço por avaliar os possíveis avanços e ganhos na qualidade de vida dos agricultores representou um desafio na medida em que não se trata de um critério simples de medir. No entanto o esforço concentrou-se em buscar informações a partir do ponto de vista dos entrevistados, especialmente no que tange a acréscimo da renda familiar, aquisição de novos implementos e diversificação da produção. Para uma dirigente de cooperativa entrevistada, a aquisição de um trator diminui a penosidade do trabalho, algo que só foi possível alcançar através da existência das compras institucionais realizadas pela UFPel:

[...] nós temos agricultores aqui dentro da Sul, que devido a vender pra UFPel ele entrou num PRONAF Mais Alimento e comprou um veículo pra poder trazer um produto até a cooperativa, outros compraram trator pra poder se especializar e não ser uma mão de obra tão sofrida (Entrevista DC1, 2019)

A aquisição de máquinas e implementos que facilitem a execução do trabalho na propriedade e que supram eventuais reduções de mão de obra devem ser vistos como indicadores de ganho de qualidade de vida, visto que a lida rural impõe jornadas desgastantes. Uma agricultora comemora essa conquista: “A gente adquiriu pra trabalhar na horta um tratorzinho Tobata, usado, mas que como não se

trabalha pouco [...] veio acoplado já uma encanteiradeira, não é tão eficiente, mas funciona” (AF3, 2020). Ou seja, trata-se de implementos simples, mas que reduzem o esforço do agricultor na execução de suas tarefas, além de assegurar maior eficiência e agilidade dos processos.

Um balanço dos logros e conquistas das compras institucionais operadas pela UFPel me foi apresentado numa das entrevistas realizadas pelo agente da extensão rural oficial. Segundo suas próprias palavras,

Eu vejo a agricultura familiar assim, ela não só assim como um meio de produção, assim como um arranjo social da nossa sociedade [...] Então, você deixando esse povo no campo tem condição de dar uma educação melhor (Entrevista ER, 2019).

Neste excerto a percepção do entrevistado volta-se à tão controvertida questão da permanência das famílias agricultoras no campo. Outra leitura da realidade remete à importância das compras institucionais enquanto instrumento que viabiliza a reprodução social das famílias envolvidas:

É, que fica regionalizado, e geralmente em cima daquelas pessoas que mais precisam que estão também, que a grande maioria dos agricultores cooperados hoje, são agricultores que necessitam ter um aporte de renda se não for as compras institucionais, logo, logo eles vão estar necessitando de algum programa de transferência de renda. (Entrevista DC4, 2020)

Um agricultor afirma que essa renda “facilitou, né? Porque é um dinheiro a mais que entra, dá pra dizer que sim.” (AF2, 2019). Para um dos dirigentes cooperativistas, o fato de existir um mercado que absorva produtos oriundos da agricultura familiar representa um diferencial relevante, especialmente para aquelas famílias que possuem diferentes espécies cultivadas em seus domínios:

[...] o produtor de pêssego, se ele tem lá 20 pés de laranja 20 pés de bergamota, aquilo é uma renda extra, fora da época da renda dele, é uma coisa que não tem custo pra produzir, e aí todo produtor tem sua horta em casa, planta alface, sobra uns pés, vende, planta um tempero verde, ali tá sobrando já vende um pouco, sempre é uma renda que vai entrando pro produtor (Entrevista DC2, 2019).

O projeto implantado através RE-UFPel estava ancorado num planejamento que envolvia diversos atores congregados numa estrutura de governança centrada na FAU que foi crucial para a efetividade das ações junto às famílias rurais: “[...] a gente acabou trabalhando com os agricultores pra que eles diversificassem a sua produção, tendo um mercado garantido, então isso aproximou esses agricultores da cooperativa” (DC4, 2020). Vale destacar o fato de que essas compras se traduziam em garantia dos preços, mesmo num contexto marcado pela sazonalidade da produção. A contrapartida dessa garantia se traduz na obrigação das famílias no

sentido de estabelecer o cronograma de plantio e a organização das tarefas. Segundo um dos dirigentes cooperativistas:

[...] eu volto a afirmar que pra nós era muito importante ter essa permanência dos mercados institucionais porque isso, o agricultor lá na ponta ele consegue se planejar, ele consegue saber qual vai ser o preço que ele vai receber logo no momento que a gente assina o contrato, e também tem, nos mercados institucionais, a gente tá respaldado no sentido da sazonalidade [...] então era um acesso que o agricultor tinha e era uma garantia de comercialização. E que maior parte era por doze meses. (ENTREVISTA DC1, 2019)

Uma das questões prementes na atualidade é a permanência do jovem no campo. Há vários estudos (SACCO DOS ANJOS; CALDAS; POLLNOW, 2014; FROEHLICH et al, 2011; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005) que retrataram o processo de envelhecimento rural no Rio Grande do Sul, o qual é causado, dentre outros fatores, pela saída prematura dos jovens para a cidade. Para o extensionista rural da Emater, as vendas constantes e a preços justos proporcionados pelo RE-UFPel podem fazer com que os jovens das famílias vislumbrem, na agricultura, uma opção de trabalho e ingresso econômico. Nesse contexto, “Tende [a] fazer com que os agricultores fiquem no campo e o próprio jovem se estimule, né? - ‘Oh, dá pra eu plantar esse, aquele, aquele outro, porque, tem preço de mercado. – Eu, oh, tem mercado aqui’.” (ER, 2019). Para uma jovem agricultora, que foi por mim entrevistada, rendas garantidas significam o sonho de construir a própria casa:

Por enquanto, todo meu suor e do meu companheiro, vai na construção da casa, então, com certeza, essa renda que entrou foi pra comprar algum material pra dentro da casa. A gente tá construindo a casa desde, a gente começou no final de 2018, e aí é um investimento sem fundo, então o dinheiro, todo o dinheiro que a gente consegue, vai investindo ali, com certeza, pela cooperativa, tá lá. (Entrevista AF 3, 2020)

Para o agricultor, pequenas conquistas significam ampliar as chances de permanecer no meio rural, garantindo a reprodução social da própria familiar. Trata-se de pessoas que estão acostumadas a toda sorte de vicissitudes e toda perspectiva de melhorar suas condições de vida é sempre vista como uma dádiva.

4.1.7. Relações Interinstitucionais

Durante a realização das entrevistas ficou claro que havia muito mais a observar para além das relações comerciais travadas dentro do contexto em que as compras institucionais se desenvolviam. O projeto RE-UFPel, na maneira como foi concebido e executado, possibilitou a que as instituições e entidades se

envolvessem diretamente e colaborassem entre si para garantir o êxito do processo. Desta maneira, o que aqui se busca ampliar é o modo como essas relações foram sendo construídas em meio à criação de uma rede social de interação e de apoio a essa iniciativa.

4.1.7.1. Cooperação Entre Cooperativas

Primeiramente é preciso frisar que as chamadas públicas concebidas pelo RE-UFPel previam que um mesmo produto fosse fornecido por cooperativas diferentes. Tal dispositivo permitia que todas fornecessem de acordo com sua capacidade produtiva, em que pese o objetivo maior de atender à vultosa demanda deste mercado.

Assim que os editais de convocação eram lançados pela FAU, as cooperativas reuniam-se a fim de organizar e estipular quais produtos cada uma forneceria, como relata o dirigente cooperativista entrevistado:

[...] aquela coisa toda quando era feita a chamada, porque um não tem, a outra tem, aquela coisa toda quando era feita a chamada se repartia os produtos, cada um ficava com um determinado volume pra nunca acontecer de não ter o produto (Entrevista DC5, 2020).

Para outro dirigente cooperativista entrevistado: “[...] no momento que a gente fazia esse consenso do que cada um teria pra entregar, e quais os períodos, era mais, era maior a chance de não dar problema [...]” (DC1, 2019). A preocupação em satisfazer as exigências da universidade e garantir a permanência das cooperativas como fornecedoras deste mercado possibilitou a existência deste tipo de colaboração.

Com relação à possibilidade de concorrência entre as cooperativas para outras Chamadas Públicas da região, existe um entendimento entre elas que há espaço para atuação de todas, como demonstra a fala a seguir: “Pelotas hoje só estamos na universidade e escolas estaduais, pra prefeitura também tem um acerto dentro das cooperativas da região da gente não entrar em Pelotas, que daí entra a Sul Ecológica, a CAFSul e a COOPAMB [...]” (DC4, 2020). Sendo o PNAE de Pelotas um mercado com grande volume, o atendimento é destinado apenas às cooperativas desse município. Outro dirigente de cooperativa afirma que não têm interesse em produzir alimentos minimamente processados “[...] porque isso vai dar

concorrência com outra cooperativa, então cada uma tem que buscar o seu espaço, mas não tirando o espaço da que já existe.” (DC2, 2019)

Para além do respeito ao espaço que cada cooperativa pode ocupar nessa fatia de mercado, a saber, a dos mercados institucionais, existe uma colaboração no sentido de prestação de serviços, como expõe o representante, cuja cooperativa que gestiona, possui uma estrutura de beneficiamento de grãos:

[...] pra Sul [Ecológica] hoje a gente faz algum, a gente tem uma parceria de beneficiamento de produtos pra eles e já realizamos também a venda de acontecer de faltar algum produto pra eles e ali a gente fazer essa parceria, ou faltar pra nós e a gente adquirir deles, então tem essa relação comercial, mais se faltar algum produto. (Entrevista DC 2, 2020)

A colaboração entre as cooperativas é flagrante também na luta por garantir que as compras institucionais do RE-UFPel se mantenham, denunciando que a empresa terceirizada não cumpria o estipulado no contrato.

A gente implantou a rede de cooperativas que entregava ali pra Fundação [de Apoio Universitário], a gente acabou sentando, buscando diálogo junto com a universidade, denunciando que essa prática que estava ocorrendo junto da empresa não era o que dizia no contrato, tanto é que a universidade veio a romper esse contrato e, acho eu, aplicaram algumas advertências pra empresa e buscamos aprimorar e assentar isso pra montar um novo edital que melhorasse essa relação empresa [...] (Entrevista DC5, 2020)

Assim como a união se estabelece na defesa do mercado do RE-UFPel, ela acontece na busca por um mercado novo, como relata um dos dirigentes quando narra que as cooperativas almejavam o acesso a mercado institucional das escolas estaduais da região, algo que, até o presente momento, não está efetivamente consolidado:

A gente até tentou com as outras cooperativas se organizar, cinco cooperativas aqui da região, a UNIÃO de Canguçu, e a COOPAP de Arroio do Padre, a CAFSul a Sul Ecológica e a COOPAMB, pra gente buscar esse mercado aí, a gente até colocou uma pessoa atrás desse mercado aí, mas não teve resultado (Entrevista DC2, 2019).

Como bem lembra um agricultor entrevistado “[...] cada vez mais aí me convence que a gente tem que ter mais parcerias, aquilo que eu disse antes, sozinho é mais difícil de conseguir chegar, mas com parcerias é mais fácil.” (AF2, 2019). As cooperativas mostraram serem capazes de colaborarem entre si, respeitando cada uma o espaço da outra e se articulando para defenderem seus interesses e consequentemente os de seus associados. Para além desses aspectos, é preciso reforçar o fato de que existe uma lógica colaborativa, solidária e propositiva entre estas instituições, qual seja, uma dinâmica que se choca

frontalmente com a lógica do capitalismo concorrencial. Esse fato mostra a força das premissas de Karl Polanyi na obra magistral que resgatamos no marco teórico dessa dissertação.

4.1.7.2. Participação da EMATER

A EMATER-RS, representada por sua Unidade de Cooperativismo da Regional Pelotas (UCP), converteu-se num ator social imprescindível no que tange ao funcionamento das compras institucionais estabelecidas com o RE-UFPel. Diante desta constatação é válido ressaltar seu papel no processo. Para a nutricionista responsável pelos restaurantes operados pela FAU, a EMATER:

Era o *link* entre nós e as cooperativas. Porque como é que funcionava. Nós passávamos, quando da chamada pública, a gente encaminhava todos os cardápios semanais pra EMATER, e aí EMATER reunia os, as cooperativas, pra ver quem tinha o produto e quem poderia nos entregar, então eu nunca precisei ligar diretamente pra uma cooperativa, e esse meio de campo quem fazia, essa *linkagem*, era a EMATER. E pra nós isso era muito bom, perfeito, sempre funcionou muito bem. (Entrevista N1, 2019)

E ainda hoje essa relação permanece no mesmo diapasão, como assim nos relata a nutricionista que acompanha as empresas que operam os restaurantes atualmente “[...] porque eles são muito parceiros de verdade, sabe, a gente tem um diálogo muito, muito bom [...]. É, mas com a UCP o nosso contato é direto, direto por e-mail por telefone, temos uma parceria muito boa.” (N2, 2020). Tal posição converge com a opinião de uma dirigente cooperativista que entrevistamos. Segundo suas próprias palavras, “[...] a gente se reúne pra definir as coisas, e faz toda essa questão de planejamento, projeto de venda, toda essa assessoria e o diálogo, ao invés de cada um de nós ficar conversando individualmente com a UFPel, nós tínhamos essa mediação.” (DC1, 2019)

De acordo com os relatos dos entrevistados, a UCP atua no papel de agente conciliador “[...] mas é um trabalho importante, porque tu tem uma referência, surgiu um problema a vamos buscar junto a UCP pra sentar todo mundo e resolver.” (2020, DC4). Por outro lado, a nutricionista responsável indica essa função na medida que “[...] a EMATER, com o [nome do extensionista] ¹⁵ a gente conseguiu contornar, contornar várias situações.” (N1, 2019). A ação da UCP também pode ser destacada

¹⁵ Optou-se por não informar o nome para preservar a confidencialidade da pessoa mencionada.

no sentido de organizar e unificar as cooperativas para o atendimento aos mercados institucionais, tal como afirma outro dirigente de cooperativa:

[...] se tinha um atendimento via UCP, e a gente continua com ela, e acha importante não só pela assistência que eles trazem pra as cooperativas, mas também pelo trabalho de união entre essas cooperativas aqui da nossa região, e que é via UCP que surgiu pra organização dos mercados institucionais. (Entrevista DC4, 2020)

A EMATER, desde a sua fundação (1957), presta assistência técnica aos agricultores. Atualmente atua essencialmente com agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidades remanescentes de quilombos, dentre outros atores que a procuram para atendimento e orientações das mais diversas. É o que lembra o Dirigente Cooperativista DC3 (2020) “E aí o pessoal da EMATER nos dá assistência no município, né? Mantém um técnico acompanhando as lavouras e eles sabem o que tem de produção em cada lavoura, e aí repassam pra nós e a gente faz os pedidos, né.” Os agricultores são acompanhados em questões técnicas e no planejamento e execução de projetos de ATER.

Nas compras institucionais do RE-UFPEL existia um dispositivo que garantia a dispensa da necessidade de cumprir o contrato em caso de perda da safra. Para tanto, cabe à UCP quem fornecer um laudo à cooperativa, tal como conta a Dirigente de uma das cooperativas: “[...] então a UCP faz uma declaração dizendo que teve uma chuva excessiva no período tal, em virtude disso as folhosas não puderam ter na maneira como a gente gostaria e tava planejado, isso tudo tá previsto, e é nos mercados institucionais” (DC1, 2019). Este laudo permite que a universidade busque junto ao mercado convencional os produtos que não puderam ser entregues sem que tal fato fosse considerado como quebra de contrato.

Surpreende ainda a capacidade da UCP de mobilizar os agricultores em torno da construção de cooperativas, estabelecendo novas instituições com capacidade de atender aos mercados institucionais, como bem relata o extensionista rural desta entidade: “[...] a COOPAP do Arroio do Padre, foi uma organização feita pela EMATER. Quem mais aqui da região que eu lembre assim? A COOAFAN é um processo a partir da EMATER, a COOPESI em Arroio Grande” (ER, 2019). A organização dos agricultores em cooperativas mostra-se como uma importante ferramenta no sentido de enfrentar o desafio de alcançar mercados para os produtos da agricultura familiar.

Pelos relatos aqui expostos verifica-se o importante papel de articulador desempenhado pela EMATER junto aos agricultores, cooperativas e instituições, sem o qual os resultados até aqui colhidos não teriam sido possíveis de serem alcançados.

4.1.7.3. Instituições Participantes no Processo

O caráter plural do projeto do RE-UFPel aparece cristalizado no envolvimento de diversas instituições, tanto na concepção deste projeto quanto ao longo do período em que se desenvolveu nos moldes anteriormente descritos. Para as cooperativas e os agricultores, também despontam a atuação de entidades que foram capazes de fortalecer os vínculos e ampliar os horizontes destes atores.

De acordo com os relatos, um dos primeiros contatos dos operadores do restaurante universitário com os agricultores da região se deu através da Semana do Alimento Orgânico, evento que acontece desde 2005, o qual é promovido pelo CAPA. Nesta oportunidade, o restaurante serviu refeições exclusivamente produzidas com alimentos orgânicos, o que de acordo com um dos agricultores entrevistados permitiu que pela primeira vez a FAU realizasse compras. Um dos depoimentos recorda que “Na Semana da Alimentação Orgânica, já faz uns quantos anos, que alguma coisa ia para, em alguns dias da Semana da Alimentação Orgânica. Isso já faz mais de dez anos que acontecia isso [...]” (AF1, 2019).

Diante desta revelação o CAPA desponha como uma das entidades que primeiro intermediou o diálogo das cooperativas com o RE-UFPel. O papel do CAPA é referido em muitos depoimentos de forma muito positiva: “[...] a organização CAPA pra mim tem uma grande importância nesse trabalho de agroecologia que aconteceu aqui”. Desse modo, a participação desta instituição foi fundamental na fundação de três das cooperativas que fizeram parte do recorte de realidade desta pesquisa, a saber: CAFSul, Sul Ecológica e UNIÃO.

Nas entrevistas foi possível estabelecer que outras instituições contribuíram nos primeiros movimentos em busca de concretizar as compras institucionais da UFPel. É o que narrou a nutricionista entrevistada: “[...] a gente foi se inteirando em como fazer compras através do PAA e aí, entre conversas com a Universidade e a EMATER e a EMBRAPA, e a Fundação [...]” (N1, 2019). Essa discussão permitiu que o modelo das Chamadas Públicas fosse implementado sem que houvesse

necessidade de licitação, justamente por ser uma legislação nova que dependia de estudo para sua aplicação. No advento da primeira chamada pública, surge a atuação do Município de Pelotas quando, segundo esta nutricionista,

[...] em 2013 foi finalmente assinado o termo de cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, né, com a UFPel, aí onde se comprometia que a Universidade, a partir daquele momento passaria a realizar Chamadas Públicas anualmente, sempre né? A gente não iria mais parar, e foi o que aconteceu, desde 2013, até 2018 a gente teve aquisição através do PAA. (Entrevista N1, 2019)

Atualmente é possível destacar que, diante do processo de terceirização levado a cabo em 2018, o RE-UFPel conta com uma comissão de controle que acompanha as compras da agricultura familiar. Trata-se de um dispositivo de monitoramento estipulado em contrato que visa preservar alguns dos fundamentos que até então regiam esse sistema de compras preferenciais.

Sobre esta comissão um dos dirigentes de cooperativa esclarece:

A gente teve algumas reuniões em conjunto, mas tem uma comissão que fiscaliza que a gente em conversas acabou indicando algumas pessoas que entendíamos que deveria estar, que são representativas da agricultura familiar, que é a EMATER, a UCP, CAPA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas. Acho que são as três entidades hoje que estão formando hoje essa comissão, que acabam dialogando com essas cooperativas, enfim. (Entrevista DC4, 2020)

O caráter participativo e colaborativo permanece mesmo neste período de adaptação à realidade imposta pela terceirização dos restaurantes da UFPel. O que se pretendia demonstrar é que o processo das compras institucionais se deu através do envolvimento de diversos atores, transcendendo a relação UFPel/EMATER/Cooperativas. Isso posto, não cabe dúvidas de que uma metodologia participativa é mais saudável para a execução de um projeto de mercado institucional, ao menos nos termos de iniciativas similares a que aqui se apresenta. Reconstruir o arranjo anterior, que antecede ao processo de terceirização, é o desejo de todos as famílias rurais e de suas organizações representativas.

4.1.8. Um Ciclo Territorial Virtuoso

Quando se analisa um mercado que chegou a movimentar R\$ 1 milhão de reais em um ano, considerando apenas as compras realizadas através das cooperativas analisadas, fica claramente evidenciada a importância desse processo. Seu impacto se vê refletido nos benefícios para o território do entorno da

universidade, na formação de tecido social e nas alianças firmadas entre os mais diversos atores sociais. Entre os objetivos previstos no decreto de criação do PAA-CI está o de consolidar as redes de comercialização locais e regionais. Visto sob esse prisma, o RE-UFPel se apresenta como instrumento catalisador de mudanças importantes no modo de interação das organizações envolvidas.

Nas entrevistas surgem observações que reafirmam o quão relevante foi o incremento de renda das famílias e os investimentos por elas realizados ao longo dos últimos sete anos. Com respeito a essa questão o extensionista afirma: “E acho que, o benefício principal é que esse dinheiro roda aqui na região. E aí dali vai pro posto de gasolina, dali vai pra vendinha lá da colônia, dali vai pra loja lá da, de Pelotas” (ER, 2019). Tais fatos são mais que evidentes, mostrando como circula esse dinheiro que chega à mão dos agricultores. A mesma percepção pode ser tomada do comentário de um dos dirigentes:

[...] nesse ponto de vista ele traz ganhos para os agricultores, e os agricultores tendo ganho de renda vão acabar transferindo para a nossa região como um todo, eles comercializam aqui, eles acabam comprando aqui, então é um dinheiro injetado diretamente na região. (Entrevista DC4, 2020)

Com relação a esta questão da renda, as duas nutricionistas, quando indagadas sobre a relevância deste projeto para a região, convergiram em vários aspectos. Assim, para N2 (2020) “[...] são de extrema importância para economia da região [...]”. A nutricionista da FAU admite que se trata de um objetivo que a universidade pretende alcançar com suas compras institucionais.

E outra coisa, tu comprando da agricultura familiar tu sabes que o principal objetivo da Universidade em comprar da agricultura, é fortalecer a agricultura local, é deixar o dinheiro aqui, na nossa localidade, na nossa região, e não para levar para fora, como a CONAB, por exemplo, a CONAB não, CEASA, o produto às vezes vem de Minas, São Paulo, vem não sei de onde, quer dizer, é um produto que é repassado, mas o dinheiro acaba ficando em outro estado, e a agricultura familiar não, tu tá apoiando a agricultura do local [...] (Entrevista N1, 2019)

As cooperativas, uma vez fortalecidas, puderam ampliar sua rede de associados, passando a atuar em municípios que reconhecidamente encontram-se isolados dos mercados. Esse é o caso dos produtores de feijão do município de Herval, que agora podem contar com as possibilidades de integrarem-se a uma cooperativa que acumulou experiência na organização da produção e comercialização dos produtos. Cabe analisar que as cooperativas investiram em câmaras frias, agroindústria, aquisição de veículos, investimentos estes que

repercutiram também na geração de empregos e consolidação de virtuosos ciclos econômicos no contexto territorial.

4.1.9. Mercados Institucionais como afirmação dos objetivos de Segurança Alimentar e Nutricional

A existência de políticas públicas que tenham por foco a aquisição de alimentos da agricultura familiar entre seus objetivos vêm ao encontro da necessidade de atender a um direito fundamental de toda a população brasileira, qual seja, o de poder realizar refeições que supram suas necessidades nutricionais, sem prejuízo da qualidade dos alimentos e do respeito à cultura alimentar dos indivíduos.

Na análise dos entrevistados é possível perceber manifestações nessa mesma direção, isso porque o projeto do RE-UFPeI, além de fornecer refeições saudáveis e balanceadas a seus usuários, pode ter contribuído no sentido de levar à mesa dos agricultores melhores hábitos alimentares e promovido um aumento na diversidade de alimentos disponibilizados no mercado local. Uma das agricultoras narra como percebeu esse processo:

Isso é muito interessante, porque muitas pessoas, que trabalhavam só com uma cultura, com fumo, coisa assim, passaram a produzir alimentos pra suprir esse mercado e a partir disso passaram a melhorar com certeza a sua alimentação [...] (Entrevista AF3, 2020)

Quando os sujeitos pesquisados revelam que projetos como do RE-UFPeI fazem com que os agricultores permaneçam no meio rural e continuem produzindo alimentos para as zonas urbanas, atendem à manifestação de preocupação de uma das entrevistadas: “Ou a gente pensa na segurança alimentar hoje, ou a minha neta não vai ter o que comer daqui 20 anos.” (N1, 2019). Como já dito anteriormente “se a colônia não planta, a cidade não janta” (DC 5, 2019), expressão esta muito usada para valorizar o trabalho das famílias e conceder a devida importância aos agricultores responsáveis por gerar o alimento que as cidades necessitam.

O projeto do RE-UFPeI atuou no sentido de adquirir alimentos orgânicos, parâmetro que consta em contrato a ser cumprido pela empresa terceirizada. É o que afirma a nutricionista que atua representando a universidade a fim de garantir as compras da agricultura familiar: “O arroz é 100% orgânico, o feijão é no mínimo 30% orgânico, e 100% da agricultura familiar, os hortifruti, deixa eu lembrar, eu tenho anotadinho, deixa ver, oh hortifruti no mínimo 30% orgânico, então a gente tem bah,

a qualidade é outra.” (N2, 2020). A nutricionista da FAU conta como se dava a elaboração das refeições “[...] tudo que a gente comprava tava registrado, cada refeição, era uma refeição de qualidade, era uma refeição boa, e nunca saiu aquilo, aquele absurdo, sabe.” (N1, 2019).

A informação reunida deixou claro que o alimento fornecido pelo RE-UFPel prima pela qualidade, seja por seu planejamento, a fim de atender as necessidades nutricionais dos usuários, seja por contar com boa parte dos alimentos de origem orgânica. Para um dos agricultores o fornecimento de alimentos da agricultura familiar serviu como possibilidade de conscientização em relação a esse aspecto:

[...] então teve esse momento do pessoal que se alimentou lá, enxergou ‘oh esse é um alimento produzido com os agricultores daqui, tu tem orgânico’, então eu acho isso também foi muito importante, na minha percepção pode ter esse diálogo, entre os usuários do restaurante e os que produziam os alimentos. (Entrevista AF2, 2019)

Faz parte das questões inerentes à segurança alimentar e nutricional, a educação alimentar, a familiarização com o alimento, por isso projetos como o dos mercados institucionais revestem-se de uma importância que ultrapassa a relação entre a instituição que adquire alimento e o agricultor que o produz. Os benefícios transcendem completamente os muros da universidade e os limites das propriedades familiares implicadas nesses processos.

4.1.10. A Situação Atual dos Mercados Institucionais

Entre as cooperativas analisadas há uma clara convergência no sentido do reconhecimento de que as compras institucionais são o principal mercado. As falas convergem nesse sentido, exaltando, entre as suas virtudes, a regularidade e o volume das compras e dos recursos disponibilizados.

O primeiro mercado institucional posto em operação foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito do macroprograma Fome Zero, onde a verba destinada aos municípios tem por objetivo distribuir alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta iniciativa está centrada em duas frentes, por um lado, via aquisição de alimentos da agricultura familiar, de outro, ao dar suporte aos indivíduos e populações em situação de risco de insegurança alimentar.

Sobre este mercado do PAA, a dirigente de cooperativa nos relata sobre a situação atual, comparando-a com períodos anteriores: “[...] era um PAA em São

Lourenço do Sul, um PAA em Pelotas e um PAA em Canguçu, depois foi se reduzindo, reduzindo, e atualmente a cooperativa trabalha só com um PAA e com valor bem menor do que era antes, em São Lourenço do Sul. “(DC1, 2019).

Sobre o PAA, um dos dirigentes esclarece que ele vem sendo operacionalizado através de compras diretas dos agricultores, sem o intermédio das cooperativas, fato que, segundo sua visão, repercute no sentido de reduzir o papel agregador e articulador desempenhado por esta instituição associativa:

Ele foi muito reduzido, a gente tá entregando pra Canguçu ali, mas é um valor pequeno, reduzido, o que se tem hoje é alguns programas via municípios que operam direto com o Ministério da Cidadania. Ali, então, são recursos repassados direto para os agricultores, mas que a gente entende que acaba perdendo esse elo cooperativo porque tu acaba contratando direto e individualmente com os agricultores. [...] Não dá prioridade para a cooperativa, não se tem esse trabalho coletivo que se tinha anteriormente, então tu acaba individualizando isso, o que acaba enfraquecendo essas instituições representativas dos agricultores, e que poderia estar envolvendo eles em outros projetos que não só aquele de Doação Simultânea. (Entrevista DC4, 2020)

De acordo com o que foi discutido anteriormente, o bom funcionamento das cooperativas foi justamente um dos elementos estratégicos que possibilitou o acesso aos mercados institucionais e uma capacidade organizativa razoável para operar o sistema. No território onde operam as cooperativas há uma modalidade de mercado institucional que vem se impondo nos últimos três anos. Refiro-me ao atendimento da demanda das Forças Armadas (Exército e Marinha) de quatro municípios (Bagé, Jaguarão, Pelotas e Rio Grande), como bem descreve um Dirigente Cooperativista entrevistado: “[...] aí a gente entrega na Marinha em Rio Grande, e nos quartel, no 8º e no 9º em Pelotas, e no 12º em Jaguarão [...]”. As cooperativas empenham-se em preservar e fortalecer este mercado, sobretudo porque entendem que a eles corresponde um potencial de crescimento que não pode ser desprezado nas atuais circunstâncias.

Com relação a estes mercados ainda há ajustes a serem feitos, especialmente em relação ao planejamento da entrega anual, bem como à possibilidade de agregar mais cooperativas e diversificar a oferta de produtos. Segundo informa o extensionista rural: “Então tem uma instabilidade grande em todas as instituições em relação aos programas que foram construídos nos últimos anos.” (ER, 2019). Na visão de um dos Dirigentes Cooperativista entrevistados, este é um mercado que precisa ser melhor explorado: “[...] alguns mercados institucionais do Governo Federal, que são algumas Forças Armadas, aí que eles ainda não estão

comprando dentro do potencial que se poderia comprar [...]” (DC4, 2020). Em outra cooperativa a relação com estas instituições vem sendo objeto de um profícuo diálogo e aperfeiçoamento do processo de aquisições:

A gente participa da Marinha em Rio Grande, aí são vários centros, tem a Estação Naval, tem vários lugares, mas que também são chamadas nesse sentido, e começaram também com várias dificuldades, fazendo uma chamada que não contemplava alguns produtos nossos, em contrapartida tinha produtos que ficavam de fora e tinha outros produtos que estavam na chamada, mas a gente não conseguia atender. E também já melhorou muito, e eles também, já vieram aqui, a gente já levou pra eles o caso da Universidade. (Entrevista DC1, 2019)

O último relato reforça o entendimento de que o RE-UFPeI converteu-se num marco de referência para outras experiências de compras institucionais no território sul do Rio Grande do Sul. Isso porque operou durante ao menos sete anos colhendo excelentes resultados. Com relação ao PNAE resta o entendimento de que essa política pública propiciou a atuação das cooperativas na maioria dos municípios da região. No entanto, nos relatos surge o fato de as escolas estaduais não possuírem uma articulação que centralize as compras, as quais são realizadas individualmente (escola por escola), como bem relata um dos Dirigentes Cooperativistas entrevistados:

O que podia ter, o que não andou, que podia tá melhor hoje, se as escolas estaduais comprassem, porque as escolas estaduais mandam muito recurso de volta e não aproveitam, infelizmente a gente já fez reunião com o pessoal da CRE lá, e a coisa não anda. É uma pena, e não adianta. (Entrevista DC5, 2020)

Ampliar o leque de alternativas de comercialização é um aspecto fulcral que pauta a atuação das cooperativas. Nesse contexto, a interlocução das cooperativas com as escolas estaduais há que ser necessariamente lapidada, sendo que essa iniciativa deve partir das primeiras e não das segundas, porque são elas que detêm a expertise dos processos:

É, com as escolas do estado principalmente eles têm bastante dificuldade em fazer pedido e coisa assim, fazer contrato, organizar e acho que ainda falta um pouco de experiência no momento, mas já tem, já tem agora tem uns já copiando dos outros, já se nota assim que tá melhorando bastante já. (Entrevista, DC5, 2020)

No que concerne ao projeto do RE-UFPeI atualmente, ele continua operando através de uma única empresa terceirizada (Norte Sul)¹⁶ que atende aos quatro

¹⁶ A Empresa Refeições Norte-Sul (razão social Norte-Sul Eireli) foi criada em 05/07/2011, possuindo uma natureza jurídica correspondente à condição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, cuja atividade principal é o atendimento a restaurantes e similares, cuja sede está em

restaurantes universitários em funcionamento. Esse processo vem sendo ampliado ao longo do período, desde que essa empresa privada passou a atuar em Pelotas. Sobre esse fato, a nutricionista representante da UFPel esclarece que os percentuais de aquisições da agricultura familiar vem sendo acrescidos progressivamente, como agrega em seu relato:

[...] em novembro a empresa começou, a Norte Sul começou, com os contratos, em final de outubro [2019], que foi quando a Verde Mar¹⁷ saiu, enfim, então em novembro eles atingiram ali no Capão [do Leão] 30% e poucos por cento novembro e dezembro, do Anglo foi, quer que eu te dê os valores exatos? Eu tenho aqui só um pouco, já te digo, em novembro [2019] foi 31% no Capão, em dezembro [2019] foi 35% no Capão [do Leão], a do Anglo foi em novembro 39% e dezembro 53%. (Entrevista N2, 2020, observação da minha)

De acordo com essa informação, se observa que as compras institucionais da UFPel persistem, ainda que num ritmo muito abaixo do que foi em anos anteriores quando a FAU operava diretamente na compra dos produtos, na elaboração dos cardápios e das refeições. Algo foi retomado quando as organizações cooperativas se articularam para pressionar a Reitoria no sentido de retomar as compras institucionais num nível aceitável.

Todavia, com o advento da pandemia de COVID-19 essa retomada foi duramente afetada. No entanto, vale destacar que a UFPel atuou no sentido de disponibilizar aos seus alunos bolsistas um *kit* da agricultura familiar para que esses pudessem fazer suas refeições em seus locais de domicílio. Isso porque os restaurantes tiveram de ser fechados para evitar a contaminação nestes espaços devido à concentração dos usuários. Tal medida visa atender aos interesses dos agricultores familiares na busca por se manter vivo este vínculo e, ao mesmo tempo, garantir aos alunos uma alimentação adequada em tempos onde a saúde, mais do que nunca, deve ser uma prioridade.

Os relatos também dão conta que outras instituições como o Instituto Federal Sul-Rio-grandense (IFSul) de Pelotas e as sedes da UNIPAMPA de Bagé e Dom Pedrito vêm realizando compras institucionais com algum grau de recorrência. O que se observa nos mercados institucionais é que eles são fruto de uma construção a ser realizada por todos os atores participantes do processo. E se, por um lado, as

Cuiabá (MT), a 2.315 km de Pelotas. Até 1º de julho de 2020 havia recebido um montante equivalente a R\$ 8.056.147,08.

¹⁷ A Empresa Verde Mar (razão social Verde Mar Alimentação LTDA.) foi criada em 15/05/2004, possuindo uma natureza jurídica correspondente à condição de Sociedade Empresária Limitada, cuja atividade principal é o atendimento a restaurantes e similares, cuja sede está em Orlândia (SP), a 1.725 km de Pelotas. Esta empresa possuía um contrato anual equivalente a R\$ 7.637.000,00.

instituições precisam se adequar às questões burocráticas e à legislação existente do PAA-CI, cabe, também a elas, por outro lado, organizar os cardápios e fazer uma previsão consistente de compras com um calendário previamente estabelecido. Às cooperativas compete articular e estarem atentas às Chamadas Públicas, bem como combinar o calendário de entregas da produção com os cooperados. Dos agricultores familiares se espera o fornecimento de produtos de qualidade, dentro dos padrões estabelecidos nas Chamadas Públicas, e a organização quanto à regularidade da produção. Em suma, agilidade, flexibilidade e competência tornam-se ativos cruciais para construir novos horizontes para as cooperativas da agricultura familiar.

A análise das entrevistas aqui apresentada almejou encontrar respostas às questões propostas no curso dessa dissertação. Nesse contexto o olhar voltou-se para a influência do projeto do RE-UFPeI sobre a qualidade de vida dos agricultores familiares que atuaram sob a condição de fornecedores de alimentos aos três restaurantes da universidade integrados em torno ao projeto Restaurante-Escola da UFPeI. Avaliou-se, também, o impacto desta experiência para as cooperativas, tendo em vista o seu papel de articulação no acesso a este e a outros mercados institucionais. Ainda com relação ao tecido social desenvolvido ao longo deste processo construiu-se um quadro analítico amplo que permitiu trazer à luz informações bastante consistentes sobre esse processo.

Do ponto de vista teórico a pesquisa fortaleceu a convicção acerca da importância das teses de Karl Polanyi. A obra deste consagrado autor mostrou as formas através das quais o mercado separou-se das demais instituições sociais, convertendo-se numa esfera autônoma, supostamente auto-regulável e que anseia sempre subjugar toda a sociedade, transformando trabalho, terra e demais recursos produtivos em simples mercadorias. O que se trata, portanto, é de retomar o controle do econômico pelas instituições sociais, ou seja, de recolocar o econômico a serviço do social, algo que pode parecer improvável nas atuais circunstâncias em que o capital financeiro se impõe de forma implacável em todas as esferas da vida social. Ainda assim, a experiência em questão mostrou que esse objetivo pode ser atendido sempre e quando exista a disposição dos atores sociais em colocá-lo em prática, em torná-lo realidade.

A continuação alguns dados quantitativos são apresentados e debatidos como forma de compartilhar a informação reunida nessa pesquisa.

4.2. Análise dos Dados Quantitativos

Outro dos eixos analíticos da pesquisa recaiu no intuito de explorar os dados quantitativos dos registros de controle de entregas e pagamentos realizados pela administração do RE-UFPeI durante o período em que a FAU desempenhava a elaboração dos menus e as compras dos produtos junto às cooperativas da agricultura familiar. O banco de dados integra ainda alguns dados relativos às aquisições de produtos da agricultura familiar realizadas por uma das empresas terceirizadas, no caso a Verde Mar, empresa privada que em 2019 foi investida em suas funções, assumindo a obrigação contratual de manter as compras da agricultura familiar.

No processo de licitação, as propostas previam o compromisso de manter as compras da agricultura familiar. No entanto, o contrato firmado anteriormente com a empresa Norte Sul não previa fiscalização ou sanções em caso de descumprimento deste critério. Já no contrato estabelecido com a empresa Verde Mar, esta exigência ficou melhor articulada, o que permitiu tratar essa questão adequadamente. Entretanto, após quatro meses de compras da agricultura familiar sendo realizadas, mesmo que de maneira pouco organizada, a empresa deixa de cumprir esse quesito do contrato. Tendo em vista o não cumprimento deste quesito, as partes acordam e rompem o contrato, momento em que, a partir de outubro de 2019, esta empresa passa a não mais realizar o serviço de fornecimento de refeições.

Para o novo processo licitatório ficou estipulada a constituição de um Comitê de Acompanhamento das compras da agricultura familiar, cujo objetivo era monitorar o sistema de compras e fazer com que o compromisso das aquisições da agricultura familiar fosse mantido. A partir de novembro de 2019, a empresa Norte Sul passa a operar as três unidades do RE-UFPeI, e, até o momento de finalização do trabalho de campo, vinha cumprindo esta cláusula.

Numa aproximação aos dados obtidos fica demonstrado que os valores investidos em compras institucionais, no período da administração do RE-UFPeI pela FAU alcançaram, em 2017, seu máximo histórico, superando 1,6 milhão de reais, Figura 16. Este montante corresponde à soma de todas as cooperativas participantes, incluindo tanto as que fizeram como as que não fizeram parte do recorte dessa pesquisa. Cabe destacar que a opção por compra direta (CD) somente acontece devido às incertezas do período de transição à terceirização.

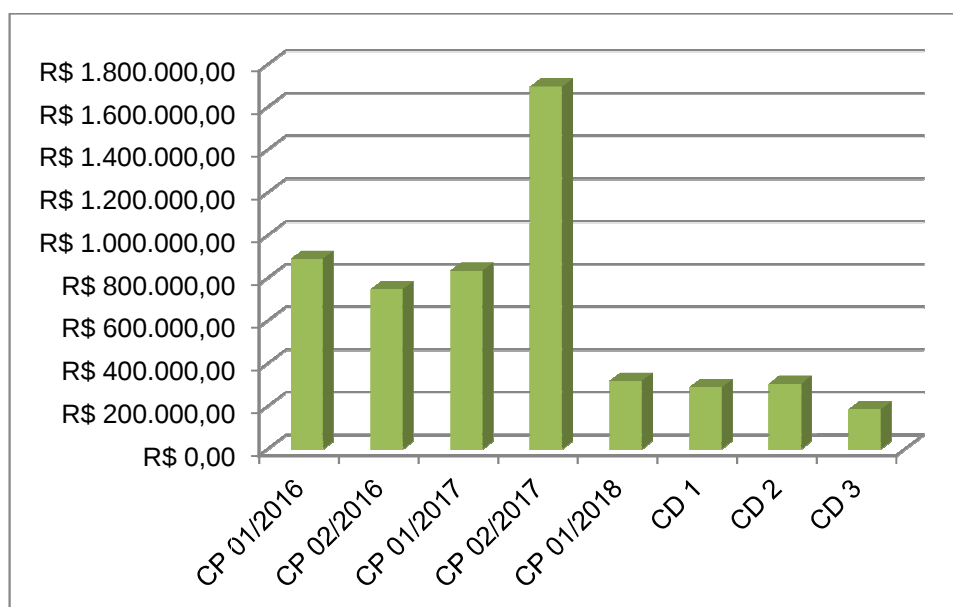


Figura 16 - Quantitativo dos valores em Reais (R\$) relativos aos produtos adquiridos pelo RE-UFPel junto às cooperativas de agricultura familiar através de Chamadas Públicas (CP) e de Compras Diretas (CD) durante o período compreendido entre os anos 2016 e 2018.
Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

O processo de compras via Chamadas Públicas é referido como situação ideal diante dos aspectos positivos face a capacidade de previsão e a organização que propiciava pela elaboração prévia dos cardápios e cálculo apurado dos volumes dos alimentos necessários para o preparo das refeições. Através da Figura 17 este aspecto fica evidenciado através de comparativo dos valores contratados e das aquisições, ou seja, entre o previsto e o que foi efetivamente adquirido.

Ao debruçar-me sobre o conteúdo das entrevistas pude verificar que essa condição de previsibilidade conferia segurança às famílias rurais para realizar os plantios e garantir melhor fluxo de entrega dos produtos. Igualmente, com recebimentos de valores de forma escalonada e contínua, foi possível que estas realizassem investimentos, já que havia previsão semestral, com entregas semanais, e pagamentos mensais dirigidos às cooperativas que repassavam os valores aos associados. Com relação aos agricultores familiares, estes podiam contar a compra antecipada a partir do momento que a cooperativa acordava quais produtos seriam produzidos em cada estabelecimento agropecuário.

Retornando à questão das quantias pagas, ao contabilizar os valores totais investidos em um período de 29 meses, nos quais foram realizadas chamadas públicas e compras diretas, chega-se a um montante equivalente a R\$ 5.274.876,19.

Esta ingente soma acabou por irrigar a economia do território correspondente à zona de influência da UFPel, contribuindo para formar tecido social e produtivo.

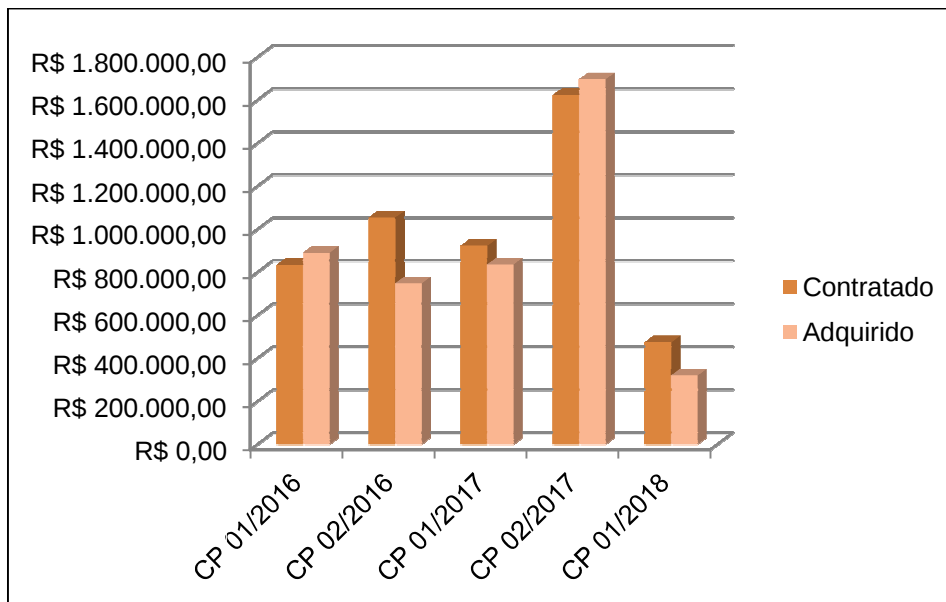


Figura 17 – Valores contratados e valores adquiridos em Chamadas Públicas (CP) do RE-UFPel entre os anos 2016 e 2018.

Fonte: Trabalho de Campo (2020)

Se instaura, portanto, um círculo virtuoso que integra, num dos polos, os alunos de escolas públicas (PNAE), ou mesmo a comunidade universitária, no caso do RE-UFPel, enquanto consumidores finais das refeições elaboradas por quem de direito; no extremo oposto, temos as famílias rurais que ampliam as bases sobre as quais opera a sua reprodução social. Mas não podemos esquecer o que essa dinâmica acarreta para as cooperativas que fortalecem seu papel, bem como por outras organizações intervenientes, as quais têm a oportunidade de ampliar seu grau de protagonismo, a exemplo do serviço de extensão rural cuja atuação tem sido destacada. Outros desdobramentos não podem ser desprezados, como no caso da geração de empregos indiretos nesta classe de circuito curto de comercialização, bem como no que afeta ao fortalecimento de vínculos efetivos da UFPel com as forças vivas do território onde esta se acha inserida.

A discussão sobre os dados reunidos não estaria completa sem agregar uma análise comparada dos valores investidos na agricultura familiar, quando o sistema era gerido e operado pela FAU, vis a vis com a nova realidade imposta pela entrada em cena da empresa terceirizada Verde Mar (ver Figura 18). Os dados ficam

restritos a cinco meses do ano 2019 em relação ao mesmo período do ano 2017, uma vez que esse foi o curto período de cumprimento da regra sobre aquisições da agricultura familiar mencionado anteriormente.

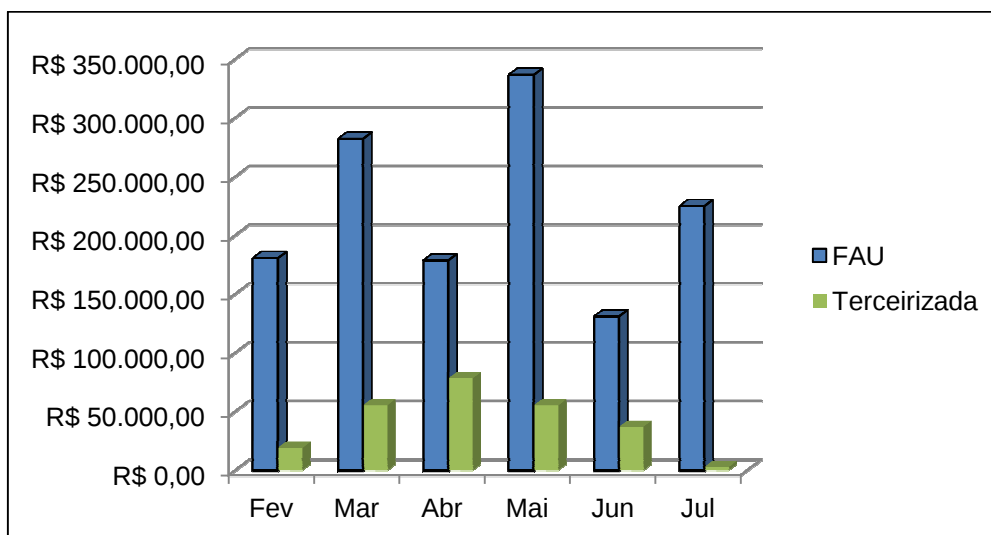


Figura 18 – Total dos recursos de compras da agricultura familiar pela da Fundação de Apoio Universitário (FAU) e da empresa terceirizada (Verde Mar) durante os meses de fevereiro a julho de 2019.

Fonte: Trabalho de Campo (2020).

Percebe-se que os valores se reduziram sobremaneira, culminando no abandono total das compras da agricultura familiar por parte desta empresa terceirizada. Na Figura 19 há um mês em específico (abril) que foi o maior do ano de 2017, o qual corresponde ao valor conjunto de todas as cooperativas. Mais uma vez vemos evidenciada a perda de espaço da agricultura familiar após a mudança.

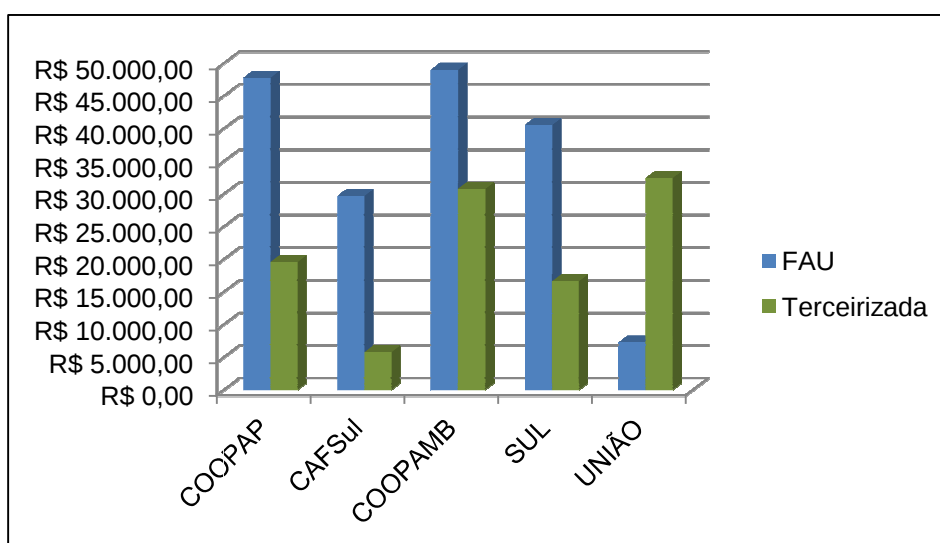


Figura 19 - Valores em Reais (R\$) das aquisições de produtos da agricultura familiar relativos ao mês de abril de 2017 e abril de 2019, via FAU com a empresa terceirizada por cooperativa pesquisada.

Fonte: Trabalho de Campo (2020)

Se verifica na (Figura 19) que apenas uma cooperativa (União) obteve um valor superior após a entrada da empresa terceirizada, se comparado ao regime operado pela FAU. Sobre isso convém destacar duas questões: 1) esta cooperativa fornece grãos, portanto são produtos que podem ser armazenados, adquiridos em grandes volumes com seu respectivo valor agregado; 2) através do Gráfico 9, apresentado a continuação, é possível constatar que foi esse um mês atípico ao concentrar um grande volume de compras.

Avaliando ainda, comparativamente, o sistema operado pela FAU vis a vis pela empresa terceirizada do ponto de vista dos valores empregados no pagamento dos produtos da agricultura familiar, foram construídas as Figuras 20, 21, 22, 23 e 24. Tais dados referem-se, respectivamente, ao caso das cooperativas CAFSul, COOPAMB, COOPAP, Sul Ecológica e UNIÃO durante um período relativo a quatro meses. Ou seja, trata-se de confrontar os mesmos meses em anos distintos (2017 em relação a 2018).

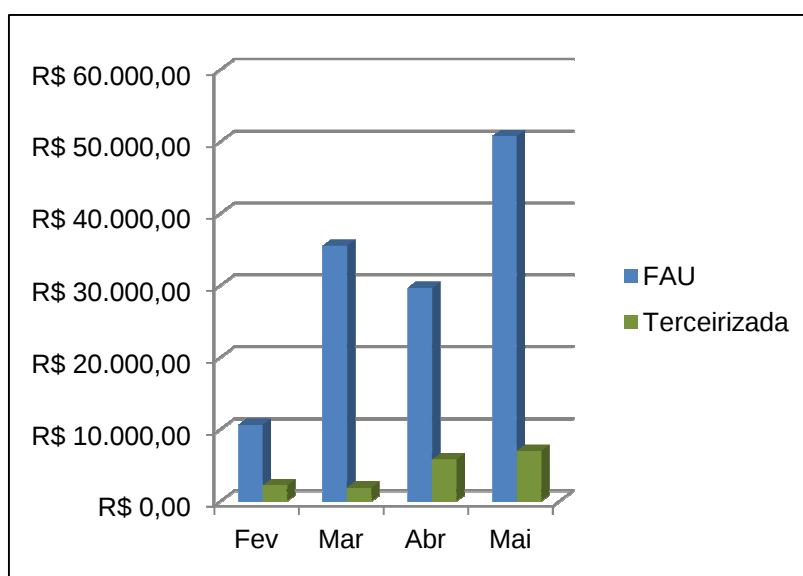


Figura 20 - Valores pagos produtos adquiridos da Cooperativa CAFSUL.
 Legenda: FAU (2017); Terceirizada (2019).
 Fonte: Pesquisa de Campo(2020).

Sobre a Cooperativa COOPAMB (Figura 21), percebe-se uma queda bastante expressiva no valor das vendas. Vale frisar que tal comportamento decorre do fato desta cooperativa haver se destacado anteriormente justo por produzir alimentos minimamente processados, os quais eram fornecidos ao RE-UFPel no auge das compras de 2017. Como é sabido, essa condição significa agregação de valor aos produtos, agilizando o processo de elaboração dos menus. Todavia, isso se reflete

em maiores custos à empresa terceirizada. Mas em se tratando de empresa privada, esta tem interesse em reduzir custos e maximizar lucros. Nessas condições, comprar esses produtos necessariamente não se mostra algo interessante, senão o contrário.

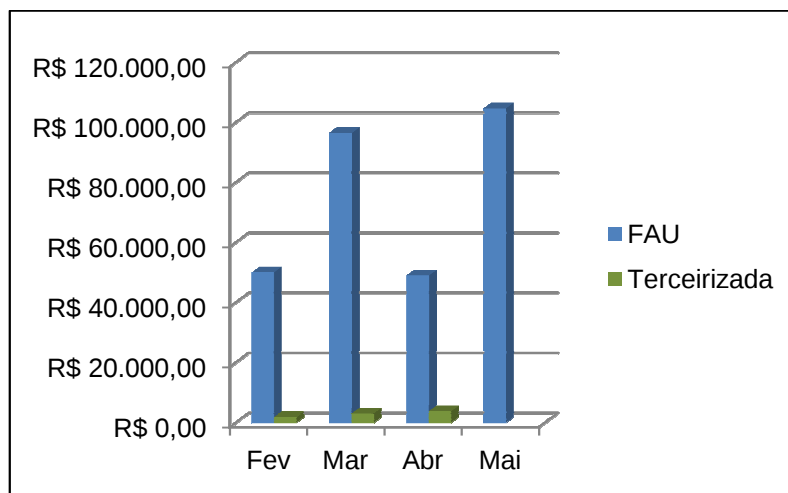


Figura 21 - Valores relativos aos produtos adquiridos pela através do sistema FAU (fevereiro a maio de 2017) para o RE-UFPeI junto à Cooperativa COOPAMB vis a vis pela empresa terceirizada (fevereiro a março 2019).

Fonte: Trabalho de Campo (2020).

A COOPAMB, particularmente, foi a cooperativa que mais sofreu o revés do fim das compras por chamadas públicas, haja vista possuir uma estrutura grande com sistemas de câmaras frias e área de processamento de alimentos que demandam maior necessidade de mão de obra. Para a COOPAMB, o encerramento das compras institucionais do RE-UFPeI, decididamente, trouxe grande frustração.

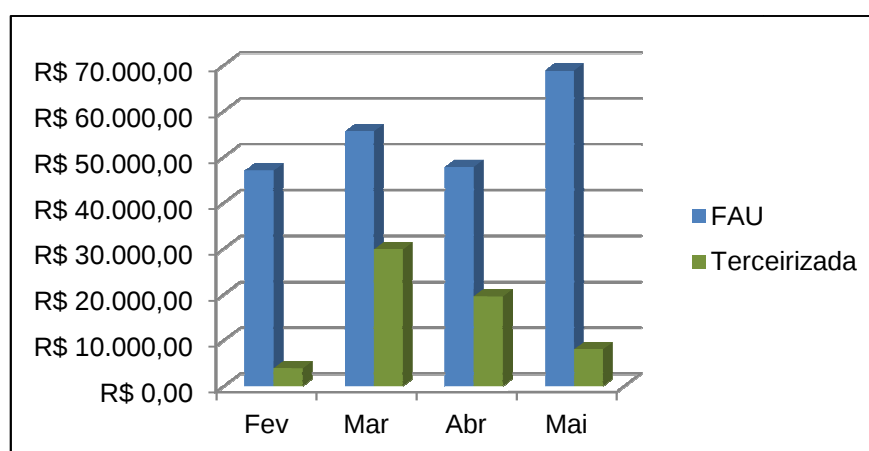


Figura 22. Valores pagos por produtos adquiridos pela UFPeI junto à COOPAP pela Fundação de Apoio Universitário (FAU) e pela empresa terceirizada (Verde Mar) entre os meses fevereiro e maio de 2019.

Fonte: Pesquisa de Campo(2020).

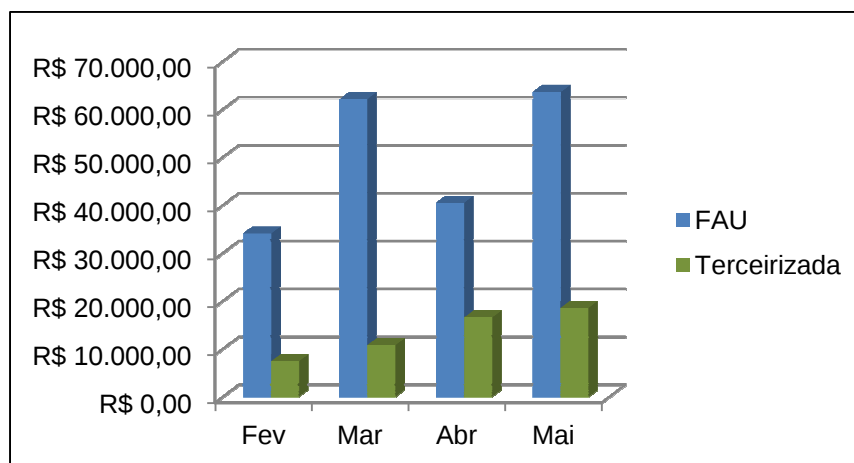


Figura 23. Valores pagos por produtos adquiridos pela UFPel junto à Cooperativa Sul Ecológica pela Fundação de Apoio Universitário (FAU) e pela empresa terceirizada (Norte-Sul) entre os meses fevereiro e maio de 2019.

Fonte: Pesquisa de Campo(2020).

O fato de fornecer exclusivamente produtos obtidos através de sistemas orgânicos trouxe consigo impactos significativos à Cooperativa Sul Ecológica (Gráfico 9). O edital concebido para reger o funcionamento da empresa terceirizada especifica percentuais mínimos de produtos orgânicos, norma que teoricamente garantiria as compras para esta cooperativa. No entanto, como os valores pagos foram sensivelmente reduzidos, mesmo com o preço-prêmio 30% a perda com relação aos valores anteriormente praticados não foi compensada.

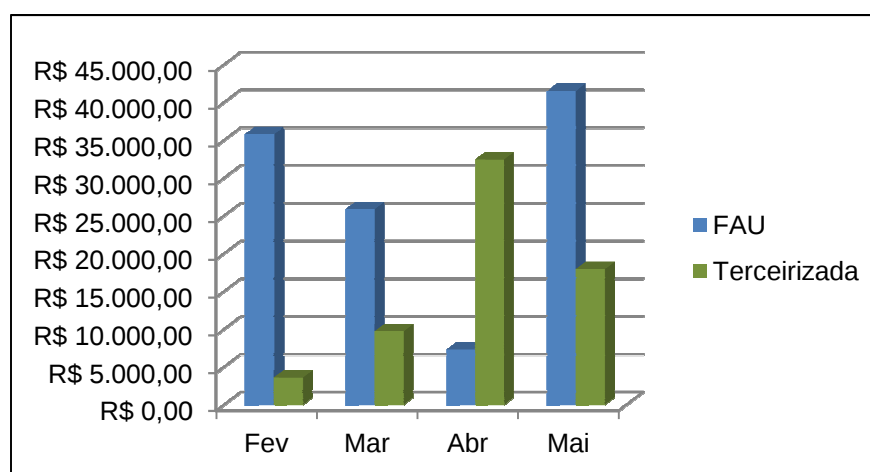


Figura 24. Valores pagos por produtos adquiridos pela UFPel junto à Cooperativa União pela Fundação de Apoio Universitário (FAU) e pela empresa terceirizada (Norte-Sul) entre os meses fevereiro e maio de 2019.

Fonte: Pesquisa de Campo(2020).

Os dados e informações reunidos nesta pesquisa não deixam dúvidas em relação ao fato de que a terceirização promoveu a desarticulação das conexões

construídas entre os diversos atores implicados. A materialização dessa desconstrução se expressa na queda dos valores e volumes investidos na aquisição dos alimentos, mas também pelo fato de inexistir a previsão das compras. A partir da terceirização, em especial na fase operada pela empresa Verde Mar, as compras passaram a ser realizadas por demanda, com entregas muitas vezes semanais.

Com o novo processo licitatório e a instauração de um comitê de fiscalização, as informações coletadas dão conta que as aquisições da agricultura familiar vinham se reconstruindo. Todavia, cabe destacar algumas mudanças no processo constituído pelo RE-UFPe/FAU. Com relação aos preços pagos, estes são levantados de acordo com o que prevê o Comitê Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (CGPAA). No entanto, os levantamentos são mensais, sendo que os valores são definidos segundo a periodicidade. Desse modo, não se leva em consideração a sazonalidade da produção. Perdeu-se a previsibilidade de compras em períodos semestrais, sendo as aquisições mensais, com o qual, a organização da produção se vê seriamente afetada.

E por fim, deixa de existir o vínculo de proximidade construído entre a administração do RE-UFPe, as cooperativas e a UCP Emater. Nessas condições, sob a égide dos interesses da empresa terceirizada, as relações assumem um caráter meramente mercantil. As interações se dão exclusivamente entre cooperativas, Reitoria e a UCP. Os encaminhamentos dados deixam de ser pautados pela qualificação dos processos e aprimoramento do projeto, tal como o que ocorria no período do RE-UFPe/FAU. Os depoimentos colhidos junto aos dirigentes cooperativistas oscilam entre a desilusão do rumo tomado pelo RE-UFPe e a esperança de que o atual quadro seja revertido e se possa retornar ao que predominava antes do processo de terceirização.

5. Considerações Finais

Esta dissertação buscou, em um primeiro momento, desvelar as diversas nuances que marcaram o processo das compras institucionais do RE-UFPeL. O segundo momento foi compreender a dinâmica dos processos à luz dos depoimentos dos atores sociais envolvidos. Separar em duas etapas tornou-se um imperativo devido ao divisor de águas que se estabelece ao cotejar o antes e o depois do processo de terceirização.

As Compras Institucionais realizadas pela FAU se configuraram como um procedimento construído com a participação ativa dos diversos atores num ambiente decisional complexo para famílias rurais que invariavelmente desconhecem as regras que regem os mercados institucionais. Não obstante, as cooperativas mostraram-se plenamente capazes de atender ao disposto nas Chamadas Públicas, agindo como um ator coletivo no pleno sentido da palavra. Igualmente recaía sobre os ombros destas organizações a responsabilidade pela qualidade da produção e dos necessários ajustes das famílias rurais no afã de planejar uma oferta regular e diversificada.

Com relação à FAU, fica claro que se impôs um momento de aprendizado ao compreender as especificidades da agricultura familiar na produção de alimentos. Soube ela reconhecer os ritmos da natureza em termos de fatores como a sazonalidade e a influência exercida pelas incertezas das condições climáticas. Por conta da sazonalidade foi capaz de conceber cardápios adaptados à realidade local e respeitando os hábitos alimentares regionais. A capacidade de organização na elaboração dos cardápios por períodos semestrais aparece cristalizada nos cálculos dos volumes requeridos e na convergência de interesses com a atuação das cooperativas. Tal sistema foi apontado, entre muitos dos entrevistados, como o melhor regime de compras institucionais até então existente na região, o qual poderia ser replicado pelas outras instituições interessadas em implantar iniciativas similares.

Neste processo de construção do RE-UFPeL é válido destacar o papel da UCP-EMATER como agente interlocutor e articulador entre os atores do processo. É

a UCP, na figura de seus extensionistas rurais, um parceiro estratégico que, com sua atuação, reduziu as distâncias entre o mundo das famílias rurais, o universo dos agentes públicos e os rigores do marco legal que rege o funcionamento dos mercados institucionais. A extensão rural mostrou que seu papel vai muito além da transferência de tecnologias, sem o qual os resultados alcançados não teriam sido possíveis.

Com relação às compras institucionais operacionalizadas pelo RE-UFPel/FAU é possível afirmar que foi um processo bem sucedido, desde de sua concepção, pela participação e cooperação dos atores, quanto por sua execução. Esta tratou de contemplar as necessidades de fornecimento de alimentos ao consumidor final, mas também as garantias materiais para que as cooperativas pudessem desempenhar adequadamente seu papel.

O processo de terceirização representou uma mudança drástica nas regras do jogo. A partir de então o papel exercido pelas cooperativas foi sensivelmente minimizado. A criação do Comitê de Fiscalização, em novembro de 2019, é resultado direto do intento de recuperar parte do espaço perdido com a terceirização através da instituição de regras que obrigam a empresa privada a comprar das cooperativas de agricultura familiar. Mas esse esforço alcança resultados parciais, de um lado, porque visa cumprir tão somente o mínimo exigido nas compras, de outro, porque retrocede a uma dinâmica puramente comercial, mercantil. A filosofia que pautava o sistema anterior pressupunha objetivos de amplo espectro.

Quanto à manutenção das compras institucionais do RE-UFPel, um pleito recorrente da parte das cooperativas é que o método de compras fosse modificado, deixando de ser executado pela empresa terceirizada e passasse a ser realizado pela UFPel. Para tanto, a universidade deveria modificar seus editais e contratar empresa terceirizada apenas para a elaboração das refeições, ficando a Reitoria responsável pela aquisição dos alimentos através de Chamadas Públicas. Em um primeiro momento a UFPel mostra-se reticente quanto a esta metodologia, alegando não dispor de servidores suficientes para assumir tal tarefa. Não obstante, reconhece a legitimidade desta demanda e se compromete no sentido de manter as compras da agricultura familiar, sendo esta uma bandeira que a Reitoria defende como oportuna e como expressão do caráter plural da UFPel.

Os dados levantados lançaram luzes sobre a natureza desta classe de política pública enquanto instrumento de democratização do acesso a recursos

públicos. Em boa medida serviu para refutar as teses que advogam a ineficiência da agricultura familiar em cumprir com os prazos de entrega e as especificações das demandas. Nesse contexto, convencidos estamos de que foi efetivamente um espaço de aprendizagem e inovação para os atores envolvidos. O que se observa é que os agricultores não possuem um registro detalhado de seus rendimentos, porém, todos os entrevistados foram categóricos em afirmar que sentem falta do mercado da UFPel e que gostariam que fosse retomado nos moldes do que ocorria antes da terceirização.

É possível afirmar de maneira enfática que o tecido social construído durante o projeto das compras institucionais da UFPel foi fortalecido e ressignificado. Este arranjo tem, na figura das cooperativas envolvidas, um grupo coeso capaz de dar respostas aos desafios que se insurgem no caminho. O reconhecimento desse papel se traduz na ampliação do número de sócios das cooperativas existentes, bem como na criação de novas entidades do gênero, como é o caso da COOPAP. Este tecido social, mesmo com o advento da terceirização, permanece coeso, pois as tratativas entre a UFPel, cooperativas e UCP Emater seguem acontecendo a fim de alcançar um consenso com relação a se manter, em maior ou menor medida, as compras institucionais para o RE-UFPel.

Os mercados institucionais como política pública, se mostram satisfatórios como mecanismo para garantir um mercado aos agricultores familiares. Entrementes, a sua prática fica restrita a locais que possuam agricultores cooperados em tamanho e organização suficientes para atender a essa demanda. É possível apontar uma dependência dos mercados institucionais como espaço de comercialização para os produtos da agricultura familiar, mas como bem aponta o conceito de *nested markets*, este tipo de mercado é concebido para proteger uma categoria social das adversidades advindas do modo de produção capitalista.

Com relação a esta dependência se constata que as cooperativas e até mesmo os agricultores individualmente, buscam meios para garantir a comercialização de seus produtos. Esse esforço passa pela busca de mercados varejistas, pela venda direta, entrega de cestas, criação de agroindústrias, adesão à certificação por auditoria, participação em compras coletivas via internet, estratégias estas que, no limite, visam ampliar o leque de oportunidades de colocação da própria produção. A valorização dos produtos obtidos se insere na busca pelo reconhecimento do trabalho envidado pelas famílias rurais.

Muitas lacunas permanecem em aberto após finalizar essa aproximação com a dinâmica dos mercados institucionais no Brasil e, particularmente, com a realidade dos processos que regem o funcionamento do RE-UFPeL. Ainda assim, as informações aqui reunidas lançam luzes sobre um objeto que se mostra extremamente relevante tanto no que tange à questão da segurança alimentar e nutricional, como também aos esforços de democratizar o acesso às políticas públicas, de ampliar o papel do Estado e de requalificar o espaço da agricultura familiar no plano das demandas sociais do país.

Trata-se, em última análise, de retomar as teses de Polanyi pela via do fortalecimento do papel das instituições políticas na regulação dos mercados. Nada mais revolucionário que subverter as amarras do liberalismo econômico e os obstáculos impostos pela financeirização da sociedade, cujos frutos são a exclusão social, a estagnação econômica e a concentração da renda e dos meios de produção.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial - Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols.28 nº 1,2 3 e 29, nº1, p. 1-21, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso: em 15 de outubro de 2016.

_____. Para una teoría de los estudios territoriales. MANZANAL, Mabel et al. (Orgs.) **Desarrollo rural: Organizaciones, instituciones y territorios**. Fundación Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad., 2006, p. 51-70.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. CDS/UnB, Brasília, 2007, 18 p. Disponível em: <http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/antoniolazarosantana/conceito-de-agricultura-familiar.pdf>. Acesso: em 10 de agosto de 2017.

BAUER, Martin. B; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In: **Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som: uma manual prático** / Martins W. Bauer, George Gaskell (orgs.); Tradução de Pedrinho Guareschi. – 13ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio; DAL MOLIN, Luís Henrique - Uma aproximação entre mercados institucionais e a abordagem das capacitações em duas regiões gaúchas. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 7., 2014, Porto Alegre. [Anais eletrônicos...] Porto Alegre: FEE: PUCRS, 2014. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405237eeq-mesa1-umaanaliseresultadospesquisainovacao.pdf>>. Acesso em: 06 out.. 2017

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 61-72, fev. 2015 a. ISSN 2316-297X. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634800/2719>>. Acesso em: 23 out. 2017

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flavio. São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural? Estudo de caso em municípios do sul do Brasil. **Revista de la Facultad de Agronomía**, Buenos Aires, Vol. 114 (Núm. Esp. 1): 143-152, 2015 b. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/48741>. Acesso em 09 de agosto de 2017.

BRASIL, **Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003**, dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://cutt.ly/CuSO3FS>
Acesso: em 25 de abril de 2020.

_____, **Lei nº 10.711 de 05 de agosto de 2003**, dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.711.htm. Acesso em: 16 de junho de 2020.

_____, **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**, dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso: em 17 de junho de 2020.

_____, **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11326.html. Acesso: em 15 de agosto de 2017.

_____, **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**, Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm
Acesso: em 11 de novembro de 2019.

_____, **Lei 11.947 de 16 de junho de 2009**, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.fnade.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sql_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sql_orgao=NI.
Acesso: em 27 de julho de 2017.

_____, **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011**, Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm Acesso: em 11 de maio de 2020.

_____, **Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010**, institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7234-19-julho-2010-607316-publicacaooriginal-128168-pe.html>. Acesso: em 25 de setembro de 2020.

_____, **Decreto 7.775 de 04 de julho de 2012**, regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso: em 15 de março de 2020.

_____, **Decreto 8.293 de 12 de agosto de 2014**, altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/ Ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm. Acesso: em 17 de abril de 2020.

_____, **Decreto 8.473 de 22 de junho de 2015**, que estabelece no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm. Acesso: em 10 de agosto de 2017.

CALDAS, Nádia Velleda; SACCO DOS ANJOS, Flávio; BEZERRA Antônio Jorge Amaral e AGUILAR CRIADO, Encarnación. Certificação de Produtos Orgânicos: Obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, nº 3, p. 455-472, 2012.

CGU – Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão, Processo 00222.100053/2017-71. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZcbgNQnVG0J:https://auditoria.cgu.gov.br/download/10024.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P.R. - Política de Comercialização agrícola no Brasil. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** / Org. Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 129-151.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 109-126, Mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SCHNEIDER, Sergio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 5, n. 2, nov. 2010. Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/9822>. Acesso em: 03 out. 2017.

DEL GROSSI, M.E.; FLORIDO, A. C. S.; RODRIGUES, L. F. P.; OLIVEIRA, M. S. Delimitando a agricultura familiar nos Censos Agropecuários brasileiros. **Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 8, p. 40-45, 2020.

DEL RÉ, Megui, RAMBO, Anelise Graciele; SCHNEIDER, Sérgio - As representações sociais nas dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural: considerações a partir do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociais e Agricultura**, Porto Alegre, v. 25 n. 1, 2017, p.57-82.

DEVES, Otávio Diel; RAMBO, Anelise Graciele. MERCADOS INSTITUCIONAIS E A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO

DO BUTIÁ – RS - BRASIL. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 147-166, mar. 2013.

Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1622/2505>.

Acesso em: 10 agosto de 2017.

DUTRA, Éder J.S; KONZGEN, Queli R.S.; MANTELLI, Jussara. Produção, comercialização e distribuição de sementes crioulas no município de Canguçu/RS: o caso dos produtores familiares vinculados à União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC). **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 43, n. 3, p. 393-410, set./dez. 2018.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"? **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FELÍCIO, Munir Jorge - Conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês - **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11793/8289>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano - Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil - p. 381-400. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S.(Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Soc. nat. (Online)**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 199-217, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de out de 2020.

FREITAS, Alair Ferreira de; PEDRA, Michelle De Sá; FREITAS, Alan Ferreira; SILVA, Márcio Gomes da; DIAS, Marcelo Miná. O cooperativismo popular como forma de organização da agricultura familiar. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 6, n. 8, p. 110-119, dez. 2009. ISSN 1807-0221. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2009v6n8p110/11542>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

FROEHLICH, José Marcos, RAUBER, Cassiane da Costa; CARPES, Ricardo Howes; TOEBE, Marcos. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.41, nº 9, 2011, p. 1674-1680.

GALVANESE, Carolina; FAVARETO, Arilson. Dilemas do planejamento regional e as Instituições do Desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 29, núm. 84, 2014, pp. 73-84.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio - Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil – p. 19-50. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S.(Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo - Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural - p.155-180. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S.(Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GUTHMAN, Julie. The Polanyian Way? Voluntary Food Labels as Neoliberal Governance. **Antipode**, v.39, n.3, p.456-478, jun.2007. [[Links](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.2007.00535.x)]
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.2007.00535.x>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2006. SIDRA. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2017. SIDRA. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

JEAN, B. A Forma Social da Agricultura Familiar Contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia do PPGS/UFRGS**, v. 6, p.51-75. 1994.

JUNQUEIRA, Antônio Hélio; MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, nº 3, p.517-538, 2018.

LAMARCHE, Hugues. Introdução Geral. In: LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Comparação internacional-uma realidade multiforme. Campinas: Edunicamp,1993, p.13-33.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 1ª ed. - São Paulo: EPU, 1986, 112 p.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de *(dis)embeddedness*. **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, Florianópolis, n. 90, p.71-94, 2010.

MARTIL, Graciela Cristina Dillemburg; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Redes agroalimentares alternativas e consumo crítico: o caso das feiras orgânicas de Porto Alegre. **Revista Política e Sociedade**, v. 19, p. 172-203, 2020.

MARTINS, José de Souza – O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural – **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300004. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, 40, 2000, p.424-438.

MORAES, Jorge Luiz Amaral; SCHWAB, Patricia Ines. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan. 2019. ISSN 1982-6729. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/13679/8264>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MORGAN, Kevin ; SONNINO, Roberta Empowering consumers: the creative procurement of school meals in Italy and the UK **International Journal of Consumer Studies**, v. 31, n.1, p.19-25, jan. 2007. ISSN: 1470-6423

Disponível em: <http://onlinelibrary-wiley-com.ez66.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1470-6431.2006.00552.x/full#share-this>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

NASCIMENTO, Amália Leonel; MENASCHE, Renata. Comida, ato alimentar e outras reflexões consumidas. **CONTEXTOS DA ALIMENTAÇÃO**, São Paulo, v. 5, p. 3-13, 2016. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/wp-content/uploads/2017/07/1.pdf>. Acesso em: 29 de jul. de 2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento - **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: **Metodologia das Ciências Humanas** / Paulo de Salles Oliveira (Org.). – São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998. 219 p.

PNUD Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: 27 de maio de 2020.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: **Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. [Tradução: Fanny Wrobel] – 2º Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, 342 p.

POLLNOW, Germano Ehlert. **Agricultura familiar e processos de certificação de orgânicos: o caso do arroz Terra Livre**. Orientadora: Nádia Velleda Caldas. 2018. 120 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) — Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

RADÜNZ, Amanda Fabres Oliveira. **Agricultura familiar, relações de poder e mercados institucionais: Estudo de caso sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul**. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2013. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Amanda-Fabres-Oliveira-Rad%C3%BCnz.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

RHEINHEIMER, Cristine Gerhardt; GUERRA, Teresinha. PROCESSO GRUPAL, PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PARCERIA QUE DEU CERTO. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 22, p. 417-438, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2842>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL, **Lei nº 13.921 de 17 de janeiro de 2012**, institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=156474>. Acessado em: 12 de junho de 2020.

ROCHA, João Henrique; SACCO DOS ANJOS, Flavio. - Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista-Roraima - **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 19, n. 31, p. 111-142, maio/ago. 2016. ISSN: 1806-6755. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3553/3417>. Acesso em 07 out. 2017.

RODRIGUES, A. M. Problemática Ambiental = Agenda Política - Espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia** – "Perspectiva Crítica" – nº 83, dezembro de 2005, p.91 a 110. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-SP.

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Tomo**, São Cristovão, nº.7, p.75-103, 2004.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. EGUFPel, 2003.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, 2005.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. Ventos do Sul Movem Moinhos: a experiência brasileira no combate à fome na última década fome na última década **Textos & Contextos**: Porto Alegre, v. 16, n. 1, P.215-230, Jan.-Jul., 2017.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. Inovações no combate à fome e à insegurança alimentar: a estratégia brasileira. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 5, p. 11-24, 2018.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda; SIVINI, Silvia. Redes agroalimentarias alternativas: El caso “Campagna Amica”. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 81, p. 63-87, 2019.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil Rural Meridional. **Extensão Rural**, v. 21, p. 94-116, 2014.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; POLLNOW, Germano Ehlert; MENEZES, Gabrielito Rauter; CALDAS, Nádia Velleda; SILVEIRA, Danielle Farias da. Family farming and institutional markets: analysis of the perception of Universidade Federal de Pelotas restaurant goers about a preferential shopping system. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 49, n. 12, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782019001200801&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 de junho de 2020.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001, 9ª Ed, 474 p.

SCHRODER, Mônica. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf. In: 34º Encontro Anual da ANPOC, Caxambu: ANPOCS, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; ESCHER, Fabiano - A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural - **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 de novembro de 2016.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.3, p.511-531, Jul-Set/2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

SEVERO, Patrícia Schneider. **Os pêssegos não caem do céu: relações de trabalho da agricultura familiar no município de Pelotas/RS**. 2018. Orientador: Flávio Sacco dos Anjos. 2018. 191 p. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

STRATE, Mirian Fabiane Dickel; CONTERATO, Marcelo Antonio. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 227-245, jan. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13052>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, Apr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 outubro 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. [Tradução: Laura Teixeira Motta] – São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 409 p.

SILVA, Marcio Gomes; SILVA, Sandro Pereira - PARA ALÉM DO ACESSO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE MERCADOS INSTITUCIONAIS E EMPREENDIMIENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MEIO RURAL - **Boletim Mercado de Trabalho**, n. 49, Ipea, Nov.2011, p. 87-93. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt49_econ04_paraalem.pdf. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 353, p. 77-116, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de Pesquisa-ação**. 18ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011, 136 p.

TRICHES, Rozane Marcia - Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural – p. 181-200. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S.(Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Feeding, Agrifood System, and Consumers: New Connections for Rural Development. **Cuad. Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 12, n. 75, p. 55-75, June 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-14502015000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 23 de Nov. 2020.

Universidade Federal de Pelotas. **Relatório Anual de Gestão**, 2016. Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/relatorios/>

Universidade Federal de Pelotas. **Relatório Anual de Gestão**, 2018. Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/relatorios/>

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 114-140, ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 out. 2017.

VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. **Interações (Campo Grande)**, v. 3, n. 5, p.5-19, 2002.

Von SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Contribuições da história Oral em processos de transformação social e empoderamento de grupos. In: **Metodologias de Pesquisa qualitativa em Educação** / Wivian Weller, Nicolle Pfaff (orgs.). 3ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, 336 p.

VOGT, Silmara Patrícia Cassol; SOUZA, Renato Santos de. Mercados Institucionais Locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – RS – In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER, 2009. p.1-20.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 394 p, 1999. p.23-56

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, Dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 de maio de 2020

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro semiestruturado utilizado como auxílio na entrevista com nutricionista/FAU.



Universidade Federal de Pelotas
 Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
 Departamento de Ciências Agrárias
 Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção
 Agrícola Familiar

Roteiro de Entrevista com a nutricionista/FAU

Nutricionista nº _____

Local _____

- 1) Poderíamos começar esta conversa contigo me contando sobre a tua relação com o RE UFPel.
- 2) Como surgiu o projeto das compras institucionais na UFPel?
- 3) Como funciona o processo para a compra dos produtos?
- 4) A escolha dos alimentos que compunham o cardápio passa por quais critérios?
- 5) Em caso de não ser possível fornecer o alimento, quais opções possíveis?
- 6) Como se define os preços de compra dos produtos?
- 7) Tu poderias me contar qual a origem das verbas para aquisição dos alimentos, qual parte era via MEC, PNAE e PIREs?
- 8) Qual o papel da EMATER nesta relação de vocês?
- 9) Como se dá a relação entre a instituição UFPel e as cooperativas. Existe uma relação direta ou sempre passa pelo intermédio da EMATER?
- 10)
- 11) Poderias indicar dificuldades encontradas durante da realização do projeto?
- 12) E o que poderias apontar como pontos decisivos para que o projeto fosse em frente?
- 13) Tens ideia se alguma outra instituição de ensino superior realizou projeto semelhante?
- 14) Você entende esta experiência como um processo inovador?
- 15) Qual sua opinião sobre programas como PNAE?

- 16) Na tua compreensão, este foi um processo bem sucedido e que pode ser replicado por outras instituições?
- 17) Como tu avalias o momento atual, tendo em vista a terceirização do RE?

Apêndice B – Roteiro semiestruturado utilizado como auxílio na entrevista com nutricionista/PRAE.



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Departamento de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção
Agrícola Familiar

Roteiro de Entrevista com a nutricionista/PRAE

Nutricionista nº _____

Local _____

- 1) Poderíamos começar esta conversa contigo me contando sobre a tua relação com o RE UFPel.
- 2) Sua origem é urbana ou rural?
- 3) Como está operando o RU da UFPel atualmente?
- 4) As empresas terceirizadas estão adquirindo produtos da AF da região?
- 5) Sabe qual percentual essas compras estão alcançando?
- 6) Estão adquirindo produtos orgânicos e pagando a bonificação devida?
- 7) Saberá dizer de que maneira estão estipulando os preços pra pagamento dos produtos?
- 8) O projeto do RU como espaço de pesquisa está sendo respeitado mantendo sua característica de restaurante escola?
- 9) Como tem se dado a relação entre UFPel, UCP e Cooperativas?
- 10) Como está sendo desenvolvido o trabalho da Comissão que acompanha a aquisição dos produtos, e quem são os representantes?
- 11) Qual a tua opinião sobre o formato que se tinha anteriormente na RE-UFPel?
- 12) Você acha que é importante que se realizem as compras de agricultores da região?
- 13) Com relação aos alunos, os principais consumidores do RU, tu achas que é importante que sejam produtos da AF da região?
- 14) O que você pensa sobre essas políticas públicas que visam garantir a compra de alimentos da AF?

- 15) Você conhece outras instituições de ensino superior que adquiram produtos da AF?
- 16) O que você apontaria como viável de ser realizado pela UFPel para garantir que as compras institucionais sigam acontecendo?
- 17) Você poderia disponibilizar dados sobre a aquisição atual dos produtos da AF?

Apêndice C – Roteiro semiestruturado utilizado como auxílio na entrevista com extensionista rural/UCP-EMATER.



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Departamento de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção
Agrícola Familiar

Roteiro de Entrevista com o extensionista/EMATER

Extensionista Rural _____

Local _____

- 1) Poderíamos começar esta conversa contigo me contando sobre a tua relação com UCP Pelotas, a sua trajetória pessoal/profissional.
- 2) Como surgiu o projeto das compras institucionais na UFPel?
- 3) Como funciona o processo para a compra dos produtos?
- 4) Como se definem os preços de compra dos produtos?
- 5) Como se dá a relação entre UCP Pelotas e as cooperativas.
- 6) Poderias indicar dificuldades encontradas durante a realização do projeto?
- 7) Quais são os grandes benefícios dos MI para os produtores e para a região em geral
- 8) E o que poderias indicar como pontos decisivos para que o projeto fosse bem sucedido?
- 9) Quais instituições consideras importante para apoiar a dinâmica dos MI
- 10) Você entende esta experiência como um processo inovador? Considera serem eles um espaço de aprendizagem para os agricultores e demais envolvidos?
- 11) Qual sua opinião sobre programas voltados à agricultura familiar.
- 12) Quais são os principais problemas dos MI, na tua opinião?
- 13) Na tua compreensão, este foi um processo bem sucedido e que pode ser replicado por outras instituições?
- 14) Como tu avalia o momento atual dos MI em Pelotas e, particularmente, no caso dos RE-UFPel?
- 15) Que alternativas você apontaria aos agricultores que até então entregavam seus produtos para a UFPel?

- 16) Como os agricultores podem se preparar para buscar novos mercados.

Apêndice D – Roteiro semiestruturado utilizado como auxílio na entrevista com dirigente (a) de cooperativa.



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Departamento de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção
Agrícola Familiar

Roteiro de Entrevista com o (a) dirigente (a) cooperativa

Dirigente (a) Cooperativa _____

Local _____

Sobre a Cooperativa:

- 1) Poderíamos começar esta conversa contigo me contando a tua história de vida e de vínculo com a cooperativa, bem como a história da cooperativa.
- 2) Atualmente quantos são os cooperados?
- 3) Quais são os principais produtos que a cooperativa comercializa?
- 4) Quais são os principais mercados acessados por seus agricultores?
- 5) Possui certificação de produtos orgânicos? Quais?
- 6) Como são definidos os preços de venda dos produtos?
- 7) Como se dá a escolha dos agricultores que disponibilizarão os produtos?
- 8) Aconteceu a necessidade de novos funcionários e infraestrutura para trabalhar na cooperativa a fim de atender a demanda do RE-UFPEl?
- 9) O que significou para vocês, como cooperativa e para os produtores, o surgimento dos Mis, e mais particularmente das compras do RE-UFPEl?
- 10) Houve mudança no quadro de associados/cooperados após o surgimento das CI's, e mais particularmente das compras do RE-UFPEl?

Sobre a relação com as instituições:

- 11) Como se dá a relação entre a cooperativa, a UCP Pelotas e a UFPEl?
- 12) Comparando com o PNAE, que diferença há no sistema de compras da UFPEl?
- 13) Na tua compreensão, este foi um processo bem sucedido e que pode ser replicado por outras instituições?

14) Poderias apontar problemas ocorridos na execução das compras institucionais, e mais especificamente, no caso do RE-UFPeI.

Sobre a percepção sobre os MI's:

15) Enxergas nos MI's benefícios na qualidade de vida dos agricultores e o Território Zona Sul como um todo?

16) Qual tua opinião sobre programas voltados à agricultura familiar

17) Como tu avalias o momento atual dos MI's em Pelotas e, particularmente, no caso dos RE-UFPeI? Qual foi a reação após as mudanças ocasionadas pela terceirização?

18) Como os agricultores podem se preparar para buscar novos mercados.

19) Que alternativas tu apontarias aos agricultores que até então entregavam seus produtos para a UFPeI?

20) Poderiam ser disponibilizados dados referentes a relação acontecida com o RE-UFPeI?

Apêndice E – Roteiro semiestruturado utilizado como auxílio na entrevista com agricultor (a) familiar.



Universidade Federal de Pelotas
 Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
 Departamento de Ciências Agrárias
 Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção
 Agrícola Familiar

Roteiro de Entrevista com o (a) agricultor (a) familiar cooperativado (a)

Agricultor (a) familiar cooperativado _____

Local _____

História de vida

- 1) Gostaria de começar esta conversa contigo perguntando sobre a tua história de vida e a história desta propriedade.
- 2) Quantas pessoas vivem nesta propriedade? Todas trabalham na agricultura?
- 3) M1 - Qual idade: _____ Escolaridade: _____
 M2 - Qual idade: _____ Escolaridade: _____
 M3 - Qual idade: _____ Escolaridade: _____
 M4 - Qual idade: _____ Escolaridade: _____
- 4) Qual religião praticada pela família?
- 5) Quais os principais cultivos que produz na propriedade? A produção é orgânica?
- 6) Qual cooperativa ou cooperativas você está vinculado? Por que se associou?
- 7) Há quanto tempo participa da cooperativa?
- 8) Quais são os principais mercados acessados para venda de seus produtos?
- 9) Desde quando participa das compras institucionais?

Sobre a relação com o RE-UFPEl

- 10) Quando começou a vender para o Restaurante da UFPEl?
- 11) Já produzia os mesmos produtos antes de ingressar nesse mercado?
- 12) Além da UFPEl entregou para outros compradores (merenda escolar, etc.)?
- 13) Aumentou o volume de plantio para atender especificamente o Restaurante da UFPEl?

- 14) Foram necessárias adaptações produtivas a fim de atender a demanda do RU-UFPeI?
- 15) Como são definidos os preços de venda dos produtos?
- 16) Sabe dizer se a renda familiar aumentou após entregar seus produtos para a UFPeI? Sabe dizer quanto em termos percentuais?
- 17) Adquiriu algum implemento ou investiu em alguma tecnologia a fim de atender a demanda da UFPeI?
- 18) A renda advinda da venda da produção para a UFPeI propiciou investir na propriedade?
- 19) O que significou para você e sua família a suspensão das compras pela UFPeI?
- 20) Poderias apontar problemas ocorridos na execução das compras institucionais, e mais especificamente, no caso do RE-UFPeI.
- 21) A suspensão das compras pela UFPeI foi substituída ou suprida por outros compradores?
- 22) Se a UFPeI voltasse a realizar estas compras, teria interesse de participar de novo?

Sobre a relação com as instituições:

- 23) Qual a sua opinião sobre essas compras feitas pelos órgãos públicos (prefeituras, universidade, exército, marinha, etc.)?
- 24) O senhor recebe assistência técnica de algum órgão ou entidade? Qual ou quais?
- 25) Qual o balanço que você faz da experiência vivenciada pela família desde que começou a entregar a produção para a UFPeI?
- 26) Na sua opinião esse tipo de programa tem futuro no Brasil e na região?

ANEXO

ANEXO I – Chamada Pública FAU Nº 001/2014, calendário agrícola.

Calendário Agrícola

OFERTA DE HORTIFRUTI DAS COOPERATIVAS ATENDIDAS PELA UNIDADE DE COOPERATIVISMO DE PELOTAS DA EMATER

Em sustenido só há disponibilidade do produto se houver condições climáticas adequadas ou produção em ambiente protegido.

[illegible]

Feijão Carioca	X	X	X					X	X	X	X	
Feijão Preto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Feijão Orgânico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Goiaba			X	X	X	X	X					
Hortelã									X	X	X	X
Laranja suco				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Laranja Orgânica							X	X	X			
Limão				X	X	X	X	X	X	X	X	
Louro	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maça EVA ou GALA	X	X	X	X	X	X	X					
Mangerona								X	X	X	X	X
Melão	X	X	X								X	X
Milho Doce <i>In natura</i>	X	X	X	X	X	X						
Milho pipoca			X	X								
Morango <i>In Natura</i>								#	X	X	X	X
Mostarda	#	#	#	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mostarda Orgânica							X	X	X			
Nabo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pepino Salada	X	X	X	X	X						X	X
Pepino Salada Orgânico	X	X	X	X	X	X						X
Pêra	X	X	X	X								
Pêssego	X										X	X
Pimentão amarelo	X	X	X	X	X	X						
Pimentão Verde	X	X	X	X	X	X						X
Pimentão Verde Orgânico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pimentão Vermelho	X	X	X	X	X	X						
Rabanete	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Repolho Roxo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Repolho Verde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Repolho Orgânico							X	X	X	X	X	
Rúcula	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Rúcula Orgânica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tempero Verde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tempero Verde Orgânico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tomate	X	X	X	X	X	X						X
Vagem <i>In Natura</i>	X	X	X	X	X	X						X
Vagem Orgânica	X	X	X	X	X						X	X